



ERMANY DORNELE QUIRINO CAVALCANTE

Monocultura canavieira e agricultura camponesa: a disputa pela construção de novas paisagens no território de Ouricuri, Atalaia/AL

São Paulo – SP
2024

ERMANY DORNELE QUIRINO CAVALCANTE

Monocultura canavieira e agricultura camponesa: a disputa pela construção de novas paisagens no território de Ouricuri, Atalaia/AL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologia”.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano.

Coorientador: Cícero Ferreira de Albuquerque

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Cavalcante, Ermany Dornele Quirino.

C376 Monocultura canavieira e agricultura camponesa : a disputa pela construção de novas paisagens no território de Ouricuri, Atalaia/AL / Ermany Dornele Quirino Cavalcante. – São Paulo, 2024.
138 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano.

Coorientador: Cícero Ferreira de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Desenvolvimento rural – Atalaia (AL). 4. Assentamentos rurais. 5. Comunidades agrícolas – Atalaia (AL). I. Título.

CDD 301.35098135

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Identificar as transformações da paisagem convencional em paisagem agroecológica, suas potencialidades, seus limites e desafios no território atalaiense a partir da investigação de 15 unidades de produção familiar dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e Ouricuri III, através da organização dos camponeses em um processo de re-territorialização que só foi possível há aproximadamente 30 anos, devido ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que impulsionou os trabalhadores a lutarem por seus direitos, construindo uma nova paisagem em um espaço onde predominava apenas a monocultura canavieira advinda da coroa portuguesa, constituindo um novo território.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Identify the transformations of the conventional landscape into an agroecological landscape, its potential, limits and challenges in the Atalaiense territory based on the investigation of 15 family production units in the settlements Ouricuri, Ouricuri II and Ouricuri III, through the organization of peasants in a process of re-territorialization that was only possible approximately 30 years ago due to the Landless Rural Workers Movement – MST, which encouraged workers to fight for their rights, building a new landscape in a space where only sugarcane monoculture coming from the Portuguese Crown predominated, constituting a new territory.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Identificar las transformaciones del paisaje convencional a paisaje agroecológico, sus potencialidades, límites y desafíos en el territorio atalaiense a partir de la investigación de 15 unidades de producción familiar en los asentamientos Ouricuri, Ouricuri II y Ouricuri III, a través de la organización campesina en un proceso de reterritorialización que sólo fue posible hace aproximadamente 30 años gracias al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST, que impulsó a los trabajadores a luchar por sus derechos, construyendo un nuevo paisaje en un espacio donde solo predominaba el monocultivo de caña proveniente de la Corona portuguesa, constituyendo un nuevo territorio.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ERMANY DORNELE QUIRINO CAVALCANTE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2024, às 16:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ERMANY DORNELE QUIRINO CAVALCANTE, intitulada **Monocultura canavieira e agricultura camponesa: a disputa pela construção de novas paisagens no território de Ouricuri, Atalaia-AL**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. CÍCERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE (Co-orientador(a) - Participação Presencial) do(a) . / Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual) do(a) Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes, Profa. Dra. SUANA MEDEIROS SILVA (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Alagoas - Câmpus do Sertão. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO



Documento assinado digitalmente

CARLOS ALBERTO FELICIANO

Data: 24/04/2024 11:53:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico esta dissertação a minha mãe, Rita Quirino Cavalcante, à minha filha, Anna Clara Dornele de Araújo, e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Agradeço em primeiro lugar ao nosso bom e poderoso Deus, O Ser Supremo, pois sem a presença Dele nada seria possível.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por todo apoio e incentivo para que estudar seja não só um direito e sim uma realidade.

Ao meu orientador, Carlos Alberto Feliciano (Caca), pela paciência e compreensão, além da importantíssima contribuição na orientação da pesquisa.

Agradeço também a amigos e familiares, em especial ao Núcleo de estudos Xingu e à turma Neusa Paviatto, que durante todo o período de estudos esteve unida e dedicada ao seu propósito final.

RESUMO

A presente pesquisa diz respeito à modificação e análise do uso do território atalaiense a partir da transformação da paisagem convencional para o que identificamos e denominamos como paisagem agroecológica, processo desenvolvido em 15 unidades de produção familiar dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e Ouricuri III, onde a organização dos camponeses, forjada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possibilitou a luta por direitos e novas formas de reprodução social em um espaço onde predominava apenas a monocultura canavieira, a degradação ambiental e o trabalho escravo advindos da Coroa portuguesa, construindo um novo território. Buscamos apresentar como ocorre a disputa das diferentes formas de produzir e trabalhar, que por um lado é desenvolvida por grandes proprietários de terra, regrada no uso de agrotóxico, trabalho mal remunerado, na monocultura da cana-de-açúcar — e recentemente do eucalipto e da soja — e no uso desenfreado dos recursos naturais. Por outro lado, o trabalho é baseado na produção de culturas de ciclos curtos, variedades frutíferas e criação de animais de pequeno, médio e grande porte, desenvolvidos majoritariamente por famílias de camponeses das áreas de assentamentos de Reforma Agrária no território de Atalaia, caracterizando um novo modo de produzir, o qual denominamos paisagem agroecológica. Atalaia está a aproximadamente 50km de distância da cidade de Maceió, capital de Alagoas. O caminho percorrido envolveu a análise de como se dá a disputa de modelos de desenvolvimento no município entre o processo produtivo da monocultura canavieira e o trabalho nas unidades de produção familiar dos assentamentos rurais de Atalaia, na região da antiga Usina Ouricuri. A finalidade consistiu em identificar como ocorre a modificação da paisagem, a partir da produção agroecológica, e o processo de territorialidade e territorialização dos diferentes modelos de desenvolvimento existentes no que hoje é conhecido como complexo Ouricuri. Metodologicamente, foram utilizadas referências bibliográficas, entrevistas com funcionários da antiga usina e camponeses assentados, lideranças nos assentamentos, povoado e município, registros fotográficos, imagens de drone, áudios e vídeos, pesquisa em instituições federais, estaduais e municipais, recortes de jornais e questionários qualitativos. Portanto, a pesquisa possibilita mostrar as modificações da paisagem e a criação da paisagem agroecológica, identificando suas potencialidades, os limites e os desafios nesse processo de transição produtiva dos assentamentos rurais do referido território.

Palavras-chave: Capitalismo; Agroecologia; Campesinato; Categoria Geográfica; Paisagem; Território.

ABSTRACT

This research concerns the modification and analysis of the use of the Atalaiense territory from the transformation of the conventional landscape to what we identify and call the agroecological landscape, a process developed in 15 family production units in the Ouricuri, Ouricuri II and Ouricuri III settlements, where the organization of peasants forged by the Landless Rural Workers Movement – MST made possible the fight for rights and new forms of social reproduction in a space where only sugarcane monoculture predominated, environmental degradation and slave labor arising from the Portuguese Crown, building a new territory. We seek to present how the dispute between different ways of producing and working occurs, which on the one hand is developed by large landowners governed by the use of pesticides, poorly paid work, in the monoculture of sugar cane and recently of eucalyptus and soybeans and in the unrestrained use of natural resources. On the other hand, the work is based on the production of short-cycle crops, fruit varieties and the raising of small, medium and large animals, developed mainly by peasant families from the areas of Agrarian Reform settlements in the territory of Atalaia, thus characterizing a new way of producing which we call agroecological landscape. Atalaia is approximately 50 km away from the city of Maceió, capital of the state of Alagoas. The path taken included analyzing how the dispute between development models occurs in the municipality between the sugarcane monoculture production process and work in family production units in the rural settlements of Atalaia in the region of the former Usina Ouricuri, with the purpose of identifying how the landscape is modified through agroecological production and the process of territoriality and territorialization of the different development models existing in what is now known as the Ouricuri complex. Methodologically, bibliographical references were used, interviews with employees of the old plant and settled peasants, leaders in the settlements, villages and municipalities, photographic records, drone images, audios and videos, research in federal, state and municipal institutions, newspaper clippings and qualitative questionnaires. . Therefore, this research makes it possible to show the changes in the landscape and the creation of the agroecological landscape, seeking to identify its potential, limits and challenges in this process of productive transition of rural settlements in this territory.

Keywords: Capitalism; agroecology; peasantry; geographic category; landscape, territory

RESUMEN

Esta investigación se refiere a la modificación y análisis del uso del territorio atalaiense desde la transformación del paisaje convencional a lo que identificamos y llamamos paisaje agroecológico, proceso desarrollado en 15 unidades de producción familiar de los asentamientos Ouricuri, Ouricuri II y Ouricuri III, donde la organización de los campesinos forjada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST posibilitó la lucha por derechos y nuevas formas de reproducción social en un espacio donde solo predominaba el monocultivo de caña, la degradación ambiental y el trabajo esclavo surgidos de la Corona portuguesa, construyendo un nuevo territorio. Buscamos presentar cómo se da la disputa entre diferentes formas de producir y trabajar, que por un lado se desarrolla por los grandes terratenientes regidos por el uso de pesticidas, el trabajo mal remunerado, en el monocultivo de caña de azúcar y recientemente de eucalipto y soja y en el uso desenfrenado de los recursos naturales. Por otro lado, el trabajo se basa en la producción de cultivos de ciclo corto, variedades frutales y la crianza de animales pequeños, medianos y grandes, desarrollados principalmente por familias campesinas de las zonas de asentamientos de la Reforma Agraria en el territorio de Atalaia, así caracterizando una nueva forma de producir que llamamos paisaje agroecológico. Atalaia está aproximadamente a 50 km de la ciudad de Maceió, capital del estado de Alagoas. El camino recorrido incluyó analizar cómo se da en el municipio la disputa entre modelos de desarrollo entre el proceso productivo del monocultivo de caña y el trabajo en unidades productivas familiares en los asentamientos rurales de Atalaia en la región de la ex Usina Ouricuri, con el propósito de identificar cómo se desarrolla el paisaje. se modifica a través de la producción agroecológica y el proceso de territorialidad y territorialización de los diferentes modelos de desarrollo existentes en lo que hoy se conoce como complejo Ouricuri. Metodológicamente se utilizaron referencias bibliográficas, entrevistas a empleados de la antigua planta y campesinos asentados, líderes de los asentamientos, veredas y municipios, registros fotográficos, imágenes de drones, audios y videos, investigaciones en instituciones federales, estatales y municipales, recortes de prensa y análisis cualitativos. cuestionarios. Por lo tanto, esta investigación permite mostrar los cambios en el paisaje y la creación del paisaje agroecológico, buscando identificar sus potencialidades, límites y desafíos en este proceso de transición productiva de los asentamientos rurales en este territorio.

Palabras-clave: Capitalismo; agroecología; campesinado; categoria geográfica; paisaje; território.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Engenho São Lourenço Início de sua Construção, Água Branca - 1920.....	28
Figura 2 –	Centenário Engenho São Lourenço, Água Branca (2023).....	29
Figura 3 –	Almoço na roça, negros trazidos da África em território alagoano 1952.....	30
Figura 4 –	Engenho Patrocínio, Atalaia/AL – 1924.....	31
Figura 5 –	Porto Calvo desenhado pelos Holandeses 1945.....	33
Figura 6 –	Porto Calvo no período da invasão Holandesa 1945.....	34
Figura 7 –	Família Vandesmet, fundadora da primeira usina de Cana de Açúcar em Alagoas (Usina Brasileiro) 1933.....	36
Figura 8 –	Vista parcial da Usina Brasileiro Atalaia/AL (1993).....	37
Figura 9 –	Foto atual do antigo Engenho Estrela.....	45
Figura 10 –	Fazenda Estrela 2022.....	47
Figura 11 –	Usina Brasileiro, primeira usina de Alagoas 1922.....	49
Figura 12 –	Usina Uruba Atalaia – Alagoas 2012.....	51
Figura 13 –	Cooperativa Agrícola do Vale do Satuba – Coopervales (antiga usina Uruba) 2022.....	52
Figura 14 –	Parte da estrutura agroindustrial da Usina Ouricuri 1990.....	53
Figura 15 –	Usina Ouricuri, Destilaria de Álcool e Casas de Moradores e Funcionários 1988.....	55
Figura 16 –	Família Ouricurienses na Porta da Entrada da Usina Ouricuri, Atalaia/AL 1992.....	59
Figura 17 –	Imagem do que sobrou da usina e destilaria Ouricuri, hoje Povoado Ouricuri, Atalaia/AL.....	59
Figura 18 –	Destroços da Usina Vitória – Atalaia, Alagoas.....	61
Figura 19 –	Centro de Ciências Agrárias (Ceca/Ufal).....	63
Figura 20 –	Viveiro de Mudas, Cana de Açúcar Ceca/Ufal.....	64
Figura 21 –	Variedades de Cana de Açúcar – Ceca/Ufal.....	65
Figura 22 –	Assentada da Reforma Agrária e seu banco de sementes caseiro....	72
Figura 23 –	Banco de Sementes.....	72

Figura 24 –	Primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Rio Grande do Sul, Brasil 1984.....	75
Figura 25 –	Primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Rio Grande do Sul, Brasil 1984.....	76
Figura 26 –	Mobilização do Dia do Trabalhador, Maceió Alagoas 25 de julho de 1989.....	77
Figura 27 –	Alagoas registra, a maior safra de cana de açúcar dos últimos quatro anos em 2019.....	83
Figura 28 –	Workshop discute o futuro da eucaliptocultura em Alagoas 2021...	84
Figura 29 –	UPF 01 - Assentamento Ouricuri II, Atalaia, Alagoas.....	85
Figura 30 –	UPF 02 e 03 - Assentamento Ouricuri II, Atalaia, Alagoas.....	86
Figura 31 –	Agrovila do assentamento Ouricuri, Atalaia/AL.....	87
Figura 32 –	Imagem atual do Povoado Ouricuri, Atalaia/AL.....	88
Figura 33 –	Agricultor do Assentamento Ouricuri.....	94
Figura 34 –	UPF Agroecológica do Assentamento Ouricuri II.....	98
Figura 35 –	Agricultor do Assentamento Ouricuri III.....	102
Figura 36 –	Produtora de Inhame Assentamento Ouricuri II – Atalaia.....	104
Figura 37 –	Armazenamento de Sementes, Assentamento Ouricuri II Atalaia 2022.....	105
Figura 38 –	Agricultor do Assentamento Ouricuri II – Atalaia.....	105
Figura 39 –	Produtor de aves Assentamento Ouricuri III – Atalaia/AL.....	107
Figura 40 –	Produtor de suínos, Assentamento Ouricuri III – Atalaia/AL 2022.....	108
Figura 41 –	Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri II Atalaia/AL.....	109
Figura 42 –	Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri Atalaia/AL.....	110
Figura 43 –	Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri Atalaia/AL.....	110
Figura 44 –	Animais de Serviço, Assentamento Ouricuri II Atalaia/AL.....	112
Figura 45 –	Produção camponesa comercializada na feira da Reforma Agrária de Atalaia (2023).....	114
Figura 46 –	Produção camponesa comercializada na feira da Reforma Agrária de Atalaia (2023).....	114
Figura 47 –	Produção de Acerola Assentamento Ouricuri, Atalaia (2022).....	116

Figura 48 –	Unidade de Produção Familiar, Assentamento Ouricuri III, Atalaia/AL.....	118
-------------	---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Estado de Alagoas e microrregiões alagoanas 2021-2023.....	20
Mapa 2 –	Estado de Alagoas dividido em mesorregiões 2021-2023.....	21
Mapa 3 –	Alagoas ocupação no século XVI-2019.....	27
Mapa 4 –	Municípios de Alagoas e a cidade de Atalaia.....	42
Mapa 5 –	Mesorregiões Leste de Alagoas e a cidade de Atalaia.....	42
Mapa 6 –	Municípios da Mesorregião Leste de Alagoas e a cidade de Atalaia.....	43
Mapa 7 –	Assentamento Ouricuri Atalaia/AL.....	93
Mapa 8 –	Assentamento Ouricuri II Atalaia/AL.....	97
Mapa 9 –	Assentamento Ouricuri III Atalaia/AL.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Usinas que fecharam em Alagoas ao longo dos séculos XX, XXI.....	38
Quadro 2 –	Unidades Produtoras de cana-de-açúcar em Alagoas – 2020.....	39
Quadro 3 –	Família Tenório de Albuquerque Lins e sua relação com engenhos e usinas de cana de açúcar em Atalaia – 2012.....	46
Quadro 4 –	Família Tenório de Albuquerque Lins e sua relação com engenhos de cana de açúcar em Atalaia – 2012.....	46
Quadro 5 –	Produção de Álcool das Usinas de Alagoas Safra de 1937.....	54
Quadro 6 –	Produção de Açúcar das Usinas de Alagoas Safra de 1981.....	55
Quadro 7 –	Informações adicionais de usinas alagoanas situadas no território Atalaiense – 2012.....	60
Quadro 8 –	Assentamentos situados no Município de Atalaia – Alagoas – 2020.....	79
Quadro 9 –	População econômica ativa - PEA por idade e gênero dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III/Atalaia – AL.....	102
Quadro 10 –	Assentamentos, área média e total das unidades de produção familiar (ha) e número de famílias dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III Atalaia/AL.....	103
Quadro 11 –	Área plantada de culturas de ciclo curto e frutíferas dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL.....	106
Quadro 12 –	Número total de animais nas atividades pecuárias observados nas 15 unidades de produção familiar dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III, no município de Atalaia – AL (B – bovinos, O – ovinos, A – aves, S – suínos, C – caprinos, Ap – apicultura, PI – piscicultura).....	109
Quadro 13 –	Número total de animais utilizados para serviço em cinco unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL.....	111
Quadro 14 –	Área de pastagem nativa e plantada (ha) em vinte unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III	

	no município de Atalaia/AL.....	113
Quadro 15 –	Destinação e formas de comercialização da produção agrícola em três unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL.....	115
Quadro 16 –	Destinação e formas de comercialização da produção pecuária em cinco unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Produção de cana-de-açúcar – microrregiões geográficas em 2018.....	40
Tabela 2 –	Números da população por município da microrregião da mata alagoana (2012).....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Metodologia	21
1.2	Trajetória pessoal, militante e acadêmica.....	23
2	ALAGOAS, SUA FORMAÇÃO E SEU TERRITÓRIO.....	25
2.1	Os Engenhos Banguês.....	25
2.2	As Usinas Açucareiras.....	35
2.3	A mesorregião Leste de Alagoas.....	39
2.4	O território de Atalaia.....	43
2.4.1	Economia e as atividades agropecuárias.....	44
2.4.2	O engenho estrela.....	44
2.4.3	O engenho Ouricuri.....	47
2.4.4	A Usina Brasileiro.....	48
2.4.5	A Usina Uruba.....	51
2.4.6	A Usina Ouricuri.....	52
2.4.7	Cana-de-açúcar: latifúndio, monocultivo e trabalho escravo.....	63
3	CAPITALISMO/AGRONEGÓCIO x AGROECOLOGIA/ CAMPEsinATO: MODELOS ANTAGÔNICOS.....	67
3.1	Agronegócio.....	70
3.2	Agroecologia.....	71
3.3	Agricultura camponesa.....	74
3.4	Da luta pela Reforma Agrária à constituição dos Assentamentos Rurais.....	74
4	A LUTA ORGANIZADA QUE TRANSFORMA A PAISAGEM DAS FRAÇÕES DO TERRITÓRIO CONQUISTADO.....	81
4.1	Paisagem.....	81
4.3	Movimentos socioterritoriais.....	88
5	OS ASSENTAMENTOS, AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR E A VIDA NO CAMPO: PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, POTENCIALIDADES, LIMITES E DESAFIOS DE SUA TRANSIÇÃO.....	91

5.1	Assentamento Ouricuri.....	91
5.1.1	Histórico do Projeto de Assentamento.....	91
5.1.2	Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento.....	92
5.1.3	Localização e acesso.....	92
5.1.4	Limites e confrontações.....	93
5.2	Assentamento Ouricuri II.....	94
5.2.1	Histórico do projeto de assentamento.....	95
5.2.2	Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento.....	95
5.2.3	Localização e acesso.....	96
5.2.4	Limites e confrontações.....	97
5.3	Assentamento Ouricuri III.....	98
5.3.1	Histórico do assentamento.....	99
5.3.2	Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento.....	99
5.3.3	Localização e acesso.....	100
5.3.4	Limites e confrontantes.....	100
5.4	Composição familiar.....	102
5.5	Produção de alimentos: características observadas.....	103
5.5.1	Agricultura.....	103
5.5.2	Pecuária.....	106
5.5.3	Comercialização.....	113
5.6	Potencialidades.....	117
5.7	Limites.....	119
5.8	Desafios.....	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	124
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	130
	ANEXO A – Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF).....	133

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada, teve como finalidade mostrar as transformações da paisagem no território atalaiense ao longo de sua formação, revelando a conversão da paisagem convencional em paisagem agroecológica a partir da análise das diferentes formas de produção existentes no território. Buscando apresentar as características do modo de produção capitalista e o modo de produção camponês, além de identificar potencialidades, limitações e os principais desafios da transição agroecológica no município de Atalaia, no estado de Alagoas (AL). Para Jan Douwe, o modo de produção camponês articula-se às relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato na sociedade, configurando-se como incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material — estes configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores na composição de um padrão coerente: o modo de produção camponês (Ploeg, 2021, p. 22).

A primeira seção trata de introduzir a estruturação da pesquisa, mostrando a trajetória do pesquisador e os caminhos metodológicos escolhidos para a busca de informações durante toda pesquisa; a segunda seção mostra a formação do estado de Alagoas, inicialmente marcada pelos engenhos bangues, tipificado pelo trabalho escravo e posteriormente pelas usinas sucroalcooleiras, além de elencar as características da mesorregião do leste alagoano e do território atalaiense, trazendo temas como cana-de-açúcar, latifúndio, monocultivo e trabalho escravo. A terceira seção mostra o antagonismo entre o capitalismo, representado pelo agronegócio, e a agroecologia, retratada pelos camponeses que dá origem a uma paisagem agroecológica. Nela levantamos aspectos relacionados ao agronegócio e à agricultura camponesa como formas produtiva, bem como à luta pela Reforma Agrária e à constituição dos assentamento rurais, mostrando como esses assentamentos criam uma nova forma de organização social e modificam a paisagem na disputa pelo território enquanto que, a quinta e última seção, trata de mostrar as características específicas da reprodução camponesa a partir da vida nas áreas de reforma agrária através de pesquisa realizada em 15 unidades de produção familiar dos Projetos de Assentamento. Ouricuri, Ouricuri II e Ouricuri III, buscando analisar as potencialidades, os limites e os desafios da transição agroecológica nos assentamentos situados no município de Atalaia/AL.

Atalaia é a principal cidade da microrregião da mata alagoana e a mais populosa desse território, com aproximadamente 50 mil habitantes e mais de 500 famílias assentadas em 11 projetos do Governo Federal. Está situada a apenas 49 km de distância da capital Maceió e a 92,3 km de Arapiraca, segunda maior cidade do estado (IBGE, 2017), sendo tais municípios os

principais polos de comercialização de Alagoas.

De forma geral, nossa análise mostrará as transformações da paisagem e a formação da paisagem agroecológica no município de Atalaia e como esse território se reorganizou após a falência dos engenhos Banguês e das indústrias sucroalcooleiras da cidade, quais os impactos causados na economia local e quais influências tiveram a criação dos assentamentos de Reforma Agrária na vida dos cidadãos atalaienses e no meio rural, procurando compreender as relações entre o campo e a cidade, e seu desenvolvimento nos demais aspectos da vida social. De maneira específica, investigamos a vida dos camponeses após o processo de criação dos assentamentos. Buscamos informações relacionadas à renda familiar, observando quais as principais cadeias produtivas existentes, sua finalidade e como ocorre o processo de produção, escoamento e comercialização dos produtos.

Do ponto de vista social, a pesquisa visou compreender como está o Complexo Ouricuri e como acontece a inclusão do núcleo familiar no cotidiano dos assentamentos, se há relação entre as comunidades e como é a participação de jovens e mulheres no processo produtivo, bem como nas tomadas de decisões. Além disso, se propôs a identificar as principais dificuldades existentes e buscar entender de que forma as famílias se organizam para sanar os problemas encontrados. No que se refere às questões ambientais, o convívio nos assentamentos durante toda a pesquisa possibilitou entender como se dá a relação dos trabalhadores rurais com a natureza e com os seres que nela habitam. Além de visualizar a forma que utilizam os recursos naturais e qual o principal modo de produção adotado pelos camponeses, compreendendo melhor como está o processo de transição agroecológica e qual a sua importância para Atalaia e região.

Optamos por organizar a presente dissertação em capítulos, o primeiro intitulado *Alagoas, sua formação e território*, apresenta o estado de Alagoas — que está situado na região nordeste do Brasil, com área de 27.768 km² e população total de 3,322 milhões de habitantes, dos quais 33% vivem na zona rural e a grande maioria (67%) na zona urbana, 1,025 milhões destes sendo residentes da capital Maceió. Além da capital, Alagoas conta com 101 municípios e divide-se em 03 mesorregiões geográficas (Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão do São Francisco).

Na mesorregião do Agreste reside aproximadamente 19,8% da população estadual, concentrando pequenas propriedades do tipo familiar — como pequenos produtores de fumo em corda e de hortaliças —; a mesorregião do Sertão abriga pouco mais de 13,7% do total de residentes, bem como a principal bacia leiteira do estado (microrregião de Batalha); na mesorregião do Leste alagoano, onde reside aproximadamente 66,5% da população do estado,

está a concentração da cana-de-açúcar, que reflete a efetiva territorialização do agronegócio em Alagoas (BNB/ETENE, 2010). o território alagoano ainda possui 13 microrregiões, como mostra a figura 1 abaixo:

Mapa 1 – Estado de Alagoas e microrregiões alagoanas 2021-2023



Fonte: Alagoas, Geografia e história do estado de Alagoas em 2023. Acesso em: 25 jun. 2023.

O mapa 1 mostra geograficamente a divisão municipal e microrregional de Alagoas, que tem na capital Maceió o seu principal polo de comercialização, seguido do município de Arapiraca, segunda maior cidade do território. Abaixo (figura 2) segue a macro divisão de Alagoas, geograficamente dividida em 03 mesorregiões.

Mapa 2 – Estado de Alagoas dividido em mesorregiões 2021-2023



Fonte: reproduzido de BaixarMapas.com (2023). Acesso em: 26 jun. 2023.

O Leste Alagoano engloba seis microrregiões e 52 municípios, ocupando 13,2 mil km² ou 47,7% do território do estado. Além de ser a mesorregião mais extensa, também se apresenta como a mais importante do ponto de vista econômico, dada a presença de Maceió e da zona da mata, onde se concentra a produção canavieira do estado (BNB, 2015).

É importante salientar que, assim como em outros estados do Brasil e do Nordeste, a produção canavieira passa a caracterizar o processo de formação do território alagoano. A coroa portuguesa trouxe consigo não só a introdução de uma cultura agrícola, mas também todo um histórico de coronelismo, trabalho escravo e degradação ambiental, resultando em um cenário de fome, miséria e pobreza para a maior parte da população alagoana, desterritorializando vários povos tradicionais que aqui habitavam, modificando a paisagem inicial e fazendo surgir a luta de classes e a constante disputa pelo território em diversas regiões.

1.1 Metodologia

A pesquisa inicialmente leva em consideração a realidade dos fatos para, desta forma, entendermos o mundo como ele realmente é, e não como gostaríamos que fosse. Esse importante referencial teórico, baseado no materialismo histórico, auxilia a nos aproximarmos ao máximo da realidade existente no território pesquisado para compreender como o capitalismo estrutural se desenvolve ao longo de séculos. Sobre isto Spirkine e Yakhot afirmam

É o materialismo histórico, uma das componentes fundamentais da filosofia marxista-leninista, que elabora a teoria geral e o método de conhecimento da sociedade humana como sistema, estuda as leis da sua evolução e a sua utilização pelos homens (Spirkine; Yakhot, 1975b, p. 10, grifos dos autores).

Os camponeses descobrem esse desenvolvimento capitalista sentindo no cotidiano a perversidade de um sistema que destrói a natureza, escraviza pessoas, sequestra identidades, destrói culturas ancestrais e persegue os que se recusam a aceitar essa lógica de desenvolvimento baseada apenas no lucro, fazendo surgir, a partir das contradições de classes, a disputa pelos territórios.

A pesquisa foi realizada no município de Atalaia, estado de Alagoas, no Povoado Ouricuri, mais precisamente em três áreas de assentamentos rurais (Ouricuri, Ouricuri II e III) localizados no território atalaiense, onde participaram 05 famílias por assentamento. A escolha das famílias entrevistadas se deu através dos critérios de indicação da liderança local e interesse da família em participar da pesquisa. A coleta de dados ocorreu entre 2022 e 2024, com todos os cuidados necessários sendo tomados para evitar problemas relacionados à *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), a exemplo de higienização dos materiais utilizados, uso de máscara, álcool gel e distanciamento social.

Seu foco foi compreender as transformações da paisagem a partir das relações de poder e disputas pelo território e das territorialidades existentes, observando a construção da paisagem agroecológica e o processo de transição agroecológica evidenciando suas potencialidades, limites e desafios, bem como buscando compreender como se organizam as famílias assentadas existentes no local. A busca por informações ocorreu mediante levantamentos bibliográficos de diferentes momentos da formação dos territórios brasileiro, nordestino e alagoano. Também foram realizadas pesquisas em sites oficiais, além de entrevistas com trabalhadores da antiga usina Ouricuri; referências municipais; levantamento de dados em órgãos municipais, estaduais e federais; visita aos camponeses nos assentamentos para aplicações de questionários por amostragem e registros fotográficos, com utilização de câmeras e drone, de áudio e vídeo. Foram aplicados 05 questionários em cada um dos três assentamentos selecionados para, ao final, produzirmos 15 questionários por amostragem posteriormente sistematizados.

Foram realizadas ainda entrevistas individuais, conversas com lideranças locais, visitas nas residências do povoado e nas unidades de produção familiar, com observações visuais e conversas informais. Todas as fases da pesquisa foram desenvolvidas em etapas para facilitar a organização e sistematização das informações, sendo:

Etapas 1 - buscas na internet, em sites oficiais, para a coleta de dados e por determinados

temas de interesse — capitalismo, agronegócio, monocultivo, agrotóxicos, assentamentos rurais, cana de açúcar movimentos socioterritoriais, agricultura camponesa e agroecologia;

Etapas 2 - levantamento de dados em órgãos das esferas municipal, estadual e federal e sensibilização/organização das famílias envolvidas por meio de visitas nos assentamentos Ouricuri I, II e III, para explicar o objetivo da pesquisa em questão e suas etapas;

Etapas 3 - sistematização inicial dos dados coletados até o momento;

Etapas 4 - visitas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Instituto de Terras de Alagoas (Iteral) e pesquisa de campo no município de Atalaia para dialogar com referências municipais, no povoado Ouricuri, para entrevistar funcionários da antiga usina Ouricuri, e nas unidades de produção familiar, com intuito de conhecer como cada família envolvida se organiza na produção, esse é também um importante momento para conversas informais com os camponeses;

Etapas 5 - visitas nas residências das famílias envolvidas para aplicação dos questionários individuais, nos assentamentos Ouricuri I, II e III, sendo 5 famílias por assentamento;

Etapas 6 – sistematização de todas as informações coletadas para elaboração da dissertação.

Todas as famílias entrevistadas estavam cientes de todo o processo realizado e assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

1.2 Trajetória pessoal, militante e acadêmica

Este relato diz respeito a minha trajetória militante ao longo de 23 anos integrando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Aqui falarei um pouco do que é participar desse movimento, que é referência mundial na luta contra as desigualdades e injustiças sociais, refletindo desde os primeiros passos aos dias atuais, onde percebi que a coletividade é de fundamental importância para a resolução dos problemas, que as conquistas coletivas representam um pouco do esforço individual de cada pessoa em busca de um bem comum.

Comecei a trajetória como militante do MST em 2001, na ocasião do curso *Pé-no-chão* de Agropecuária no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), inicialmente apenas com o intuito da busca pelo estudo, porém, logo fui aprendendo mais sobre o MST. Durante o curso comecei a atuar como militante deste movimento, conhecendo as áreas de acampamentos e assentamentos, e foi aí — vivenciando a realidade das populações camponesas — que começaram meus primeiros processos de formação em alguns

assentamentos e acampamentos do estado da Paraíba e principalmente em meu estado de origem, Alagoas. Após o término do curso, passei a atuar como profissional e fiz parte de equipe multidisciplinar de Assistência Técnica Econômica e Social (Ates), realizando os Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA), como forma de contribuir na organização das áreas de Reforma Agrária.

Após alguns anos de atuação, ainda como profissional comecei a compor o quadro técnico do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (Zumbi), entidade que presta assistência técnica para os povos originários e é referência em Alagoas, com atuação em todo estado. O Centro desenvolve trabalho com famílias assentadas, grupo de jovens, mulheres e, em menor proporção, comunidades indígenas. Posteriormente na condição de coordenador geral, passei a representar o Centro Zumbi no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Cedafr). Em 2010 resolvi estudar em outro campo de atuação profissional, me graduando na área da Fisioterapia; no entanto, continuei como técnico pé-no-chão e a partir de 2013 passei a coordenar a equipe de assistência técnica estadual, desta vez no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

No ano de 2014 fui assentado no projeto de assentamento Ouricuri III, no município de Atalaia, em uma proposta de assentamento coletivo, onde permaneço até os dias atuais. Em 2016 fiz parte da equipe de assistência técnica no Programa Terra Forte, no termo de cooperação entre os estados do Nordeste para a construção dos planos de cadeias produtivas; em 2018 fiz parte de um intercâmbio de agroecologia em Cuba, com um grupo de 13 profissionais militantes de diversas áreas de formação — momento de fundamental importância para minha formação profissional e pessoal, aprendendo ainda mais sobre agroecologia e vivenciado o carinho e a alegria do povo e do socialismo cubano. Em 2019 ingressei no curso de Especialização em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo esta mais uma conquista de minha vida profissional.

Por fim, a possibilidade de aprender cada vez mais sobre o continente latino-americano, me fez no ano de 2021 optar pelo ingresso no TerritoriAL, Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) no qual foi concluído no dia 20 de março de 2024.

2 ALAGOAS, SUA FORMAÇÃO E SEU TERRITÓRIO

Nesta secção vamos dialogar a respeito da origem do estado de Alagoas, criado a partir do desmembramento de Pernambuco, com sua emancipação em 1817, devido ao estímulo para o desenvolvimento dos engenhos banguês e posteriormente das usinas de cana-de-açúcar, fruto da intervenção da Coroa Portuguesa no Brasil e em Alagoas. Trata-se de um processo de longos enfrentamentos históricos entre os povos originários e os senhores de engenho, modificando a paisagem inicial do território alagoano.

2.1 Os Engenhos Banguês

Além de números e dados demográficos, há uma história anterior a tudo o que vivemos nos dias atuais, mais abrangente e rica de informações sobre o estado alagoano. Iniciaremos essa trajetória falando sobre os povos originários e os engenhos banguês, partindo das considerações de Milton Santos, quando afirma que: “A Geografia deve se ater aos fatores históricos, considerando um fundamento essencial: que é a compreensão da realidade espacial” (Santos, 1977). Para o autor, não é possível compreender o espaço sem a produção humana, isto é, sem suas relações. De modo que, é ao adotarmos o espaço humano como resultado de um processo de relações cotidianas que se torna possível a compreensão da realidade espacial. Tal realidade pode ser inicialmente descrita pela presença de povos tradicionais, anterior à chegada dos portugueses em solo brasileiro; não diferente das demais regiões, Alagoas possuía diversas tribos indígenas com suas etnias, características e costumes, e forte relação com a natureza, construindo, dessa forma, uma paisagem inicial no espaço.

Segundo Diégues Junior (2006), a partir da chegada dos portugueses, Alagoas redefine sua divisão geográfica e formação socioeconômica em três Vilas — Porto Calvo, das Alagoas e Penedo —; a formação do estado passa a ser construída através da vida nos engenhos de cana-de-açúcar denominados de Bangüê, que na verdade é o conjunto composto pelo próprio engenho, plantações, casas de engenho e a senzala — lugar destinado aos escravos vindos da África para realizar o trabalho árduo e forçado nos banguês (Diegues Junior 2006).

No entanto, é importante salientar que por trás da vida nos engenhos e da produção canavieira mencionada pelo autor, existiram no processo histórico da formação do território alagoano e brasileiro a monocultura, a degradação do meio ambiente e a perversidade do trabalho escravo promovidas pelo império da coroa portuguesa. Os escravos eram obrigados a desenvolver os piores trabalhos possíveis, estando ou não em condições de realizá-los, de modo

que a grande maioria dos núcleos populacionais alagoanos nasce e se desenvolve ao redor dos engenhos, que tinham como principal objetivo fabricar o tão precioso ouro branco da época, (açúcar). Para isso se fez necessário o conflito com povos originários na disputa pelo território, surgindo assim a apropriação ilegal baseada no uso da força. Desse modo, formam-se o povoamento nos engenhos bangues e novas relações socioterritoriais entre dominantes e dominados, criando uma nova paisagem.

O sistema econômico do engenho tem influência na vida cultural das pessoas modificando seus costumes e valores, eram exatamente nestes engenhos onde aconteciam as relações cotidianas dos núcleos populacionais até então, (Diégues Júnior, 2006, p. 43).

Esses engenhos, em sua maioria, têm origem em nomes de rios, lagos, lagoas, acidentes geográficos e nome de famílias, oriundos de devoção da igreja católica (imagens santas), ou mesmo de matas e florestas do território ou região onde foram instalados. Diégues Júnior (2006) afirma ainda que a busca de informações sobre Alagoas é algo difícil, pois os documentos que retratam sua história não são facilmente localizáveis, impondo um limite à reconstrução do passado alagoano — principalmente no que se refere aos engenhos. Muita coisa está atrelada à história do estado vizinho (Pernambuco,) por estarem juntos ao longo de muito tempo na história.

[...] Com seu desmembramento, Alagoas começa a se constituir em 3 diferentes fases, a primeira delas está relacionada a sua constituição em Vilas por meio da paróquia sendo elas, a Vila de Porto Calvo na Região Norte como um núcleo de disseminação, a das Alagoas na Região Sul criada justamente por conta das Lagoa do Norte e Lagoa do Sul e a Região de Penedo. Na região das Alagoas, concentrava-se a principal base econômica da época fundamentado no plantio da cana de açúcar e na construção dos engenhos de açúcar ou Bangüês, estes eram construídos as margens das lagoas, riachos ou rios, onde ocorreu sua distribuição territorial e social e as relações sócio-políticas e os povoamentos começavam a acontecer [...] (Diégues Júnior, 2006, p. 43).

Para contribuir com o processo histórico dos engenhos alagoanos recorreremos a José Alves Filho (2012), que se desafiou a também compreender melhor esse processo e traz a seguinte contribuição sobre essa divisão política e territorial:

[...] A revolução Pernambucana, deflagra a partir do mês de março de 1817, contra entre outras coisas, a cobrança extorsiva de impostos pela administração do Rei Dom João VI e a monarquia como um todo, não obteve êxito e os revolucionários foram combatidos impiedosamente por forças leais a Coroa. Como punição a província de Pernambuco foi desmembrada e as Comarcas do Rio Grande do Norte e de Alagoas foram declaradas províncias independentes (Filho, 2012, p. 27).

Há relatos de que após esse processo houve um forte incentivo, por parte da Coroa, para que senhores de engenho pernambucanos interessados instalassem banguês em território Alagoano, tendo benefícios como compra de terras, maquinários e até mesmo redução de pagamento de impostos, o que pode explicar o grande salto de instalações de engenhos em solos alagoanos nesse período. Ainda como parte da reconstrução da história, Sousa e Tavares (2010) reafirmam como se deu o processo de formação geográfica alagoano dizendo que esse território contava com três localidades ou povoações consideradas os pontos iniciais de sua colonização.

[...] as vilas de Porto Calvo de 1615, de Alagoas 1624 e do povoado de Penedo 1560. Há de se observar a intenção e estratégia da Coroa de Portugal em ocupar áreas mais próxima da faixa litorânea, que atualmente representa o território da mesorregião do Leste Alagoano (Souza; Tavares, 2019).

Alagoas é formada a partir dessa divisão que ignora os que aqui já habitavam e leva em consideração apenas a presença de rios e lagoas como ponto de partida de sua formação, atreladas a isso a formação dos engenhos e a necessidade de transporte de mercadorias e pessoas, criando uma relação de convívio entre dominantes e dominados em torno dos engenhos e dando uma nova característica ao território.

Mapa 3 - Alagoas ocupação no século XVI-2019



Fonte: reproduzido de Frigoletto (2005).

Além do fator político, a formação de Alagoas parte do fator geográfico e a divisão de seus núcleos leva em consideração a hidrografia alagoana; tendo a água como elemento principal, em forma de rios ou lagoas. Assim, o litoral alagoano foi distribuído em três regiões:

a região dos quatro rios — que é a do Norte ou Vila de Porto Calvo —, tendo como referência a presença dos rios principais como Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha, juntando-se a rios de menor porte (São Bento, Maragogi, entre outros). Depois a região das grandes lagoas, onde se destacam a do Norte, atualmente denominada de Lagoa Mundaú, e a do Sul, Lagoa Manguaba; por fim, a região são-franciscana, tendo a Vila de Penedo como ponto de disseminação de seu povoamento, seja em direção ao norte, seja adentrando para o sertão alagoano.

Figura 1 – Engenho São Lourenço Início de sua Construção, Água Branca - 1920



Fonte: reproduzido de História de Alagoas [s.d.].

Fundado no início de 1920, como engenhoca de rapadura do município de Água Branca, alto sertão alagoano, o centenário engenho São Lourenço continua um dos poucos a funcionar no estado, dada a busca pela modernização que fez com que o banguê fosse inclusive reconhecido como destino turístico, tendo como diferencial, além de sua estrutura, a produção de mel, cachaça, rapadura e sorvete de rapadura — muito apreciado por seus frequentadores nos dias atuais —, tendo o banguê como uma das rotas turísticas do município.

Figura 2 – Centenário Engenho São Lourenço, Água Branca (2023)



Fonte: reproduzida de Brinde do Bem [s.d.].

Ainda como parte da formação do território de Alagoas, a história nos fala do surgimento de uma quarta vila, onde Diégues Júnior relata que:

[...] em meados do século XVII, surge uma quarta Vila, a de Atalaia fruto da luta contra os negros Palmarinos nos Quilombos, onde Domingos Jorge Velho recebe como prêmio as denominadas Sesmarias, ou seja, o direito de utilizar as terras que foram retiradas dos Negros derrotados após longos anos de luta e resistência [...] (2006).

Não bastasse a guerra contra os povos indígenas, Alagoas também é cenário de guerra contra os negros que lutavam por sua liberdade e se refugiavam em quilombos, acirrando cada vez mais a disputa pelo território. O Quilombo dos Palmares representou importante forma de organização política e comunitária que por mais de 100 anos lutou e resistiu contra a perversidade dos colonizadores portugueses. Com seu fim, surge então a quarta vila, a “Vila de Atalaia”, que logo adota o modelo de desenvolvimento do monocultivo canavieiro para exportação do açúcar — momento histórico marcado pela referência de Zumbi dos Palmares, grande líder quilombola que por muitos anos lutou pela liberdade do povo negro e contra essa forma perversa de desenvolvimento econômico.

Figura 3 – Almoço na roça, negros trazidos da África em território alagoano 1952



Fonte: reproduzido de Diário de Pernambuco (1952).

Para Vandete Pacheco, em seu livro intitulado *Atalaia, o último reduto dos palmarinos*,

[...] Atalaia é mais que o surgimento de uma quarta vila, trata-se de um território histórico, seu passado e sua origem têm fundamento na história da escravidão no Brasil, ou mais precisamente no Quilombo dos Palmares onde os senhores Feudais compravam estes miseráveis seres humanos e lhes impunham toda e qualquer espécie de trabalho, estivessem ou não em condições físicas e mentais de os enfrentar (Cavalcante, 1980).

Para a autora, não se trata apenas da introdução de um quarto território, mas da forma como este foi forçado a surgir na paisagem alagoana. Atalaia precisou ser cenário de batalhas entre negros e a coroa portuguesa, representada pelo bandeirante paulista Domingo Jorge Velho; a luta palmarina liderada por Zumbi retrata perfeitamente a disputa territorial daquela época. Assim, vários engenhos banguês começam a se instalar também na Vila de Atalaia.

Figura 4 – Engenho Patrocínio, Atalaia/AL – 1924



Fonte: reproduzido de História de Alagoas (2023).

E é dessa forma que Alagoas passa a possuir 4 Vilas, em cada uma delas vão se formando suas freguesias e, conseqüentemente, os povoados. A história desse território está diretamente ligada à história da luta de classes entre índios, negros e senhores de engenho e da cana-de-açúcar, seja pelos banguês, seja pelo que hoje são as Usinas Sucroalcooleiras que surgiram posteriormente. Mesmo surgindo da batalha Palmarina, Atalaia não difere dos demais núcleos populacionais de Alagoas, adotando rapidamente a introdução dos engenhos banguês e com eles o monocultivo e a degradação do meio ambiente. Logo, a cultura canavieira e o fabrico de açúcar começam a fazer parte do roteiro econômico da colonização portuguesa em seu território; e nesse habitat favorável amplia-se rapidamente pelo Vale do Paraíba, onde toda a região vai encontrar na produção do açúcar os elementos de seu novo processo de formação, riqueza e crescimento para uns e fome, miséria e pobreza para a maioria da população.

[...] Dos engenhos, uns se chamam reais, outros, inferiores, vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente (Antonil, 1711).

Havia banguês de diversas formas de produção — os conhecidos engenhos d'água, os movidos a bois, os trapiches, os mais primitivos eram conhecidos como pilões, engenhos de mós e os de exios, posteriormente os de três paus, também conhecidos como entrosas. Alagoas conheceu todos os tipos de fábricas de açúcar e foram justamente esses engenhos que encontraram em solo alagoano o território ideal para seu desenvolvimento — clima, relevo, solos, florestas e águas que banham o estado, cuja utilização das margens fora fundamental para a fabricação do açúcar. O Banguê nas Alagoas traz uma passagem de jornais do século XIX, onde já era comum o anúncio de barcaças para comercialização, seu valor era medido pelo número de sacos ou caixas de açúcar que podiam conduzir,

[...] Vende-se a barcaça *Flor do Jaraguá* que pega em 24 caixas de açúcar”, etc. (Diário de Alagoas, 04 de abri. 1859); “Vende-se a barraca *Boa-Ventura*, de lote de 20 caixas de assucar, com todo o seu aparelho, pronta a navegar, etc. (idem, 22 abr.1861.) (Diégues Júnior, 2006, p. 113, grifos do autor).

Eram também os engenhos os propulsores dos desmatamentos, onde aconteciam as derrubadas de grandes árvores para a construção dos navios e roçados, afetando toda a biodiversidade existente. O fogo era proveniente das atividades realizadas nos banguês, a monocultura canavieira obrigava a retirada das matas para suprir as necessidades da industrialização, que clamavam pelo desmatamento, além das construções e consumo de lenha.

[...] Esta circunstâncias, referida pelo Ouvidor Mendonça já fora prevista um século antes, na provisão régia de 3 de novembro de 1861, que proibia a construção de engenhos a menor distância de meia légua dos outros, isto pelo fato de que sua demasiada vizinhança resultava escassez de lenha para seu fábriço, era o engenho o grande destruidor das árvores, o derrubador das matas, a cata de madeira para as suas fornalhas, para suas construções. Consumo de lenha que prejudicava o equilíbrio ecológico [...], continua, [...] Os engenhos foram se desenvolvendo e com isso ditando a economia alagoana e as condições de sociabilidade de seu povo, tanto que na metade do século XIX Alagoas possuía 316 banguês, era um momento de surto na produção, em 1859 esse número passa para 479 engenhos com tendência a forte crescimento [...] (Diégues Júnior, 2006, p. 85).

O engenho se caracteriza como aquilo que dita a constituição da sociedade alagoana, bem como das demais áreas canavieiras do Brasil; é através dos banguês que as relações humanas baseadas na exploração da força de trabalho e concentração de terras são condicionadas à reprodução, seja por grupos de indígenas, seja por grupos de escravos negros trazidos da África. Aqui o português assume o papel de dominador, tendo em seu entorno a construção de uma sociedade voltada única e exclusivamente ao desenvolvimento da economia do açúcar, projetando no Brasil uma estrutura de sociedade econômica patriarcal, fundamentada na grande propriedade de terras e na monocultura. Vem da Coroa portuguesa a formação social

de Alagoas e é na produção das fábricas de açúcar que se expande a sua colonização neste território. Essa territorialidade caracteriza o campo alagoano, onde ainda existe:

[...] o predomínio da grande propriedade e a concentração fundiária; a presença da monocultura especialmente na zona da mata; a marca da violência nas relações sociais e políticas; as desigualdades de classe; os conflitos e lutas sociais, em especial a luta pela terra; e a marginalidade conferida à agricultura de subsistência, que mesmo assim, teima em existir [...] (Lusa, 2013, p. 355).

A concentração fundiária e a violência nas relações sociais descritas pelo autor configuram a herança amarga que se naturalizou e se perpetua nos tempos atuais, trata-se de algo estruturado e amparado muitas vezes pelo próprio Estado. Com isso, o crescimento da fome, miséria e pobreza passa a ser algo inevitável, além dos inúmeros assassinatos de camponeses e lideranças sociais, causando danos irreparáveis para a sociedade alagoana.

É importante ressaltar que existiram diversas crises que afetaram os engenhos Banguês; estes tiveram seu período de descenso desde a invasão dos holandeses ao nordeste brasileiro, colocando em cheque a existência dos engenhos no período de 1630 a 1654.

Os holandeses ao tomarem a produção açucareira no Norte, como era chamada a parte da atual Região Nordeste, se acharam em necessidade do abastecimento de mão-de-obra. Para a captura da mão-de-obra escrava indígena, foram realizadas diversas frentes, promovendo assim incursões nos sertões do rio São Francisco e do Maranhão (Straforini, 2008, p. 79).

Figura 5 – Porto Calvo desenhado pelos Holandeses 1945



Fonte: reproduzido de História de Alagoas [s.d.].

Figura 6 – Porto Calvo no período da invasão Holandesa 1945



Fonte: reproduzido do portal História de Alagoas (s.d.).

Nesse novo contexto geográfico, a economia do açúcar sofria uma de suas crises mais graves, prejudicando seu ritmo promissor e questionando o progresso e existência do banguê, junta-se a isso a expansão da cultura cafeeira para o sul do país, com forte migração humana para as zonas de mineração — o que viria a afetar diretamente as atividades dos engenhos, tanto em Alagoas quanto nos demais estados do nordeste.

[...] e em 1884 o Presidente Henrique de Magalhães Sales, referia-se, as dificuldades com que lutava a agricultura, foi essa situação mais agravada com o 13 de maio que perdurou na agricultura e na indústria do açúcar, refletindo sobretudo no banguê, possuía então Alagoas cerca de 1.000 engenhos, seis usinas, afora (Diégues Júnior, 2006, p. 157).

Com o fim da hegemonia econômica, Alagoas vive um cenário de prejuízos financeiros para os banguês, que começavam a sofrer seus primeiros desencantos, agravados ainda ao final do século XIX com o aparecimento da usina. Assim, “A baixa do açúcar, acarretou as dificuldades sofridas pelo engenho, havendo mesmo alguns que deixarem de fabricar açúcar na safra de 1903 para 1904 a fim de vender mel para as usinas” (Diégues Júnior, 2006 p. 157).

Começa a era da grande economia do açúcar em disputa com a pequena (banguê), o engenho a vapor começa a surgir e, deste modo, nesse momento o processo de desmatamento,

concentração fundiária e luta de classes só aumentam.

2.2 As Usinas Açucareiras

Surge uma nova forma de produção de cana-de-açúcar, com altos investimentos em equipamentos e maquinários, além de alto potencial produtivo, as até então desconhecidas agroindústrias canavieiras e com elas os usineiros, que trazem novos efeitos espaciais a partir de implantações tecnológicas em determinada área geográfica do território alagoano. Este momento é marcado não apenas pelo conflito entre usineiros e camponeses, mas também contra donos de engenhos.

A década de 1930 é marcada pelos conflitos entre usineiros e senhores de engenhos no Estado, que não gostaram da superação da capacidade dos engenhos pelas usinas, a produção em grande escala das usinas, impossibilitava a concorrência, transformando-os em fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas. O acirramento aumentava conforme fosse aumentando o número de engenhos fechados. De 1931 a 1935, foram fechados em Alagoas 413 engenhos (Heredia, 1988; Andrade, 1997 *apud* Silva 2021, p. 38).

Ao se instalar em Alagoas, a agroindústria da cana-de-açúcar trata de ocupar a faixa de terra próxima ao litoral, na Mesorregião do Leste Alagoano, composta por seis microrregiões geográficas. O desenvolvimento da economia açucareira a partir da instalação das usinas alagoanas teve início em 1892, com a instalação da primeira usina, a Usina Brasileiro, na cidade de Atalaia, mesorregião leste do estado, sem o auxílio do governo. Seu fundador foi um francês chamado Félix Gustavo de Vandesmet, conhecido como o Barão de Vandesmet, nessa época apenas eram chamadas de usinas propriedades de caráter particular, empresas comerciais geralmente estrangeiras eram denominadas engenhos centrais.

Figura 7 – Família Vandesmet, fundadora da primeira usina de Cana de Açúcar em Alagoas (Usina Brasileiro) 1933



Fonte: reproduzido de História de Alagoas (2023).

Essa indústria com caracter moderno, segundo Vandet Pacheco,

[...] teve vários nomes inicialmente sendo denominada de “Usina Brasileiro Felix de Vandesmet”, desde sua fundação até 21 de outubro de 1922, quando passou a se chamar “Usina Brasileiro Vandesmet & Cia”. Em 1º de dezembro de 1933 passa as mãos dos Berard e a firma muda para “Usina Brasileiro Oscar & Cia”, e em 1941 já em poder do grupo Piat, denomina-se “Usina Brasileiro de Açúcar e Alcool S. A.”[...] (Cavalcante, 1980, p. 79).

Figura 8 – Vista parcial da Usina Brasileiro Atalaia – AL (1933)



Fonte: reproduzido do site História de Alagoas (2015).

Este foi o nome que permaneceu até sua falência em 1958, posteriormente dialogaremos sobre as características da Usina Brasileiro, engenhos banguês e demais usinas de açúcar e álcool que fizeram parte do território de Atalaia, área de referência para o objeto da pesquisa. Outras usinas surgiram no decorrer de tempo no território alagoano, mesmo sendo, em sua maioria, indústrias de pequeno porte, o feito é considerado um grande avanço do ponto de vista produtivo, se comparado à produção dos engenhos nos banguês. E na medida em que avança o número de usinas e terras destinadas ao cultivo canavieiro, crescem o monocultivo, o desmatamento e a pobreza para a maioria da sociedade alagoana, a desterritorialização de camponeses e os conflitos agrários.

O estado alagoano torna-se uma das referências no cenário nacional e na produção de cana-de-açúcar; várias pesquisas são desenvolvidas ao longo do tempo, onde se incorporam variedades da cultura desenvolvidas em solos alagoanos, vários fatores contribuíram para isso, principalmente o incentivo por parte do Governo Federal para os estados do Nordeste. Aqui destaca-se a criação dos Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933; da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959; do Programa Nacional do Álcool (Proalcool), em 1975, e do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar

(Planalcucar, em 1971, como determinantes para o desenvolvimento do setor no estado. Contudo, algumas regulamentações estabelecidas acabaram prejudicando o funcionamento de outras indústrias consideradas de pequeno porte e que não tiveram o mesmo destino e sucesso, pois, em menores condições econômicas e infraestruturais, naturalmente vão sendo absorvidas por indústrias maiores. É importante salientar inicialmente que, segundo a regulamentação do IAA, só era permitida a transformação em usinas dos engenhos com capacidade mínima de 3.000 sacos.

Segundo Geovane Alves da Silva (2021), as dificuldades para as usinas menores do estado viria por outro lado, com o Decreto-lei nº 1.831, de 4 de dezembro 1939, que nos artigos 14 e 23 do capítulo III reiterava a proibição de novas usinas no país. Controlava-se, assim, a compra e a venda de equipamentos (novos e usados), medidas que impossibilitavam o desenvolvimento das usinas menores e as fadavam ao desaparecimento, privilegiando as usinas maiores (Silva, 2021, p. 41). Tal cenário fez com que muitas das usinas sucroalcooleiras instaladas em Alagoas fechassem as portas; além de outros fatores observados no decorrer da história, aqui nos ateremos a mostrar apenas alguns dados de todo esse processo. Abaixo segue a relação das indústrias açucareiras que sucumbiram ao tempo.

Quadro 1 – Usinas que fecharam em Alagoas ao longo dos séculos XX, XXI

Usinas no século XX	Município	Microrregião geográfica
Brasileiro, Ouricuri, Rio Branco	Atalaia	Mata Alagoana
Bititinga	Messias	Mata Alagoana
Alegria, Campo Verde, Esperança, Mucuri e São Semeão	Murici	Mata Alagoana
Água Comprida e Bom Jesus	Camaragibe	Mata Alagoana
Conceição do Peixe e Pindoba	São Luís do Quitunde	Mata Alagoana
Apolinário	São José da Laje	Serrana dos Quilombos
Cansanção do Sinimbu	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos
Santa Felisberta	Maragogi	Litoral norte alagoano
Pau Amarelo	Santa Luzia do Norte	Maceió
Terra Nova	Pilar	Maceió
Usinas no século XXI	Município	Microrregião geográfica
Cachoeira	Maceió	Maceió
Capricho	Cajueiro	Mata Alagoana
João de Deus	Capela	Mata Alagoana
Guaxuma	Coruripe	São Miguel dos Campos
Triunfo	Boca da Mata	São Miguel dos Campos
Paísa (Penedo)	Penedo	Penedo
Sinimbu	Jequiá da Praia	São Miguel dos Campos
Roçadinho	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos

Fonte: reproduzido de Silva (2021).

Atualmente existem 15 unidades agroindustriais sucroalcooleiras em funcionamento no estado de Alagoas que produziram, na safra 2020/2021, 17.037.842 toneladas de cana, todas fazem parte do território da mesorregião do leste alagoano (quadro 2).

Quadro 2 – Unidades Produtoras de cana-de-açúcar em Alagoas – 2020

Unidade Produtora	Município	Microrregião geográfica
Central Açucareira Santo Antônio – Filial Camaragibe	Matriz do Camaragibe	Mata Alagoana
Central Açucareira Santo Antônio S/A	São Luís do Quitunde	Mata Alagoana
Cia. Açucareira Central Sumaúma	Marechal Deodoro	São Miguel dos Campos
Cia. Açucareira Usina Santa Maria	Porto Calvo	Mata Alagoana
Cooperativa agrícola do vale do satuba (Coopervales), antiga usina Uruba	Atalaia	Mata Alagoana
Cooperativa de Colonização Agropecuária Indústria Pindorama LTDA	Coruripe	São Miguel dos Campos
Industrial Porto Rico S/A	Campo Alegre	São Miguel dos Campos
S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool	Rio Largo	Maceió
S/ A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Coruripe	São Miguel dos Campos
Usina Caeté S/A	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos
Usina Caeté S/A - Filial Marituba	Igreja Nova	Penedo
Usina Santa Clotilde	Rio Largo	Maceió
Usina Serra Grande S/A	São José da Laje	Serrana dos Quilombos
Usina Taquara LTDA.	Colônia de Leopoldina	Mata Alagoana
Usinas Reunidas Seresta S/A	Teotônio Vilela	São Miguel dos Campos

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Sindaúcar (2021).

2.3 A mesorregião Leste de Alagoas

A justificativa para a escolha desta mesorregião decorreu de se tratar da primeira área de ocupação no território alagoano, onde nasceu inicialmente a organização espacial de 3 vilas (Porto Calvo, das Alagoas e Penedo), tendo uma quarta (Vila de Atalaia) sendo criada a partir da luta contra o Quilombo dos Palmares, constituindo a formação da dimensão geográfica do território de Alagoas após a chegada dos portugueses ao Brasil. É também onde reside o maior número de pessoas que habitam o estado, dos primórdios aos tempos atuais.

A escolha pela microrregião geográfica da Mata Alagoana se deu por ser um território onde a cana-de-açúcar historicamente influenciou e modificou a paisagem desse bioma, sendo predominante desde o período inicial de ocupação dos portugueses aos tempos atuais. Já a escolha pelo território de Atalaia ocorre em razão de ser a cidade que abrigou a primeira usina sucroalcooleira do estado, sendo ainda uma cidade considerada pequena do ponto de vista

territorial e populacional, e que mesmo assim já possuiu vários engenhos banguês e 07 Usinas, sendo 06 indústrias de açúcar e álcool e uma siderúrgica, que certamente influenciaram no processo das relações humanas e suas territorialidades.

Esse território se destaca entre os demais, afinal a faixa litorânea foi predominante para o desenvolvimento da cana-de-açúcar em Alagoas; possui seis microrregiões e 52 municípios, ocupando 13,2 mil km² ou 47,7% do estado. Além de ser a mesorregião mais extensa, tem em comum a predominância da monocultura canavieira desde sua formação, seja através dos engenhos banguês, seja pela modernização industrial, na qual surgiram as usinas, como poderemos ver nas informações abaixo referentes a produção dos últimos anos.

Tabela 1 – Produção de cana-de-açúcar – microrregiões geográficas em 2018

Mesorregiões	Microrregiões	Quantidade (t)
Agreste Alagoano	Arapiraca	218.400
	Palmeira dos Índios	8.950
	Traipu	60.500
Leste Alagoano	Litoral Norte Alagoano	857.300
	Maceió	2.513.220
	Mata Alagoana	4.060.408
	Penedo	929.607
	São Miguel dos Campos	6.480.336
	Serrana dos Quilombos	1.024.330
Sertão Alagoano	Alagoana do Sertão do São Francisco	0
	Batalha	0
	Santana do Ipanema	0
	Serrana do Sertão Alagoano	750

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Nota-se a disparidade da produção de açúcar entre as mesorregiões alagoanas, de modo que buscaremos destacar a microrregião da mata alagoana e o município de Atalaia, cidade escolhida para o desenvolvimento da pesquisa.

Atalaia está situada na microrregião da Mata Alagoana, território composto por 15 municípios que, juntos, possuem população de 301.464 habitantes. Essas cidades sofreram influência de usinas sucroalcooleiras, onde durante muitos anos predominaram a monocultura da cana-de-açúcar e a bovinocultura intensiva como principais atividades produtivas, causando grande desigualdade fundiária e tornando o acesso à terra privilégio de poucos.

O município de Atalaia, principal cidade da microrregião, situa-se a 49km da capital Maceió e encontra-se há 58 metros de altitude acima do nível do mar, com precipitações

pluviométricas médias de 1.634mm/ano. As temperaturas variem entre 23,5 e 26°C, podendo, no entanto, atingir máxima de 34°C e mínima de 14°C. Possui uma população de 44.322 habitantes, dos quais 22.457 residem em meio urbano e 21.865 em meio rural, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Atualmente o município possui uma população de 47.540 habitantes (IBGE, 2017).

Atalaia se destaca na microrregião porque, além de possuir o maior índice populacional, detém população rural com quantidade de habitantes próxima à da população urbana, característica pouco comum em municípios alagoanos. A tabela abaixo especifica os números da população por município.

Tabela 2 – Números da população por município da microrregião da mata alagoana (2012)

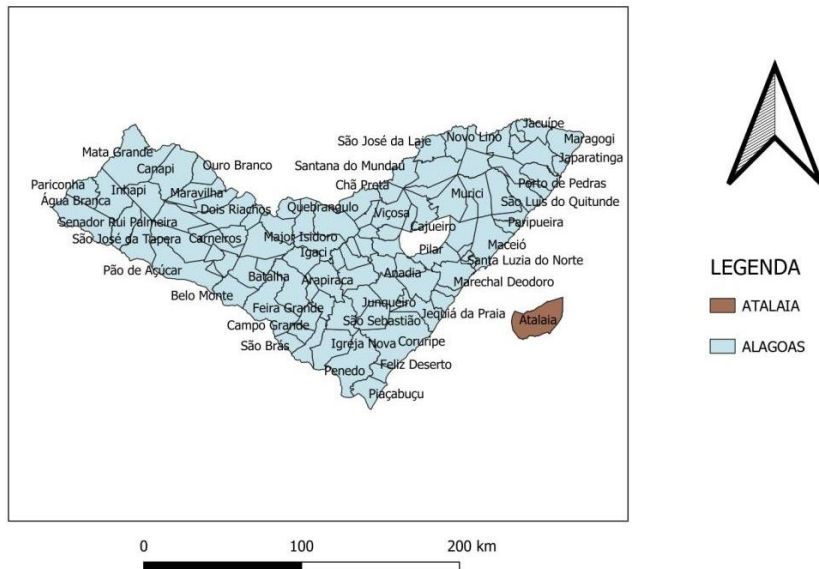
Municípios	População				
	Homens	Mulheres	Rural	Urbana	Total
Atalaia	22.209	22.113	21.865	22.457	44322
Branquinha	5.379	5.204	3.910	6.673	10.583
Cajueiro	10.078	10.331	3.925	16.484	20.409
Campestre	3.288	3.310	1.058	5.540	6.598
Capela	8.430	8.647	4.427	12.650	17.077
Colônia de Leopoldina	10.073	9.946	4.700	15.319	20.019
Flexeiras	6.232	6.093	4.308	8.017	12.325
Jacuípe	3.587	3.410	2.642	4.355	6.997
Joaquim Gomes	11.520	11.055	8.098	14.477	22.575
Jundiá	2.126	2.076	1.375	2.827	4.202
Matriz do Camaragibe	11.597	12.188	1.689	22.096	23.785
Messias	7.703	7.979	1.419	14.263	15.682
Murici	13.278	13.432	4.602	22.108	26.710
Novo Lino	6.120	5.940	4.732	7.328	12.060
Porto Calvo	12.754	12.954	5.511	20.197	25.708
São Luiz do Quitunde	16.328	16.084	11.824	20.588	32.412

Fonte: Anuário Estatístico de Alagoas (2010). Cálculo: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Sepland)/AL 2012.

Como demonstram as informações acima, segundo os dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Alagoas (Sepland, 2012), o município de Atalaia tem uma população considerada pequena, com equilíbrio populacional entre os residentes no meio urbano e rural. Grande parte dessa população, principalmente a que viviam no meio rural, tinha poucas opções de emprego, sem contar a baixa ou inexistente capacidade técnica para desenvolver trabalhos que exigiam qualificação profissional, de modo que restava a esse público apenas o penoso trabalho no corte da cana-de-açúcar. Com isso, alguns atalaienses trabalhavam nos canaviais, pouquíssimos na agroindústria, com a grande maioria precisando migrar para outros municípios do estado, principalmente Maceió, e outros estados da federação,

para cortar cana em outras usinas espalhadas pelo Brasil, gerando enorme êxodo rural e significativa desterritorialização dos camponeses. Abaixo segue imagem do perímetro municipal com ilustração de Atalaia no território da mesorregião Leste de Alagoas.

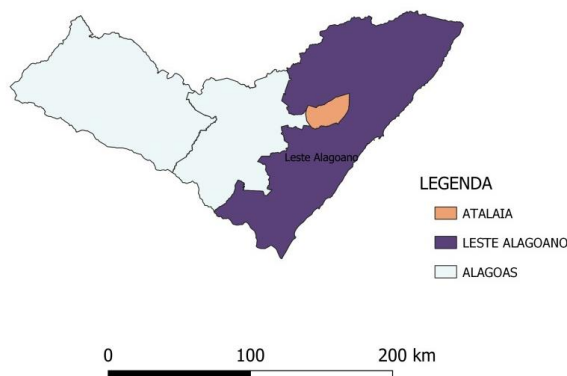
Mapa 4 – Municípios de Alagoas e a cidade de Atalaia



Fonte: elaborado pelo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Sistema de Recuperação Automática (SIDRA, 2020) e Software de cartografia QGIS.

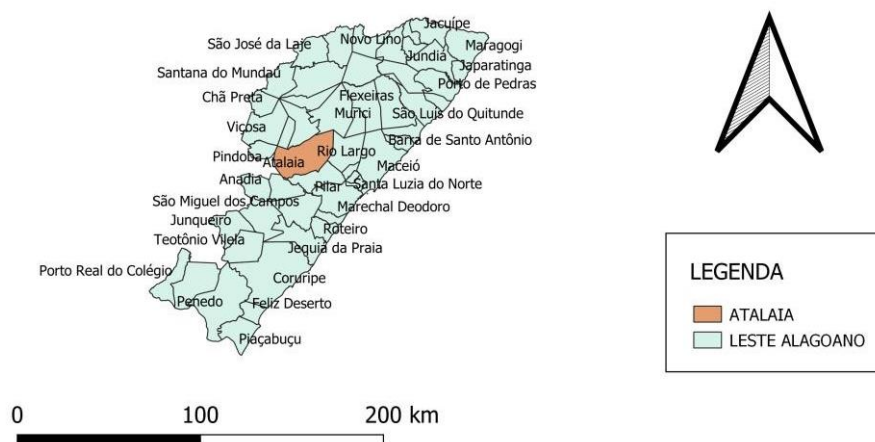
Cidade histórica, fruto da imposição da Coroa Portuguesa através da guerra contra os negros nos quilombos, Atalaia logo adotou as características de produção da monocultura canavieira e do fabrico de açúcar, possuindo diversos engenhos banguês e usinas de açúcar e álcool na maior divisão mesorregional de Alagoas.

Mapa 5 – Mesorregiões Leste de Alagoas e a cidade de Atalaia



Fonte: elaborado pelo autor através de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Sistema de Recuperação Automática (Sidra, 2020) e Software de cartografia QGIS (2022).

Mapa 6 – Municípios da Mesorregião Leste de Alagoas e a cidade de Atalaia



Fonte: elaborado pelo autor através de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Sistema de Recuperação Automática (Sidra, 2020) e Software de cartografia QGIS (2022).

2.4 O território de Atalaia

Atalaia, cidade histórica do território alagoano, tem circunscrito seu passado e constituição em vila. A atrocidade da escravidão que marca não só a formação histórica de Alagoas como a de todo território brasileiro, quando, a partir de 1500, são trazidos da África, homens, mulheres e crianças para, mesmo sem algum poder de defesa, serem comercializados como escravos, a fim de garantir a realização do trabalho braçal. Inicialmente, Vandete Pacheco em *Atalaia, o último reduto dos palmarinos*, descreve esse cenário como o momento onde “[...] os senhores feudais compravam então estes miseráveis seres humanos e impunham toda e qualquer espécie de trabalho, estivessem ou não em condições físicas e mentais de os enfrentar [...]” e segue: “[...] geralmente eram mal alimentados e por suas deficiências no trabalho, ou outras faltas quaisquer, recebiam os mais cruéis castigos que iam da chibata ao ferro em brasa no rosto ou nas costas [...]” (Cavalcante 1980, p. 28).

É nesse contexto trágico que se forma a então quarta vila do estado de Alagoas. Atualmente, enquanto município, Atalaia ainda carrega os laços pungentes de sua formação, estando presentes o coronelismo, a perseguição e a violência contra os que se recusam a aceitar essa forma de vida. Este é um dos 16 municípios da mesorregião leste de Alagoas, sendo, inclusive, o principal entre eles. Sua origem está arraigada ao sangue derramado pelos anos de luta e resistência quilombola, liderada por Zumbi dos Palmares, onde, após o extermínio dos negros e o fim da batalha palmarina, sua paisagem passa a ser modificada e determinada pela lógica colonialista, predominando a monocultura canavieira e a vida nos engenhos e usinas

sucroalcooleiras.

2.4.1 Economia e as atividades agropecuárias

O município de Atalaia — o maior da microrregião da Mata Alagoana — está localizado na mesorregião leste, a uma altitude de 54 metros, com área de 534,3km² (o que representa 1,92% de Alagoas. Encontra-se a 49km da capital alagoana e limita-se pelos municípios de Cajueiro, Capela e Murici, ao norte; Pilar e Boca da Mata, ao sul; Rio Largo e Pilar, ao leste; e com os municípios de Pindoba e Maribondo a oeste. A cidade é banhada por dois grandes rios: o Paraíba, que faz divisa com o município de Capela, e o Porongaba, na divisa com o município de Anadia.

Atalaia iniciou suas atividades produtivas e econômicas a partir da instalação de engenhos banguês em seu território, seguindo a lógica de desenvolvimento da colonização portuguesa. Logo surgem os primeiros candidatos a senhores de engenho, sendo 46 banguês ao total, além de 192 fazendas que influenciaram de forma direta na reconstrução da paisagem atalaiense, a partir do monocultivo canavieiro como novo modelo de desenvolvimento do município e da região, e nas relações sociais; aqui destacaremos os dois principais engenhos instalados em território e suas influências históricas até os dias atuais.

2.4.2 O engenho Estrela

A figura 8 retrata um pouco da história e de como se encontra atualmente o antigo Engenho Estrela, hoje fazenda Estrela; todo o trabalho realizado na fazenda acontece através da força de trabalho contratada de antigos moradores do engenho e do povoado Ouricuri.

Figura 9 – Foto atual do antigo Engenho Estrela



Fonte: acervo pessoal do autor (13 nov. 2022).

Fundado em 1941, o engenho Estrela era considerado de pequeno porte e foi adquirido pelo coronel João Evangelista da Costa Tenório, por sua vez, filho de uma família tradicional oriunda de Pernambuco, como aponta José Alves Filho em seu livro *Ouricuri de Manoel Tenório ao MST*. De acordo com Filho (2012, p. 19), “Engenho de vanguarda ainda no século XIX implantou novas tecnologias que viabilizaram a diversificação de novos produtos tais como açúcar bruto, rapadura, aguardente e álcool”.

Ainda segundo Filho (2012), houve uma mudança na administração deste engenho; o coronel João Evangelista o vende para seu filho, Manoel Tenório, que, após a morte do pai, passa a administrá-lo. Tal modificação ocasionou boa fase de crescimento, possibilitando um momento de expansão e com isso, no começo do século XX, é adquirido o engenho Ouricuri, com a família logo se dedicando à atividade e se reproduzindo como donos de engenhos na região, surgindo então a hegemonia da família Tenório de Albuquerque, que chega nas décadas de 1940 e 1960, com a família assumindo a condição de produtores e fornecedores de cana-de-açúcar (quadro 3):

Quadro 3 – Família Tenório de Albuquerque Lins e sua relação com engenhos e usinas de cana de açúcar em Atalaia – 2012

Nome	Local	Relação
Manoel Tenório de Albuquerque Lins	Usina Ouricuri e Engenho Estrela	Proprietário
Gastão Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Boa Fé	Proprietário
Abel Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Pirajá	Proprietário
Aníbal Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Olho D'água	Proprietário
Alfredo Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Horizonte	Proprietário
José Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Satubinha	Proprietário
Luís Tenório de Albuquerque Lins	-	Fornecedor de cana
Armando Tenório de Albuquerque Lins	-	Fornecedor de cana
Oto Tenório de Albuquerque Lins	Engenho Mocambo	Fornecedor de Cana e Proprietário depois.
Alcides Tenório de Albuquerque Lins	-	Fornecedor de cana
Lili Tenório de Albuquerque Lins	-	Esposa de Fornecedor de Cana
Maria (Yayá) Tenório de Albuquerque Lins	Proprietária da Usina São José, junto com seu esposo, Abílio Tenório	Proprietários
Nazinha Tenório de Albuquerque Lins	-	Esposa de Fornecedor de Cana

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do livro *Usina Ouricuri: de Manoel Tenório ao MST* (2012).

Salienta-se ainda que muitos de seus descendentes dão continuidade a essa característica de desenvolvimento produtivo a partir da atividade canaveira fixando-se, no decorrer do tempo, como fornecedores de cana de açúcar, como pode ser observado no quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – Família Tenório de Albuquerque Lins e sua relação com engenhos de cana de açúcar em Atalaia – 2012

Nome	Engenho
Nelson Tenório de Oliveira	Bela Vista
Nilson Tenório de Oliveira	Flor do Porangaba
Gerson Tenório Costa	Ocidente
Gilberto Tenório Costa	Olho D'água
Nilson Tenório de Oliveira	São Luiz
Nilson Tenório de Oliveira	São Pedro
José Lins	Bolão
Jaime Tenório da Costa	Duvidoso
Edson Tenório de Oliveira	Miranda

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do livro *Usina Ouricuri de Manoel Tenório ao MST* (2012).

É importante salientar que os Tenório de Albuquerque também possuem envolvimento com espaço político, logo ocupam cargos como os de prefeitos, vereadores e deputados. Com a falência do engenho o local, torna-se fazenda, desenvolve a produção de açaí e a criação de bovinos na atualidade.

Figura 10 – Fazenda Estrela 2022



Fonte: acervo pessoal do autor (2022).

2.4.3 O engenho Ouricuri

Considerado um homem de espírito empreendedor e com perspectiva de expansão e projeção administrativa e política, após a compra do engenho Estrela, o Coronel João Evangelista da Costa Tenório destina parte de suas economias à compra do engenho Ouricuri, fato ocorrido no início do século XX. Nesse período começaram a surgir invenções tecnológicas importantes que modificariam o processo de produção nos banguês, a exemplo de máquinas e motores a vapor. Modernizando e ampliando as expectativas no processo de produção e nos negócios com uma perspectiva agroindustrial ainda maior para os banguzeiros, uma vez que apenas as forças do trabalho humano (escravizado) e animal eram suas condições de produção e fabrico de açúcar. No entanto, inicialmente essas inovações tecnológicas, embora parecessem promissoras, foram também desafiadoras para a existência dos engenhos banguês, como aponta José Alves Filho:

Os inventos surgidos na Europa no século XIX através da revolução industrial – substituição de energia muscular por energia mecânica, ferramentas por máquinas, manufatura pela fábrica, do gás pobre, do querosene, do dínamo, da máquina a vapor – praticamente obrigaram o setor açucareiro a implantar melhorias no seu parque produtivo, através da construção de novas unidades com capacidades de produção muito maior do que as existentes até então (Filho, 2012, p. 39).

Esse foi o período em que surgiu a necessidade de melhorias nas agroindustriais, com a instalação das chamadas pequenas usinas. Estas já obtinham máquinas que lhes condicionavam a produzir açúcar diferente dos anteriores, a exemplo do açúcar demerara — produto de cor escura, que não sofre um processo de branqueamento. Indústrias essas denominadas de meio-aparelho ou meias usinas e, desta forma, quanto mais se modernizavam, maior condição produtiva e capacidade de exaurir engenhos com menor porte — ou seja, engenhos banguês e outros meios aparelhos ou meias usinas — obtinham. Ocorre ao mesmo tempo um aumento considerável da fabricação do açúcar e da produção de álcool, período este que levou os então senhores de engenho (banguzeiros) à condição de meros plantadores de cana para posteriormente fornecer às usinas.

É importante observar que em meio a tantos acontecimentos ocorrem ainda diversas transformações na paisagem atalaiense, onde modificam-se a fertilidade natural do solo, a vegetação, os rios, os animais e toda biodiversidade do território. A transformação do engenho Ouricuri em Usina Ouricuri só se tornou possível devido às condições de adquirir equipamentos de origem alemã. Estes deram lugar aos anteriores (moendas, casas de purgar e caldeiras), como aponta José Alves Filho,

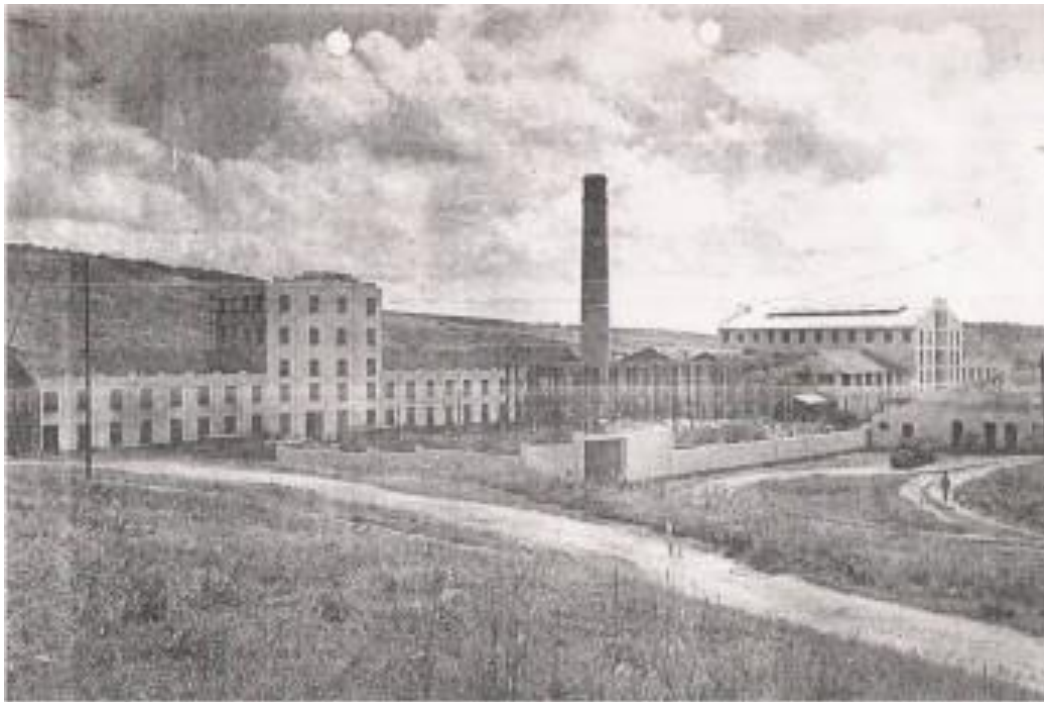
Após a mudança inicial de banguê para meia usina o maquinário continuou passando por pequenas modernizações. No entanto a maior parte delas ocorreu no final dos anos 40 quando foram comprados modernos equipamentos da empresa paulista Mause S/A Equipamentos Industriais, que substituíam os velhos equipamentos Alemães, sobretudo porque entre os equipamentos estava a moderníssima moenda de 48 polegadas [...] (Filho, 2012, p. 41).

Esse fato fez com que o antigo engenho, agora Usina Ouricuri, alçasse condições de competir com as demais usinas a serem instaladas naquele momento. Atalaia, como já mencionado, entra na história do território canavieiro por ser o município responsável pela instalação da primeira usina de Alagoas, a histórica usina Brasileiro.

2.4.4 A Usina Brasileiro

Brasileiro entra para a história como a primeira usina de açúcar instalada em solo atalaiense e alagoano, marcando uma nova fase de transição entre as estruturas iniciais dos bangues com a modernização do setor sucroalcooleiro no estado.

Figura 11 – Usina Brasileiro, primeira usina de Alagoas 1922



Fonte: reproduzido do portal Atalaia Pop (s.d.).

Segundo consta na literatura de Vandete Pacheco Cavalcante, a Usina Brasileiro teve sua instalação inicial realizada pelo mecânico João Siqueira, tendo como estrutura 1 motor de 90 HP e 8 turbinas. Foi reformada em 1905, passando às moendas de tríplice pressão com três motores de explosão a óleo diesel, oriundos de fabricação inglesa (*Blackstone*), além de dois de fabricação tcheca (*Esokad*).

A Usina Brasileiro teve sua primeira moagem no dia 18 de janeiro de 1892, com produção equivalente a 4000 sacas de açúcar, deixando satisfeita grande parte da sociedade alagoana, exceto os senhores de engenhos, que viam despencar seu poder de produção açucareira nos banguês, e os camponeses, que cada vez mais perdiam território para a hegemonia da produção sucroalcooleira para a exportação — não só em Atalaia, mas em outros espaços do território alagoano —, logo, a usina Brasileiro torna-se referência na produção de açúcar.

[...] O açúcar seguia para o Pilar, e daí em embarcações lacustres para o porto de Maceió, moeu pela última vez na safra de 1957/58 com uma produção de 36.562 (trinta e seis mil, quinhentas e sessenta e duas) sacas de açúcar demerara e 700 (setessentas) de açúcar cristal, [...] (Cavalcante, 1980, p. 80).

Há também relatos de que Vandesmet chega ao Brasil à procura de um lugar propício em solo alagoano exclusivamente para instalar sua indústria, percebendo que esse território

carecia de progresso econômico — aqui pouco importam os fatores socioculturais e ambiental, estes devem se adaptar à lógica agroexportadora do açúcar para os europeus.

[...] Além de possuir grande tino administrativo, era o industrial francês um inovador, criador de novas técnicas. Foi o primeiro a usar em Alagoas a irrigação de fazendas, através de motor a gás pobre (lenha), introduziu em Alagoas as variedades de cana-de-açúcar: Demerara, Barbados e White Transparent, o local onde foi instalada a Usina, a menos de 10 km da cidade, tornou-se um grande centro populoso e até se tornou ponto turístico, pois muitos vinham vê a usina do Francês, ou a indústria do Barão (Cavalcante, 1980, p. 81).

O histórico encontrado em referências bibliográficas ou até mesmo mais recentemente, contado por moradores de Atalaia ou funcionários da usina, mostra que a Brasileiro teve um progresso satisfatório no início de suas atividades, com a indústria sendo considerada a usina de maior produtividade em todo país. Ela teve, como várias outras usinas canavieiras instaladas em solo alagoano, seus momentos de esplendor, de glórias e de descenso. No entanto, há fatores negativos de todas as naturezas que levaram à falência diversas usinas sucroalcooleiras de Alagoas. No caso da Usina Brasileiro, foram atribuídos vários motivos que podem explicar tal descenso, o primeiro deles relacionado à morte do Barão de Vandesmet, quando a administração passou a ser realizada por seus filhos, não alcançando o mesmo êxito, levando a uma série de inadimplências:

[...] a Usina Brasileiro foi comprada em 1941 pelo grupo Celso e Carlos Piat, e daí diante de várias inadimplência e de tantos credores a usina não conseguiu produzir, o Banco do Brasil era um de seus grandes credores, e estas questões ainda permanece sobre processo judicial. Conta-se logo que após a morte do Barão as coisas mudaram para os operários. Eles passaram a ser mau remunerados e demitidos em massa, um destes sofrendores vaticinou “De agora em diante esta usina há de crescer como borracha no fogo, e o seu telhado a de ser coberto de mato”. E Aconteceu, [...] (Cavalcante, 1980, p. 83).

Aqui destaca-se a situação dos trabalhadores, que são simplesmente ignorados, não recebem salários equivalente ao trabalho realizado, tampouco acessam os direitos trabalhistas pelo tempo de serviço dedicado ao funcionamento da usina, ficando desamparados e sem nenhum respaldo Estado, tendo que refazer sua vida sem nenhuma perspectiva futura, talvez essa seja a herança mais amarga deixada para a classe trabalhadora quando do falecimento da agroindústria da cana.

2.4.5 A Usina Uruba

Antes um pequeno engenho banguê, fundado em 1824, a Companhia Açucareira Alagoana (Usina Uruba) obteve seu processo de transformação sendo fundada como usina em 1906, ainda pelos mesmos proprietários que criaram o engenho inicial. Foi posteriormente transferida para outros três donos, família Cansação, Gondim e por fim ao grupo João Lyra; essa indústria chegou a produzir grandes quantidades de sacas de açúcar demerara, sendo reconhecida por seu potencial produtivo e, segundo aponta Vandete Pacheco Cavalcante, “[...] Em 1979 produziu 249.020 sacas de açúcar demerama [...] Possui um contingente de 630 operários [...]” (Cavalcante, 1980, p. 84).

Figura 12 – Usina Uruba Atalaia – Alagoas 2012



Fonte: reproduzido do Google Image Search (2023).

A usina Uruba é a última usina atalaiense a fechar suas portas no ano de 2013, deixando vários trabalhadores em condição difícil, por estarem há meses com salários atrasados, sem acesso a direitos trabalhistas e sem perspectivas. Atualmente o caso está sendo disputado na justiça. Dois anos após sua falência, a indústria é reativada após um acordo judicial que garantiu arrendamento à Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Satuba - Fazenda Uruba, S/N - Zona Rural, Atalaia/AL (Coopervales); segue território ocupado pelo monocultivo canavieiro com uso desenfreado dos recursos naturais e utilização massiva de agrotóxico, desta vez com a pulverização aérea como novidade; e seguem ainda os trabalhadores sem direitos trabalhistas, como continuidade do modelo agroexportador de desenvolvimento.

Figura 13 – Cooperativa Agrícola do Vale do Satuba – Coopervales (antiga usina Uruba) 2022



Fonte: reproduzido do Google Image Search (2023).

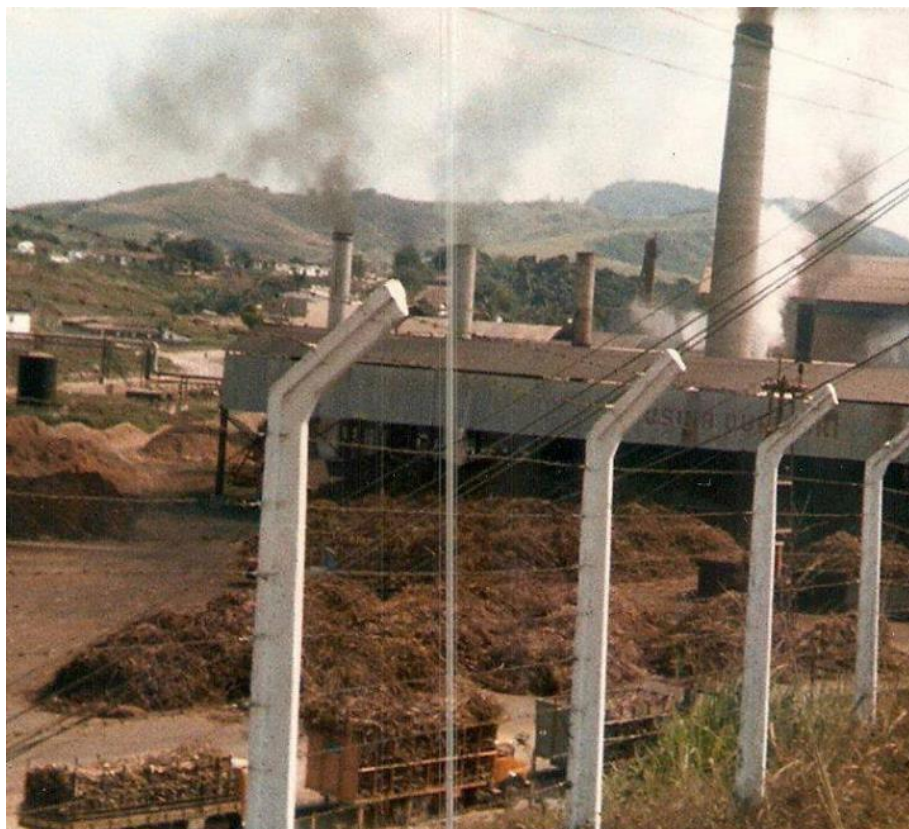
2.4.6 A Usina Ouricuri

A usina Ouricuri surge no território atalaiense dando continuidade ao desenvolvimento do setor açucareiro, destacando-se por seu potencial produtivo não só em Atalaia, mas em todo estado de Alagoas. Antigo engenho Ouricuri, a Usina Ouricuri – “S.A. Usina Ouricuri Açúcar e Álcool” é fundada em 1920, passando a produzir açúcar centrifugado, realizando um dos sonhos de desenvolvimento administrativo e agroindustrial de seu dono, o senhor Manoel Tenório de Albuquerque Lins. Esse foi o primeiro momento de sua expansão, “Em 1964, sob a presidência do Dr. Nelson Tenório de Oliveira, sofreu reformas em sua maquinária chegando a produzir 255.000 sacas de açúcar, produção que em 1974 atingiu a 659.782 sacas” (Cavalcante, 1980, p. 84).

A usina Ouricuri foi vendida mais uma vez em 1978, desta vez para o senhor Ademir Lyra; dando continuidade à produção canavieira, as famílias se reproduziram dentro dessa característica territorial, tendo sua territorialidade baseada no processo de desenvolvimento produtivo da usina e das relações que ali se formavam — afinal de contas, moravam no espaço destinado à indústria não só usineiros e seus familiares, mas também demais funcionários, sejam estes trabalhadores da fábrica ou cortadores de cana.

As famílias Ouricurienses criavam seus filhos em meio as dificuldades próprias do ambiente canavieiro alagoano. Filho de sucesso era aquele que conseguisse uma profissão, em primeiro lugar para ajudar no sustento da casa (muitos pais tinham dezenas de filhos) e depois para ter uma colocação melhor no quadro funcional da fábrica [...] (Filho, 2012, p. 46).

Figura 14 – Parte da estrutura agroindustrial da Usina Ouricuri 1990



Fonte: reproduzido do portal Atalaia Pop (2018).

Além disso, os moradores que conseguiam emprego na Usina Ouricuri, independente do cargo, eram majoritariamente homens, pois havia grande resistência ao ter mulheres trabalhando em seu quadro funcional. Herança do patriarcado estrutural deixado pela Coroa Portuguesa, existente não só na Usina Ouricuri, mas também nas demais usinas sucroalcooleiras de alagoas e todo o território brasileiro. No caso da Usina Ouricuri, esse tabu só foi quebrado no início dos anos 1970, como aponta José Alves Filho (2012, p. 47): “Até o início dos anos 70 Não havia uma única mulher no quadro funcional da usina. Esse tabu foi quebrado pelas pioneiras Marinalva Batista de Almeida e Leda Dornelles, que em um ato de coragem e desafio, aceitaram a trabalhar na área administrativa da usina”.

Do ponto de vista econômico, a Usina Ouricuri historicamente ocupou lugar considerável no cenário alagoano, com ótimos índices de produtividade, quer seja na produção

de álcool ou na de açúcar. Destacamos aqui a safra de 1937, na qual a indústria ocupou o sexto lugar na produção de álcool entre as 10 usinas produtoras do estado, atingindo grande produção de sacas de açúcar em 1981, chegando a totalizar 1.014.261, ficando entre as dez maiores produtoras de açúcar dentre as 26 indústrias sucroalcooleiras daquela época, como mostram as informações abaixo.

Quadro 5 – Produção de Álcool das Usinas de Alagoas Safra de 1937

DESTILARIAS E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL EM LITROS		
SAFRA 1937 – M3		
Usina	1937	Ranking
Serra Grande	904.728	1°
Sinimbú	202.290	2°
Alegria	147.198	3°
Leão	123.157	4°
Santo Antônio	117.610	5°
Ouricuri	92.400	6°
Coruripe	51.639	7°
Rio Branco	45.072	8°
Uruba	9.826	9°
Laginha	0	10°
Total	1.695.857	

Fonte: Anuário Açucareiro (1938) – IAA, adaptado do livro José Alves Filho (2012) [Anexo].

Os dados da época mostram uma produção de álcool considerável, graças à boa condição estrutural da usina naquele período histórico; essa produção impulsionava ainda mais o crescimento da economia açucareira em Alagoas (conforme vimos na figura 10), o que mostra a estrutura da usina e destilaria e a divisão territorial do local de sua instalação. Não foi possível obter informações mais recentes sobre o processo produtivo da Usina Ouricuri; até os dias atuais isso tem sido um tabu, a indústria passou por muitos donos e as causas trabalhistas ainda não resolvidas dificultam o acesso a documentos que comprovem tais dados, principalmente em anos próximos a sua falência.

**Figura 15 – Usina Ouricuri, Destilaria de Álcool e Casas de Moradores e Funcionários
1988**



Fonte: reproduzido do portal Atalaia Pop (2018).

Em relação a produção de açúcar, destacamos a Safra de 1981, na qual a quantidade de sacas produzidas, foi uma das mais altas. Ressaltamos que se faz necessário buscar dados mais recentes para comparar. Vejamos o *ranking* de produção no quadro abaixo.

Quadro 6 – Produção de Açúcar das Usinas de Alagoas Safra de 1981

Produção de açúcar por usinas e safra Sacas de açúcar de 60 KG		
Usina	1981	Ranking
Coruripe	2.001.505	1°
Leão	1.502.224	2°
Triunfo	1.474.902	3°
Santo Antônio	1.385.467	4°
Caeté	1.326.574	5°
Sinimbu	1.121.568	6°
Laginha	1.101.207	7°
Água Cumprida	1.021.207	8°
Seresta	1.014.322	9°
Ouricuri	1.014.261	10°
Camaragibe	847.871	11°
Capricho	847.871	12°

Uruba	843.477	13°
Santa Clotilde	811.230	14°
São Simeão	805.709	15°
Porto Rico	759.881	16°
Serra Grande	782.536	17°
Terra Nova	761.469	18°
Bititinga	742.769	19°
Alegria	685.333	20°
João de Deus	503.106	21°
Cachoeira do Meirim	482.703	22°
Sumaúma	414.420	23°
Peixe	359.206	24°
Santana	332.443	25°
Taquara	89.900	26°
Total	23.068.861	

Fonte: Anuário Açucareiro (1938) – IAA, adaptado do livro José Alves Filho (2012) [Anexo].

A forte crise econômica de 1980 afetou várias usinas estaduais, porém, associados à crise, diversos fatores fizeram com que muitas unidades agroindustriais decretassem falência em Alagoas, encerrando suas atividades. Soma-se a isso o fim dos subsídios do açúcar, dos juros baixos e do perdão de dívidas por parte do Governo Federal. Não seriam mais possíveis os benefícios públicos para os usineiros nordestinos, fato determinante para colocar em cheque a continuidade do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, que por muitas décadas teve como alicerce estruturas governamentais, como o IAA (1933), da Sudene (1959), do Proalcool (1975) e do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalçucar) (1971). Tais condições levaram ao fechamento das portas e ao encerramento das atividades da Usina Ouricuri, deixando, antes mesmo de sua falência oficial, milhares de incertezas e insegurança para os funcionários e moradores locais — prática recorrente na cadeia produtiva da cana-de-açúcar após o fechamento de suas indústrias — “[...] Há tempo em que havia proteção para os usineiros, não havia igual tratamento para com os trabalhadores do plantio de cana, com os operários das usinas e muito menos com a secular questão agrária” (Filho, 2012, p. 136).

José Alves Filho descreve a situação da época enfatizando o histórico problema agrário com a constante concentração fundiária em Alagoas, e continua: “Os fatos verificados na segunda metade do ano de 1991 já eram prenúncios do que poderia vir a partir de 1992, ou seja, a situação da usina não era nada confortável e os pagamentos a fornecedores e funcionários já se davam com muita dificuldade” (Filho 2012, p. 136).

Segue:

O caos novamente se estabeleceu, mas, ao contrário de 1978 quando da mudança de administração, a fábrica e o campo estavam sucateados e o patrimônio da empresa totalmente comprometido com dívidas absurdas juntos a bancos, fornecedores de cana, fornecedores de materiais e órgãos públicos

de arrecadação como Receita Federal, INSS, FGTS, Secretaria da Fazenda dentre outros (Filho 2012, p. 136).

Um período de incertezas que tomou conta do cenário socioeconômico do território da Usina Ouricuri, de Atalaia e região; a indústria, que por tantos donos passou, agonizava a cada dia que se passava, deixando preocupações e incertezas cada vez maiores.

Foi nesse ambiente de turbulência financeira que ocorreu algo inesperado para aquele momento: a usina foi vendida a três empresários, os senhores Antônio Sacchelli, José Reinelson Ribeiro e Múcio Porangaba, com a promessa de recuperar as finanças e alavancar a produção. Foi no dia 13 de Janeiro de 1992 quando foi anunciada aos operários a chegada dos novos proprietários. [...] (Filho, 2012, p. 136).

Havia mais um cenário de esperanças e expectativas para os ouricurienses, mas José Alves Filho, escritor local, descreve os últimos momentos da então Usina Ouricuri – “S.A. Usina Ouricuri de Açúcar e Álcool”:

O sistema de Alarme e apitos da fábrica foi acionado a todo vapor, em uma demonstração de esperança e alegria, que tomou conta de todos os operários e suas famílias, o que não se imaginava no entanto, é que aquela alegria teria vida efêmera. Logo após esse momento houve apenas mais um pagamento de salário, o último da história da Usina Ouricuri. Aparti de então, os operários passaram a receber cestas básicas no lugar de salários e depois nem isso (Filho, 2012, p. 136-137).

É então oficializado o fim a Usina Ouricuri. A partir dos estudos realizados nessa pesquisa, confessamos que não há como deixar de sentir algo triste, uma mistura de tristeza e indignação pessoal, pois, ao retornar a essa dura realidade histórica, mergulhamos no tempo e voltamos a nos deparar com a injustiça social auferida aos trabalhadores e funcionários da Usina Ouricuri. Este é o “lugar onde meus pais deram a vida trabalhando e me viram nascer”; aqui assumo, além da condição de pesquisador, a de morador local e lamento pelos trabalhadores da Usina Ouricuri, afinal de contas, estes são os únicos e verdadeiros prejudicados até os dias atuais, como conta NLS, um dos trabalhadores da fábrica e atual morador do Povoado Ouricuri: “A usina faliu entre 1992 a 1993, produzia muito, porém houve uma época de cobranças de imposto do governo e os usineiros não pagavam nada, passavam-se entre 15 a 20 anos e a conta era cancelada e um novo período de anos sem pagar imposto era criado” (Depoimento de NLS, Set 2023).

Segue:

[...] a usina passava então de um dono para outro através da venda, os primeiros donos foram os Tenórios, depois foi vendida ao Doutor Ademir e em seguida um grupo novo que ficou mais 10 anos com a indústria em atividade e pagando corretamente, de repente foi vendida para um grupo que

vinha de fora e este começou a atrasar os pagamentos, esse novo e último grupo começou então a atrasar os pagamento durante meses, pagavam 2 meses e voltavam a ficar vários meses sem pagar os funcionários, os trabalhadores começaram a não ir trabalhar corretamente e chegou há um tempo que cansaram de vez e não foram mais trabalhar, era um período difícil onde a forma de se manter era através das cestas básicas doadas pela prefeitura de Atalaia, um caminhão de feira vinham e logo se formavam as longas filas de pessoas ansiosas para obter sua cesta básica, outros chupavam cana para aliviar a fome (Depoimento de NLS, set. 2023.).

Esse foi o resultado de anos de exploração do território ouricuriense, bem como da exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores. BJS, outro morador do hoje povoado Ouricuri, lembra que com a falência da Usina Ouricuri houve tentativa de posse ilegal por parte de outra unidade de produção canavieira:

Eu era trabalhador da fazenda Assunção de Maria pertencente à Usina Ouricuri e lembro quando a Usina Triunfo da cidade de Boca da Mata tentou tomar conta das terras da Ouricuri, foi um período de corte de energia com ameaças aos moradores para que não saíssem de suas casas a noite (Depoimento de BJS, set. 2023.).

Para finalizar, NLS diz que, com a falência da Usina Ouricuri, as pessoas foram se reorganizando e refazendo sua vida.

[...] hoje está bom porque as pessoas começaram a colocar seu próprio comercio, eu fui a primeira pessoa a colocar um comercio aqui (padaria) e fui se desenvolvendo, a partir daí outros moradores colocaram mercadinhos e outros pontos e hoje está uma cidade (Depoimento de NLS, set. 2023.).

Para o morador JAF, o Povoado Ouricuri define-se como:

Um lugar onde é possível recarregar as energias, é um lugar onde as pessoas continuaram se reinventando com mercadinhos, botecos, padarias farmácia, açougues, bares etc., as pessoas continuam tendo sua vida própria, sua energia, sua vivacidade, carisma, o território não parou, as pessoas continuam sendo otimistas de que aqui não vai parar e que as pessoas que aqui estão precisam dar as condições necessárias para que faça cada vez mais a roda girar (Depoimento de JAF, set. 2023.).

Abaixo, segue imagem que reflete a preocupação dos familiares quando do anúncio do fechamento da então Usina Ouricuri, seguida de imagem atual do local onde funcionava a indústria. Hoje o que sobrou da fábrica foi adaptado, servindo agora como residência para alguns moradores — estes que, sem direito algum garantido, resolveram ocupar e reaproveitar de algum modo o que sobrou da falida Usina Ouricuri.

Figura 16 – Familiares Ouricurienses na Porta da Entrada da Usina Ouricuri, Atalaia/AL 1992



Fonte: reproduzido do portal Atalaia Pop (2018).

Figura 17 – Imagem do que sobrou da usina e destilaria Ouricuri, hoje Povoado Ouricuri, Atalaia/AL



Fonte: imagem aérea capturada pelo autor (28 dez. 2023).

Atalaia possuiu ainda outras usinas de menor porte e com menor tempo de duração, como mostra o quadro a seguir:

Quadro – 7 Informações adicionais de usinas alagoanas situadas no território Atalaiense – 2012

Usina	Característica
Rio Branco	União Agrícola Açucareira Rio Branco, localizada na fazenda Estrada Branca em 1932, adquirida pelos Berard em cuja administração parou suas caldeiras.
São José	Situada próximo a Usina Ouricuri. Pertencente a Abílio Tenório de Albuquerque Lins. Durou poucos anos.
Vitória Ou Cacau	Originou-se do Engenho Vitória pertencente ao Major Sabino da Silva Moraes, transformando em usina em 1949 pelo mesmo proprietário. Moeu apenas 3 safras, paralisando suas máquinas por questão familiar.

Fonte: elaborado pelo autor partir de Cavalcante (1980).

Os destroços da Usina Vitória foram inseridos em um projeto em andamento do estado de Alagoas intitulado “Rota do Banguê”, buscando colocar a cidade de Atalaia no roteiro turístico estadual. Para o governo de Alagoas, depois de anos de incentivos financeiros e perdão de dívidas milionárias — que não foram suficientes para salvar o modelo agroexportador da colônia portuguesa —, a saída agora é apresentar para a população o que sobrou das indústrias que sucumbiram ao tempo como atração.

Figura 18 – Destroços da Usina Vitória – Atalaia Alagoas



Fonte: reproduzido do portal Atalaia Pop (2019).

Além das usinas sucroalcooleiras, nos anos 1970 é instalada em Atalaia a implantação de uma moderna metalúrgica, destinada basicamente à produção de equipamentos e peças para substituição e reparo das usinas de Alagoas, surgindo então, no povoado Jenipapeiro, município atalaiense, a Companhia Metalúrgica de Alagoas (Comesa), fundada em 1974. Esta mesma decretou o fim de suas atividades em território atalaiense no final dos anos 1980.

A COMESA, que chegou a empregar quase 300 pessoas, em 1984, passa para o controle do Grupo GERDAU no final dos anos 1980. Depois, foi desativada para integrar, com seus equipamentos transferidos, o parque da AÇONORTE (do mesmo grupo) no distrito industrial do Curado em Recife /PE, causando um forte impacto na economia local e de Alagoas (Fiea, 2017).

Esse processo histórico foi determinante para que Atalaia tivesse a cana-de-açúcar como cultura predominante em seu território, além da bovinocultura intensiva de corte, como a principal atividade pecuária do município. Os dados mais atuais apontam, segundo o censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a existência de 3,1 mil estabelecimentos agropecuários que produziram 14 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no ano de 2017 em Alagoas.

Evidencia-se aí o salto produtivo da cultura canavieira desde os banguês aos tempos atuais, além disso, a atividade canavieira e suas relações definidas através do agronegócio não estão restritas aos limites geográficos do município em que está instalada a unidade agroindustrial, conseguem ir além de limites municipais e regionais (Barreto; Junior, 2012). Tal

fator explica a hegemonia da monocultura da cana-de-açúcar, não somente na cidade de Atalaia, mas em todos os demais municípios da microrregião da mata alagoana — o que contribuiu para o processo de territorialização desta cultura do ponto de vista micro e macro geográfico em território alagoano.

O monocultivo, por muitos anos, foi responsável por grandes danos para a sociedade atalaiense e alagoana, sejam elas ambientais ou sociais. Para Roseiro e Takayanagui (2004), a queima da palha da cana-de-açúcar causa: “[...] morte de animais e plantas gerando o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes cercadas por vegetação ciliar, abrangem acidentalmente ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras”. Além disso, causa cortes de fornecimento de energia elétrica e impede a visibilidade em estradas, provocando acidentes.

No que se referem às questões ambientais, os autores ressaltam como principais danos “[...] morte de animais e plantas nativas, com impactos nos ecossistemas locais, gerando desequilíbrio ecológico” (Roseiro; Takayanagui, 2004). Na mesma linha de raciocínio, Machado e Machado Filho (2014) sobrepõem que a agricultura convencional, com base na monocultura das grandes unidades de produção, é social e ambientalmente insustentável. Junto com sua falência, a Ouricuri — assim como fizeram outras usinas — deixou não só incertezas e dívidas para os trabalhadores e a população local, mas também um passivo ambiental com danos irreparáveis, de modo que os assentamentos nascem neste território com a herança desse processo histórico marcado pela destruição de nascentes, rios, solo, plantas e animais.

Vários foram os motivos pelos quais esse modelo agroexportador entrou em decadência, levando as indústrias sucroalcooleiras de Atalaia à falência, deixando milhares de famílias desempregadas, acarretando no aumento da pobreza para a população local. Segundo Rocha e Zuliani (2007), “[...] a realidade fundiária no Brasil contribui para a situação da miséria, fome e opressão do povo brasileiro”, além da degradação ambiental.

A atividade canavieira, segundo Castro (2006), dizima tudo ao seu redor, destrói terras, consome a fertilidade do solo, plantas e o próprio capital humano. Tal processo fez aumentar significativamente o êxodo rural, desterritorializando vários camponeses, que por não se adaptarem à lógica perversa do trabalho no canavial, buscaram nos grandes centros urbanos melhores condições de vida. Esse período de descenso levou as indústrias sucroalcooleiras atalaienses à falência, fez surgir a fome, a pobreza e a miséria para a população local como consequências desse processo histórico.

2.4.7 Cana-de-açúcar: latifúndio, monocultivo e trabalho escravo

Inicialmente representados pelos engenhos Banguês, o latifúndio, o monocultivo e a exploração da força de trabalho escravo determinaram a estrutura agrária do Brasil Colônia (Júnior, 2004). Mais de quinhentos anos após a primeira plantação de cana-de-açúcar em solo alagoano, a grande propriedade e a monocultura ainda predominam na paisagem geográfica da zona da mata de Alagoas, tendo influência também em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Essa forma de produção foi se territorializando e a evolução da agroindústria canavieira em Alagoas foi sendo fortalecida a partir da construção do IAA, ocorrendo, segundo Lima (2006, p. 101), em três etapas: a primeira delas diz respeito à consolidação do parque usineiro entre os anos de 1930 a 1950; a segunda relaciona-se ao método de extensão e modernização, indo de 1950 a 1975; e por último, a de um segundo surto expansivo ligado ao Proálcool, entre 1975 a 1989. Além disso, a decisão de expandir a atividade canavieira para os chamados tabuleiros costeiros, o incentivo financeiro e o investimento em pesquisas foram fatores fundamentais para formar a estrutura produtiva alagoana e o processo de territorialização desta cultura no espaço geográfico do estado.

Figura 19 – Centro de Ciências Agrárias (Ceca/Ufal)



Fonte: reproduzido de (Fiea, 2019).

Há de se considerar que a pesquisa sempre esteve a serviço deste modelo de produção agroexportador, diferente do que ocorre com a agricultura familiar, o Centro de Ciências Agrária (Ceca) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) sempre esteve a serviço do desenvolvimento da cultura canavieira, sendo inclusive referência na produção de diversas variedades que se adaptam a diferentes climas e solos em todo o Brasil. Dessa forma, com o passar dos anos esta atividade foi ganhando ainda mais destaque, não só em Alagoas, mas em todo território nacional, o que fez com que, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil fosse considerado o principal produtor de cana de açúcar do mundo; e em 2014 o estado ocupou o sexto lugar no *ranking* de maiores produtores nacionais, e o de primeiro maior produtor dessa cultura na região Nordeste (Conab, 2017).

Figura 20 – Viveiro de Mudas, Cana de Açúcar Ceca/Ufal



Fonte: registrada pelo autor em (2023).

Seguem mais imagens da estrutura destinada à pesquisa por novas variedades de cana-de-açúcar realizadas no Ceca/Ufal:

Figura 21 – Variedades de Cana de Açúcar – Ceca/Ufal



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Todo esse processo histórico influenciou diretamente na expansão da cana-de-açúcar em Alagoas e em sua territorialização no município de Atalaia, cidade que, embora com população inferior a 50 mil habitantes, chegou a possuir 6 usinas de açúcar e álcool em seu território, uma delas sendo a Usina Brasileiro — primeira indústria sucroalcooleira do estado de Alagoas. A atividade canavieira também contribuiu para a grande concentração fundiária e serviu como alicerce para o aumento do latifúndio, das desigualdades e dos conflitos sociais; além do mais, esse modo de produção por muitos anos legitimou o trabalho escravo e posteriormente mau remunerado e em péssimas condições para os que atuam bravamente como cortadores de cana nos inúmeros canaviais alagoanos.

Com a decadência do setor em diversas regiões do Brasil e de Alagoas, várias indústrias sucroalcooleiras decretaram falência, abrindo no espaço geográfico atalaiense oportunidade para outras formas de relações sociais, fazendo surgir a configuração de nova paisagem, formada pela introdução dos assentamentos rurais no município devido à chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) naquele solo. O movimento sem terra resolve organizar os trabalhadores rurais para lutarem por seus direitos e, com isso, por um pedaço de chão que lhes possibilite condições de se reproduzir através do trabalho familiar; tal

organização tornou possível a recampanização dos camponeses — muitos dos que já moravam nas periferias das grandes cidades retornam, com a esperança de uma vida melhor no meio rural. É a partir desse momento da história que se intensificam a luta pelo direito de acesso à terra, a disputa territorial e a introdução de uma nova paisagem no campo atalaiense, onde o modo de produção, antes apenas capitalista, começa a ter o antagonismo do modo de produção agroecológico como realidade.

3 CAPITALISMO/AGRONEGÓCIO x AGROECOLOGIA/CAMPESINATO: MODELOS ANTAGÔNICOS

Desde sua formação, o Brasil é constituído pela lógica colonizadora — colonização essa que traz consequências na sua formação e nos dias atuais. A herança deixada pelos colonizadores portugueses foi criando raízes ao longo dos tempos, firmando-se em território brasileiro e fazendo surgir o latifúndio, o monocultivo, o fazendeiro e tantos outros personagens que fazem parte da formação brasileira até então. Para Andrade (1987), o projeto colonizador não só rejeitou como também buscou, de maneira autoritária, formas de fragilizar a questão agrária no Brasil, onde,

Reforçou-se o poder do latifúndio, fazendo com que, ao lado daquele tradicional, de grandes proprietários individuais — os coronéis — se desenvolvesse o latifúndio moderno, das grandes empresas nacionais e multinacionais, segue, [...] O governo federal encarou o problema da terra muito mais como um problema de segurança nacional, de repressão política, do que em seu aspecto social (Correia de Andrade, 1987, p. 63).

Partindo do ponto de vista do contexto histórico da luta de classes, os camponeses sempre estiveram em condição desigual e buscam cotidianamente resistir à lógica perversa de desenvolvimento do modelo capitalista, antagônico ao modo de produção camponês. A essência e as principais contradições entre esses os modos de produção não se expressam apenas nas relações de propriedade; situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. Segundo Claudemir Martins,

A compreensão da chegada tardia do debate e da luta pela reforma agrária no estado de Alagoas, passa pelo entendimento dos processos que ocorreram nacionalmente, principalmente nas três décadas anteriores a essa, em especial durante o longo período de ditadura militar que se abateu sobre a sociedade brasileira (Cosme, 2019, p. 62).

Para alguns autores, a Reforma Agrária era uma das denominadas reformas de base que tremulava entre as bandeiras de grupos e classes sociais que reivindicavam transformações sociais naqueles anos pré e pós-golpe (Martins, 1984; Bruno, 1997). Ao analisarmos o processo historiográfico do capitalismo no território alagoano, iniciado com os banguês, com facilidade identificamos suas raízes com a formação da sociedade brasileira, onde é pujante a unificação do capital e da terra, tendo como suporte o aval do Estado, evidenciando a representação dos chamados donos da terra, do capital e do poder em Alagoas. Lindoso (2015, p. 88) afirma que essa produção historiográfica ocorreu no estado “[...] numa situação social concreta: uma sociedade escravista, baseada na produção de bens exportáveis, um Estado monárquico liberal-

escravista e uma população de senhores de escravos, com camadas intermediárias de homens livres”.

No entanto, esse fato histórico não se desenvolve num cenário perfeito e tranquilo, pois, segundo o autor, “[...] a sociedade alagoana é uma sociedade composta de classes sociais, que se estruturam em alianças, em contradições e oposições” (Lindoso, 2015, p. 54). Lindoso menciona ainda três fatores de colonização importantes no processo de criação do território alagoano: a efetivação de uma sociedade formada pelas plantations açucareiras, o início da conquista do Sertão e a criação do Quilombo dos Palmares, que passara por um longo período de grandes lutas.

Complementando o período histórico da formação alagoana, Albuquerque (2016) enfatiza a formação de três grandes complexos no território alagoano (agropastoril campesino, agroindustrial canavieiro e agropecuário artesanal). Segundo o autor, estes funcionaram de maneira articulada como paradigmas do povoamento colonial e da formação econômica e social brasileira, sendo os principais pilares a partir dos quais a economia e a sociedade foram formadas. Logo, Alagoas é constituída por essa lógica produtiva do modelo capitalista de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que também existe a contradição da produção do campesinato — que sempre esteve presente, com suas características de desenvolvimento e diferentes formas de reprodução social.

Embora busque-se a vários anos tratar a atividade canavieira e pecuária como predominantes em Alagoas, para Albuquerque (2016), o modelo de economia e de sociedade que essas atividades (cana e pecuária) estabeleceram não foi absoluto. Para o autor, é preciso levar em consideração formas de desenvolvimento importantes — a exemplo das atividades indígenas, quilombolas ou quaisquer outras formas de produção camponesa que ao longo do tempo resistem e enfrentam o modelo perverso de desenvolvimento do capitalismo colonizador, sem as mesmas condições de financiamentos e pesquisas.

Tenório e Lessa (2013) lembra dos ciclos do algodão e das vilas operárias em Alagoas e afirma que, mesmo tendo sua importância produtiva, tal cultura não tem sido estudada como fartamente foi a cana de açúcar. Certamente, a realidade é que o algodão e muitas outras atividades agrícolas nunca tiveram as mesmas condições de pesquisa e investimento com que conta até os dias atuais a cana-de-açúcar em território alagoano. Não por acaso, já afirmara Manoel Diégues Junior: “A história de Alagoas é a história do açúcar” (Diégues Junior, 2006).

O autor não só ignora as demais formas de produção agrícola existentes como também não reconhece que, além do histórico colonizador da cultura canavieira, Alagoas é marcada pelas intensas e constantes lutas de classes e que existem outros cenários produtivos

desenvolvidos pelos povos do campo, das florestas e das águas em território alagoano. A paisagem desse território não pode ser atribuída apenas a uma forma de produção, que tem como características principais o monopólio, latifúndio, a concentração fundiária, degradação ambiental e o trabalho escravo. “[...] Dentre os três espaços mesorregionais que compõem o território deste estado: o Sertão, o Agreste e o Leste, foi nesse último onde se materializou, mais fortemente, a “aliança do atraso” (Martins, 1999, p. 145).

Na prática, essa materialidade traz consigo toda uma estrutura favorável para o seu desenvolvimento — quer seja do ponto de vista econômico, quer seja do ponto de vista político, e porque não, do ponto de vista da opressão aos que se opunham. O poder das oligarquias agrárias é uma marca moderno-colonial territorializada com muito mais intensidade no espaço agrário da mesorregião do Leste alagoano (Albuquerque, 2016; Lessa, 2013, 2012; Silva, 2013; Lindoso, 2000 p. 145).

Não se trata de uma simples escolha da lógica capitalista, existem motivos que fizeram com que a monocultura canavieira não se espalhasse por toda área geográfica de Alagoas, principalmente no que se refere aos altos custos estruturais, que impediram a territorialização do capital no agreste e sertão alagoano, como já apontava Lessa (2013, p. 312),

A renúncia à propriedade fundiária explica-se pela instabilidade produtiva existente na maior parte do universo geográfico da região submetida ao clima semiárido, determinada pela falta de infraestrutura adequada para a convivência com a seca. Devido à ausência de um eficiente sistema de obras hídricas públicas, o investimento de uma grande massa de capital em unidades rurais no semiárido sempre foi e ainda é um suicídio econômico evitado pelos capitalistas.

Porém, não significa dizer que o latifúndio não esteja presente no semiárido alagoano; o capital se reinventa e busca a qualquer preço o domínio do território, impondo outras formas de territorialização do modo de produção capitalista. Na mesorregião do Sertão alagoano tivemos também a presença do latifúndio, mesmo que em bem menor proporção, se comparado com o Litoral, na forma de grandes fazendas — os currais de gado —, de produção de algodão e espaços pontuais de exploração da cana-de-açúcar, como no município de Água Branca (Feitosa, 2014).

No entanto, o campesinato sempre buscou, a partir de uma relação harmoniosa com o meio ambiente, suas próprias condições de reprodução social e suas territorialidades, convivendo, inclusive, em situação de constante disputa com o modo de produção capitalista. Estes, por sua vez,

Por receio das ocupações de terras e de seus imóveis serem declarados como improdutivos, muitos proprietários dividiram seus latifúndios entre seus

familiares, uma estratégia para burlar a lei e contra a luta pela reforma agrária. Nessa realidade, é preciso destacar que, se o reduto do latifúndio alagoano foi/é no litoral, foi no Sertão onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou sua primeira ocupação, no município de Delmiro Gouveia (Silva, 2013).

Os camponeses, mais uma vez se opondo a essa lógica produtiva e lutando pela disputa do território, bem como por uma nova forma de produzir a partir da conquista da terra — fazem surgir uma nova re-territorialização; assim nascia o MST em Alagoas. Atualmente o estado apresenta um número de 11.183 famílias assentadas, das quais 412, mesmo sem as condições mínimas de reprodução (água encanada, estradas, infraestrutura, etc.), já foram tituladas; essas famílias estão distribuídas em 177 projetos de Reforma Agrária, em todas as regiões do estado.

3.1 Agronegócio

O modelo capitalista de produção baseado no agronegócio vem adicionando progressos técnicos no setor agropecuário, sem precedentes ao longo das últimas décadas no espaço geográfico do território brasileiro, impulsionado pela junção dos insumos químicos — como fertilizantes — e nutrientes para a produção de agrotóxicos. Tudo isso está relacionado à necessidade de aumentar cada vez mais a produção de *commodities* para obter lucro, que é o objetivo principal desse sistema. Gorender (2013, p.21) afirma que “[...] no modo de produção capitalista constituído, a agricultura não é somente agricultura; ela é também um ramo industrial como a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico, químico ou qualquer outro”. É, sobretudo, uma agricultura que se desenvolveu nos moldes capitalistas de produção.

De fato, muito é produzido, porém, de uma só atividade e para determinados grupos. O discurso de que produzir mais alimento acabaria definitivamente com o problema da fome é, até os dias atuais, uma das maiores contradições deste modo de produzir, pois se produz de forma menos diversificada e não se consegue resolver o problema da fome no Brasil e muito menos no mundo. Poderíamos utilizar como exemplo os recentes acontecimentos em Fortaleza, Ceará (CE), onde a territorialização do agronegócio faz com que existam, em pleno século XXI, famílias desesperadas em busca de algum tipo de comida em caminhões de lixo.

O que caracteriza o capitalismo para Nascimento, Santos e Guimarães (2017), é sua forma de produzir, baseado no monocultivo, onde milhares de hectares de terras se resumem a produzir uma coisa só, de forma incessante, ilimitada, sem pausa, utilizando uma série de insumos, sem os quais o atual sistema não teria condição alguma de se manter. Além disso, esse modo de produção é excludente principalmente para as comunidades tradicionais e degradante

para a biodiversidade e o meio ambiente.

3.2 Agroecologia

Totalmente contrária ao exposto anteriormente, a agroecologia, como dito por Costa, Ferreira Filho e Silva (2018), concebe o meio ambiente como sistema aberto. A mudança da agricultura convencional para a agroecologia é denominada transição agroecológica (Caporal; Costabeber, 2002). Segundo os autores, a ciência agroecológica concebe uma visão de métodos e teorias que pretende estudar a atividade agrária partindo de uma perspectiva ecológica para apoiar processos de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável.

É importante salientar que a agroecologia apresenta diversas concepções em diferentes territórios e leva em consideração ampla visão de mundo. Atualmente, as famílias que vivem nos assentamentos rurais do território atalaiense passam pelo desafio da transição produtiva de uma agricultura antes baseada na monocultura da cana-de-açúcar para a produção agroecológica, fruto da disputa territorial existente entre esses dois modelos de produção no município. Aqui, além da disputa pelo território, surge o antagonismo das formas de produzir; por um lado, o modelo trazido pelos portugueses, hoje representado pelo agronegócio, é caracterizado pela concentração fundiária, pelo latifúndio, pelo monocultivo e pelo uso excessivo de agrotóxico; por outro, essas características inexistem na produção agroecológica, que tem como princípios o uso racional dos recursos naturais, o resgate das sementes como patrimônio da humanidade, a diversidade produtiva com produção de alimentos saudáveis e a volta dos povos tradicionais a seus territórios de origem, fazendo surgir outra paisagem (paisagem agroecológica) e uma nova reterritorialização no município.

Segundo Mattei (2012), baseado em dados do Incra (2010), existem 8.641 assentamentos no Brasil e um universo de 1.238.502 famílias assentadas, das quais 11.183 famílias se encontram em território alagoano, distribuídas em 177 projetos de assentamentos de Reforma Agrária. Entender o cotidiano dos camponeses da cidade de Atalaia é fundamental, pois este município possui mais de quinhentas famílias assentadas em 11 projetos de assentamentos do Governo Federal. Esta cidade encontra-se a apenas 49km da capital Maceió e a 92,3 km de Arapiraca, segunda maior cidade do estado (IBGE, 2010), sendo estes municípios os principais polos de comercialização de Alagoas.

Figura 22 – Assentada da Reforma Agrária e seu banco de sementes caseiro



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Figura 23 – Banco de Sementes



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Muitos são os estudiosos que debatem e refletem sobre a agroecologia; trata-se de um tema que, embora pareça inovador, faz parte do desenvolvimento dos seres da natureza desde o princípio da humanidade, onde a ciência foi cada vez mais se aprofundando e evidenciando suas características e benefícios. Alguns conceitos podem ser evidenciados para analisarmos de forma mais abrangente esse tema.

A agroecologia concebe o meio ambiente como um sistema aberto (Luhman, 1989), composto de diversos subsistemas interdependentes que configuram uma realidade dinâmica de complexas relações naturais, ecológicas, sociais, econômicas e culturais (Herrero, apud Costabeber, 2012). Para Caporal e Costabeber (2000a; 2000b; 2001; 2002), agroecologia é entendida como enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável. Já Miguel Altieri observa que a agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob perspectiva ecológica, onde a mesma, a partir de enfoque sistêmico, adota os agroecossistemas como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável.

A agroecologia parte como estrutura metodológica de trabalho para uma compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais funcionam, constituindo abordagem integral dos princípios agronômicos, ecológicos e sociais, para a compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (Altieri, 2000). Esse processo de produção agroecológica tem sido cada vez mais uma forma de desenvolvimento muito importante para o meio ambiente, pois promove harmonia entre os seres da natureza e uma relação diferente entre produto e produtor, tornando ainda mais humanas as relações entre o homem e a natureza.

Na agroecologia, os princípios da preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas agrícolas constituem as bases para se atingir a autorregulação e sustentabilidade do ecossistema (Altieri *et al.*, 1987). Então, mais do que uma disciplina específica, a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “[...] reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico (Casado *et al.*, 2000, p. 81).

É importante salientar que a agroecologia, embora muito bem conceituada, não é uma receita única e sim um conjunto de princípios que leva em consideração todas as especificidades

locais e busca promover desenvolvimento em seus diversos aspectos (produtivo, econômico, social, político, cultural e ambiental) para de fato promover equilíbrio e harmonia na relação entre sociedade e natureza.

3.3 Agricultura camponesa

A agricultura camponesa é uma importante área do setor agrícola e representa milhões de pequenos e médios produtores em todo o Brasil, exercendo papel fundamental na economia nacional. Em Alagoas, segundo dados do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (Emater/AL, 2011), essa área é responsável por ocupar 72% da mão de obra do estado. Entendendo que agricultor familiar é caracterizado pelo desenvolvimento de seu estabelecimento, com sua família utilizando a própria força de trabalho e tendo sua renda auferida originalmente das atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento, conforme escrito na lei n.º 11.326/2006.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem a agricultura familiar e os agricultores envolvidos, também se garante evolução e melhores condições de vida no meio rural. Este espaço geográfico é marcado pela ausência de políticas públicas voltadas para o progresso dos que vivem no campo, o que muitas vezes leva milhares de camponeses às periferias, principalmente das grandes cidades, em busca de novas oportunidades, fator que tem levado a um aumento significativo do êxodo rural no território alagoano.

São cada vez mais urgentes e necessárias ações de fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional, especificamente na região nordeste do Brasil — que possui o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar —, respeitando todos os princípios de descentralização para garantir sustentabilidade social, econômica e ambiental, promovendo equidade na aplicação das políticas públicas a serem incrementadas, com respeito às particularidades de gênero, raça e etnia, para garantir a participação igualitária dos agricultores familiares na formulação e execução das ações a serem realizadas nas diferentes comunidades em distintos lugares do Brasil.

3.4 Da luta pela Reforma Agrária à constituição dos Assentamentos Rurais

A constituição dos assentamentos rurais resulta das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais compreendemos as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. A extensão da luta pela

terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem terras, que vão desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc.

A transformação do latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas públicas para este setor não nascem apenas do interesse do Estado, mas sobretudo da organização desses trabalhadores rurais (Fernandes, 2000).

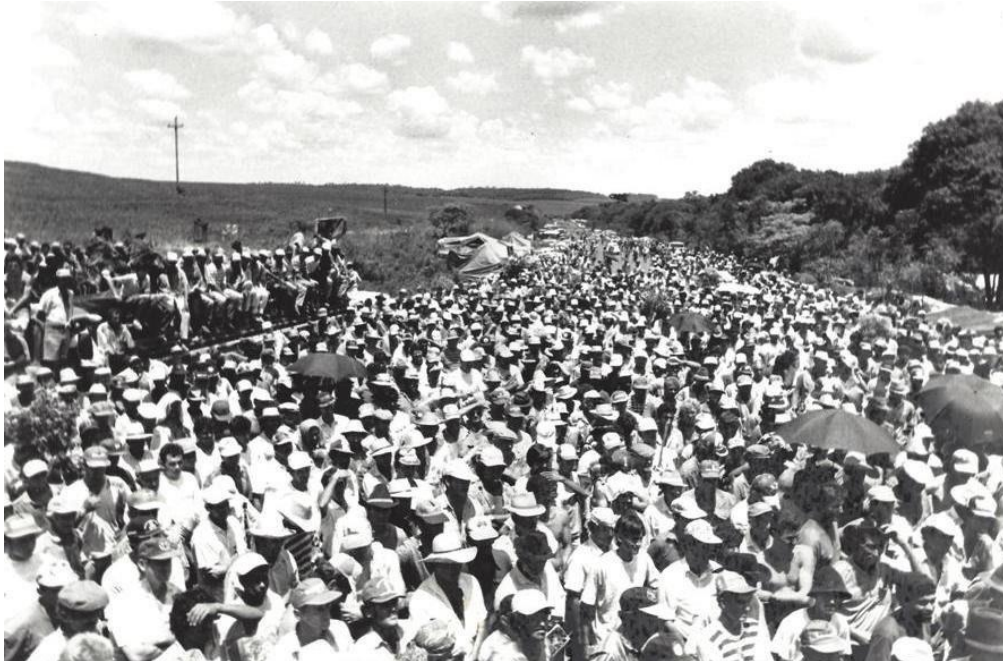
Fernandes (2000) resume bem as características importantes na constituição de um assentamento rural, que desde 1984, no caso do MST, surgiu fruto de um processo de luta dos trabalhadores rurais organizados para que áreas improdutivas que não cumprem sua função social fossem desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Conforme determina o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, esse processo continua o mesmo; embora seja algo garantido pela constituição, a criação de assentamentos só se efetiva por conta da pressão de movimentos sociais organizados para que na prática possa ser conquistado um latifúndio improdutivo, assim também acontece na busca por infraestruturas básicas — como moradia, acesso à água e energia, bem como a créditos e políticas públicas.

Figura 24 – Primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Rio Grande do Sul, Brasil 1984



Fonte: reproduzido do portal do MST (2015).

Figura 25 – Primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Rio Grande do Sul, Brasil 1984



Fonte: reproduzido do portal do MST (2025).

O primeiro latifúndio ocupado pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra aconteceu no estado do Rio Grande do Sul, onde, segundo relata a história do próprio movimento, aproximadamente 4 mil pessoas (homens, mulheres e crianças) em caçambas e caminhões chegavam de 33 municípios das regiões norte e noroeste do estado para, no dia 29 de outubro de 1984, ocupar a fazenda Annoni e denunciar o latifúndio improdutivo no estado. Em Alagoas, ainda na mesma década, surgem tanto o MST como suas primeiras mobilizações em busca da constituição dos assentamentos de Reforma Agrária, assim como em outras partes do Brasil.

Figura 26 – Mobilização do Dia do Trabalhador, Maceió Alagoas 25 de julho de 1989



Fonte: reproduzido do portal do MST [s.d.].

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária em nível nacional, o assentamento rural é um conjunto de unidades de produção agrícola divididos em lotes instalados onde anteriormente existia imóvel rural pertencente a um único proprietário. Os trabalhadores rurais contemplados com uma dessas unidades de produção devem se comprometer a cuidar e morar na parcela, a fim de garantir seu desenvolvimento a partir da produção para tirar seu sustento, através da mão de obra familiar (Incra, 2004).

Em Atalaia esses assentamentos surgiram a partir da chegada do MST, que ao se instalar no município tinha como objetivo a organização dos trabalhadores rurais para conquista da terra. A transformação de um latifúndio em assentamento rural se caracteriza pela construção de um novo território e de um novo método de organização do espaço geográfico. Em virtude disso, Fernandes (2013) evidencia que as políticas públicas para esse campo não nascem apenas do interesse do Estado, mas surgem principalmente da organização desses trabalhadores rurais.

Fernandes (2013) segue afirmando que os princípios fundamentais para a construção de um assentamento rural surgem do processo de organização e luta dos trabalhadores, fazendo com que latifúndios que não cumpram sua função social (improdutivos) possam ser

desapropriados para fins de Reforma Agrária. Assim como determina o artigo 5º da constituição federal brasileira (“direito à propriedade privada”, que também se faz presente em seu inciso XXII, garantindo aos cidadãos o direito a possuir propriedade privada sem interferência do Estado ou de terceiros).

Esse direito, no entanto, admite exceções, a exemplo da possibilidade de desapropriação, caso a propriedade não atenda sua função social (Brasil, 1988). É importante salientar que, embora seja algo garantido pela Constituição brasileira, a transformação de um latifúndio improdutivo em assentamento rural só é efetivada em virtude da pressão de movimentos sociais organizados. Assim também ocorre nas demandas por infraestrutura básica, como moradia, água, energia elétrica, créditos e políticas públicas.

O município de Atalaia possui 11 áreas de assentamentos de Reforma Agrária e um total de 512 famílias assentadas. Essa configuração foi conquistada nas lutas forjadas no final dos anos 1990, mais precisamente em 1996, com a chegada do MST na região, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais para lutarem pela conquista da terra e melhores condições de vida no campo. Em 28 de julho de 1997 é criado o primeiro assentamento rural do município de Atalaia, denominado Assentamento São Luíz. O mesmo tem capacidade para assentar 143 famílias, no entanto, atualmente é composto por 123 famílias (Incra 2017).

Concomitante, outros assentamentos foram surgindo e com eles uma nova forma de produção no campo, baseada na diversidade de culturas de curto ciclo. Ressaltamos como exemplos: o feijão, o milho, a macaxeira, a abóbora e o inhame, entre outras variedades frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno e médio porte — como aves, ovinos, caprinos e suínos. Inicialmente as atividades eram desenvolvidas para garantir a soberania alimentar das famílias assentadas, desabrochando significativamente uma agricultura familiar no município. Abaixo segue relação do número de assentamentos rurais e de famílias assentadas no município de Atalaia (Incra, 2017.)

Quadro 8 – Assentamentos situados no Município de Atalaia – Alagoas – 2020

Sr	Cód. PA	Nome PA	Cód. IBGE	Município	Capacidade	Fam. Assent.	Área PA	Criação
SR 22 - Alagoas	AL0146 000	PA São Pedro II	2700409	Atalaia	34	34	393,7685	12/09/2005
SR 22 - Alagoas	AL0019 000	PA São Luiz	2700409	Atalaia	143	123	1192,5	28/07/1997
SR 22 - Alagoas	AL0023 000	PA Boa Fé	2700409	Atalaia	104	101	677	06/11/1997
SR 22 - Alagoas	AL0069 000	PA Brasileiro	2700409	Atalaia	30	27	193,5	28/08/2001
SR 22 - Alagoas	AL0070 000	PA Ipê Amarelo	2700409	Atalaia	30	30	203,61	28/08/2001
SR 22 - Alagoas	AL0071 000	PA Varese	2700409	Atalaia	30	28	205,2	28/08/2001
SR 22 - Alagoas	AL0132 000	PA Ouricuri	2700409	Atalaia	30	30	301,8317	05/05/2004
SR 22 - Alagoas	AL0151 000	PA Ouricuri II	2700409	Atalaia	121	78	982,07	19/12/2005
SR 22 - Alagoas	AL0210 000	PA Ouricuri III	2700409	Atalaia	12	12	95,3461	30/12/2008
SR 22 - Alagoas	AL0211 000	PA Padre Cícero/Boqueirão/ Santa Tereza/Bela Vista/Bela Vista I	2700409	Atalaia	18	14	216,2819	30/12/2008
SR 22 - Alagoas	AL0222 000	PA Margarida Alves II/São Macário	2700409	Atalaia	36	35	429,7643	11/08/2010
TOTAL GERAL					588,00	512,00	4.890,87	
TOTAL GERAL COMPLEXO OURICURI					358,00	291,00	3.181,80	
%					60,88	56,84	65,06	

Fonte: Incra (2017).

Como mostram as informações acima, Atalaia possui número significativo de assentamentos e de famílias assentadas em seu território. O complexo Ouricuri possui atualmente 50,84% das famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária e pouco mais de 60% do território entre estes assentamentos. Após alguns anos de cultivo na terra, a agricultura familiar passou a se desenvolver em dois sistemas de produção: o primeiro trata do sistema produtivo de culturas anuais, no qual se enquadram as culturas do milho, do feijão, da batata doce, da abóbora e do inhame; o segundo trata de produção de culturas semiperenes, como mandioca e cana-de-açúcar, além de culturas perenes na produção de frutíferas — tais como banana, coco, laranja e manga, principalmente.

Com o passar dos tempos, esses camponeses foram se reinventando e organizando nova forma de se relacionar com a natureza e transformar a paisagem, no intuito de garantir o desenvolvimento de suas unidades de produção familiar (UPF). Desta forma, a produção agrícola foi sendo integrada à produção pecuária e a busca por insumos para a produção foi se dando dentro das próprias comunidades, na relação entre os assentamentos mais próximos. Práticas como armazenamento de sementes, pousios, rotação de culturas, adubação verde e tração animal, entre outras, foram desenvolvidas por grande parte das famílias assentadas.

Dessa forma, introduzindo nos assentamentos uma produção familiar baseada em práticas agroecológicas que vem se mostrando capaz de atender as necessidades de desenvolvimento dos camponeses atalaienses na atualidade. Essas ações não só mudaram a relação entre sociedade e natureza, mudaram ainda o processo produtivo e introduziram uma nova paisagem no território atalaiense graças à luta organizada dos camponeses, que deram novas características ao meio rural do município, como é possível observar no capítulo seguinte.

4 A LUTA ORGANIZADA QUE TRANSFORMA A PAISAGEM DAS FRAÇÕES DO TERRITÓRIO CONQUISTADO

A luta organizada em Atalaia ganha força na década de 1990, com a chegada do MST ao município; contudo, o histórico de disputa e violência pelo território se dá com a organização dos camponeses e a constituição dos assentamentos o espaço geográfico das usinas perde a hegemonia do monocultivo da cana-de-açúcar, que logo dá lugar à diversidade de culturas, ao trabalho familiar e ao cuidado com o meio ambiente, transformando o ecossistema e fazendo emergir uma nova paisagem. A pesquisa nos fez identificar essa nova forma não apenas de produção e sim de vida, a qual denominamos de Paisagem Agroecológica. Essa paisagem nega os hábitos e modos de desenvolvimento convencionais, sendo perceptível nas unidades de produção familiar pesquisadas, onde o monocultivo deu lugar à diversidade de culturas, que o pacote tecnológico imposto pelas multinacionais no mercado convencional não mais participa do cotidiano camponês. Este busca no resgate das sementes crioulas, na prática de rotação de culturas, no uso de cobertura morta, de sistemas de pousio e na integração da produção agrícola com a pecuária seu principal instrumento de convívio e relação com a biodiversidade. Mais do que produzir, esse novo cenário traz consigo o trabalho familiar, a participação de mulheres e jovens, a produção de alimentos saudáveis e a comercialização baseada nos princípios da economia solidária e do preço justo. Não é o lucro que determina o sucesso camponês, este está atrelado a fatores ambientais, sociais, produtivos, econômicos, culturais, políticos e éticos de um novo modo de viver e de uma nova relação entre sociedade e natureza.

4.1 Paisagem

Muitas são as interpretações sobre o conceito da palavra *paisagem*, esta possui diferentes visões em diferentes continentes ou países, algumas delas complementares às outras. Aqui tentaremos dialogar sobre alguns conceitos existentes na literatura; Gomes (1997), ao analisar a trajetória do conceito de paisagem pela geografia, baseado na escola alemã, argumenta, fundamentando-se em Schmethenner, que paisagem é algo abstrato, com valorização estabelecida por um processo de seleção e sintetização determinado por meio de um pensamento construído. Partindo deste ponto de vista, paisagem seria algo interpretável e não teria uma existência em si. Já para Rougerie e Beroutchachvili (1991), *paisagem* — embora utilizada em diversos contextos sociais e culturais — assume significados diferentes segundo o enfoque e a perspectiva adotada.

Levando em consideração outras representações linguísticas, para Foncelini (1871) *paisagem* faz alusão a pagos, representa vila ou lugar — os habitantes de determinado lugar também podem ser designados como pagos. Desse modo, o conceito de paisagem apresenta-se como algo que indica escala espacial, determinando um lugar dentro do todo. O que nos faz compreender que o conceito de paisagem é amplo e vai além de uma imagem ou observação, nele deve-se levar em consideração as pessoas que habitam determinado espaço e suas relações sociais, além de fatores associados ao território, às territorialidades, às conexões políticas, sociais, ambientais e administrativas.

Do ponto de vista da arte, a pintura da paisagem, segundo Clark (1961), marca as fases da nossa concepção da natureza. O que nos permitiria conhecer a visão de mundo a partir das representações artísticas de cada época, nos fazendo compreender que a paisagem não é algo estático, que cada época busca retratar, por meio da paisagem, o que o artista enxerga dos acontecimentos de determinado período histórico, que não está paralisado e sim em constante movimento. Do ponto de vista geográfico, a paisagem surge como categoria a partir de estudos de geógrafos franceses, alemães e russos, ganhando destaque mundial. Vários fatores foram levados em consideração para que, a partir da geografia, fosse possível classificar o espaço como algo visível — observações, registros, deduções e induções possibilitaram o reconhecimento da paisagem no espaço a partir de uma concepção geográfica.

Em se tratando da geografia no território brasileiro, muitas foram as contribuições a respeito do tema e sua concepção, conceitos inclusive baseados ou fundamentados pela influência de seus fundadores. Para Santos (1992), paisagem é algo distinto de espaço; o autor afirma que enquanto o espaço está relacionado ao social, a paisagem se refere à expressão fisionômica, o que permite dizer que a paisagem pode ser visualmente captada. Segundo Santos (1992), o que gera dinâmica, o movimento, a vida, são os processos sociais. “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 2006). Para o autor, “[...] paisagem é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (Santos, 2006).

Dessa forma, tais afirmações nos levam a compreensão de que, conforme Santos (2006), a paisagem por si só não determina os processos e/ou relações do meio, e sim a sociedade contida num determinado espaço ou território. Assim, entende-se a paisagem como algo

produzido em outros tempos, ou nos tempos atuais, e que ganha vida quando da sua utilização pela sociedade.

Atualmente a paisagem alagoana e atalaiense, como em todo território brasileiro, ainda carrega de maneira expressiva a triste herança da coroa portuguesa; aqui a bovinocultura extensiva e o monocultivo canavieiro além de ainda estarem muito presentes, têm se complementado nos últimos anos com o monocultivo do eucalipto, caracterizando a paisagem convencional desse território. Essa paisagem está relacionada não apenas ao desenvolvimento de uma única atividade produtiva, mas a tudo que faz parte de sua forma de produzir, como a concentração de terras, que determina as relações de poder entre empregados e patrões, resultando em trabalhos maus remunerados, uso excessivo de agrotóxico, destruição de fauna e flora, além da utilização desenfreada dos recursos naturais, entre outros aspectos. Produzir para exportar é o principal objetivo do agronegócio, lucro acima de tudo.

Figura 27 – Alagoas registra, a maior safra de cana de açúcar dos últimos quatro anos em 2019



Fonte: reproduzido do Portal do Agronegócio (2020).

Alagoas apresenta-se como o sétimo maior produtor de cana de açúcar do Brasil e ocupa a primeira posição na região nordeste, mesmo tendo extensão territorial menor que a grande maioria dos estados nordestinos. Os municípios de Coruripe e São Miguel dos Campos

destacam-se como os maiores produtores, seguidos dos municípios de São Luís do Quitunde, São José da Laje e Penedo, todos integrantes da mesorregião do leste alagoano. Para Lira (1997), a cultura da cana-de-açúcar:

[...] assume aspectos de monocultura que, pela sua própria natureza, exige terras férteis, úmidas, e só é economicamente viável quando cultivada em grandes extensões; por isso mesmo, contribui para a consolidação do elevado padrão de concentração da posse da terra, que, por sua vez, gerou na sociedade alagoana uma grande desigualdade produtiva e distributiva.

Em se tratando da cultura do eucalipto, o estímulo à paisagem convencional de seu monocultivo vem de incentivos promovidos por instituições como a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que promovem ações voltadas ao seu desenvolvimento e expansão territorial, a exemplo do recente estudo sobre “A viabilidade da Eucaliptocultura em Alagoas”. Recentemente foram apresentados resultados de experimentos feitos para avaliar o potencial desta cultura em território alagoano.

Figura 28 – Workshop discute o futuro da eucaliptocultura em Alagoas 2021



Fonte: reproduzido do portal Alagoas Net (2021).

O resultado obtido demonstra que essa monocultura apresentou grande desenvolvimento nos últimos 10 anos, ocupando mais de 19 mil hectares de florestas de eucalipto plantados em solo alagoano. Cerca de 80% da produção é exportado para os estados vizinhos da Bahia e Pernambuco; em suma, fica para a sociedade alagoana o desequilíbrio ambiental deixado pela implantação do deserto verde monocultor do eucalipto.

Embora ainda seja muito forte esse modo produtivo, também em Atalaia, o espaço atalaiense foi se modificando de acordo com as relações sociais e as disputas por territórios, produzindo, a partir da constituição dos assentamentos rurais, uma nova territorialidade — ou seja, onde apenas existia a monocultura como retrato, hoje há diversidade de culturas; onde predominava o uso desenfreado dos recursos naturais, os assentamentos de Reforma Agrária se transformaram em espaços de cuidado com o meio ambiente e de uma nova relação com a natureza, como pode-se observar nas imagens a seguir, representando um diferente cenário produtivo e transformador da paisagem convencional, no que denominamos de paisagem agroecológica.

Figura 29 – UPF 01 - Assentamento Ouricuri II, Atalaia, Alagoas



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Através da imagem é possível captar a diferente relação entre sociedade e natureza, a diversidade produtiva fala por si só: a monocultura perdeu espaço nesse novo modo de produzir, e é a partir dessas considerações que a pesquisa nos faz identificar um novo conceito de paisagem, o da a “paisagem agroecológica” — onde o cuidado humano produz alimentos saudáveis, considerando fator primordial da natureza (biodiversidade). Na agroecologia não há espaço para o agrotóxico, assim como para várias práticas existentes no modo capitalista de produzir. Os Pagos Camponeses dos assentamentos preferem reproduzir a herança de suas próprias gerações e não da coroa portuguesa, transformando a cada dia, na relação entre sociedade e natureza, a paisagem que melhor lhe assemelha.

Figura 30 – UPF 02 e 03 - Assentamento Ouricuri II, Atalaia, Alagoas



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Figura 31 – Agrovila do assentamento Ouricuri, Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Essa nova territorialidade modificou não apenas as áreas de assentamentos, que influenciaram diretamente vida e relações cotidianas dos moradores do povoado Ouricuri. Essa população, que por longos anos esteve adaptada a enxergar apenas o patrão, o trabalho e a cana-de-açúcar como cenário, atualmente desfrutam da liberdade e de um novo retrato, como pode ser observado na imagem a seguir.

Figura 32 – Imagem atual do Povoado Ouricuri, Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Assim, essa nova territorialidade vai modificando o cenário produtivo do campo atalaiense, um modo não apenas de produção e sim de constante disputa pelo território; só foi possível modificar os processos sociais em Atalaia com a chegada do MST e a constituição dos assentamentos rurais transformando a paisagem.

4.2 Movimentos socioterritoriais

Ao tratarmos de aspectos relacionados a movimentos socioterritoriais, se faz necessário buscar os diversos conceitos em torno destes temas para compreender as diferentes interpretações existentes e assim identificar quais conceitos são considerados mais próximos daquilo que é o objeto de estudo. Considerando, tais reflexões buscamos relacionar a esses movimentos o tema do território, destacando Milton Santos (2002), que parte do pressuposto de que a geografia deve se ocupar das relações entre a sociedade e seu entorno em diversas escalas, tanto de toda a comunidade humana como do lugar menor. Subdividir esta ciência é tirar o seu caráter globalizante.

Não há como separar sociedade e espaço geográfico, não importa o sentido dado a este último, pois o que chamamos de meio geográfico é resultado de “[...] uma adaptação sucessiva da face da Terra às necessidades dos homens” (Santos, 2002, p. 81). Aqui já nos cabe uma reflexão em torno do que seria espaço geográfico, buscando não identificá-lo apenas como uma paisagem, atribuindo-lhe a uma aparência meramente física ou morfológica; neste sentido é que se devem introduzir em um determinado espaço geográfico as pessoas que dele fazem parte, bem como as diversas relações existentes. Para complementar tal reflexão, a literatura de Haesbaert (2009, p. 105) traz a contribuição de que é o homem quem anima as formas espaciais, conferindo-lhes conteúdo.

O autor enxerga o espaço vinculado à funcionalidade e que jamais pode ser analisado sem a ação humana, afirmando que não há como analisar o espaço geográfico sem considerar as questões sociais, econômicas, políticas e culturais que o constituem. Já Milton Santos, de maneira ainda mais acentuada, assegura que a essência do espaço é social (Santos, 1997, p. 1) e que a economia está para o espaço assim como o espaço está para a economia. O mesmo se dá com o político-ideológico e com o cultural-ideológico. Para Santos (1997), o “[...] espaço é social” e enquanto tal encontra-se envolvido em diversos processos, os quais possibilitam sua configuração em cada tipo de sociedade.

Dessa maneira, devemos compreender que a análise de determinado espaço geográfico — seja ele, local, regional ou global — deve ser feita de forma mais profunda e abrangente, conferindo-lhes o caráter de território, e como as relações existentes determinam ou não seu desenvolvimento.

Assim, envolvemos a estas reflexões a temática dos movimentos socioterritoriais, que, segundo Fernandes, na realidade são uma forma de organização social de determinado grupo de pessoas em um macro ou micro espaço geográfico, definindo suas características, geralmente marcadas por espaços de conflitos que surgem basicamente a partir de diferentes formas de apropriação e uso do território (Fernandes, 1996). Processos que geram contradições e desigualdades, de modo que é a organização social dos menos favorecidos nesses contextos que dá vida aos diferentes tipos de movimentos sociais que foram surgindo ao longo da história da humanidade.

É importante salientar que estes podem ser organizados tanto no meio rural quanto no meio urbano, a depender da natureza e da origem da organização proposta. Aqui usaremos como exemplo os movimentos socioterritoriais rurais e enfatizaremos os movimentos sociais de luta pela terra, que foram criados a partir de conflitos agrários em diferentes partes do Brasil e do mundo, tendo como referência para tais reflexões o surgimento do MST, que usaremos

rapidamente como exemplo. Indignados com essas contradições, trabalhadores rurais se organizaram em 1984, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única de Trabalhadores (CUT), para construir o que hoje é considerado um dos maiores movimentos socioterritoriais da América Latina e do mundo.

Criado inicialmente no sul do Brasil, ao longo de sua história o MST foi ganhando espaço e território, modificando muitas das realidades por onde passou, estando hoje organizado em 24 estados da federação e presente nas cinco regiões do país, tendo inclusive atuação em outros países do mundo.

Processos organizativos como os do MST podem ser caracterizados como movimentos socioterritoriais, uma vez que suas lutas estão centradas no fim das desigualdades e da má distribuição socioterritorial. Entretanto, também podem ser considerados movimentos socioespaciais, pelo fato de suas lutas estarem também ligadas às questões de afirmação e resistência. É a partir desse processo de organização que a vida se transforma e, no caso dos assentamentos de Reforma Agrária, tais mudanças influenciam diretamente não apenas a vida das famílias assentadas, mas todo o espaço geográfico, político, social, produtivo, econômico e cultural do território. A seguir, veremos características específicas das unidades de produção familiar pesquisadas.

5 OS ASSENTAMENTOS, AS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR E A VIDA NO CAMPO: PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, POTENCIALIDADES, LIMITES E DESAFIOS DE SUA TRANSIÇÃO

Aqui destacaremos as principais características dos assentamentos que fazem parte da pesquisa, buscando compreender como acontecem o processo produtivo, a comercialização dos produtos e as dificuldades enfrentadas no cotidiano das famílias assentadas.

5.1 Assentamento Ouricuri

O Assentamento Ouricuri, também conhecido como Milton Santos, foi fundado em 5 de maio de 2004. Possui pouco mais de trezentos hectares de terra, onde moram 30 famílias, e é o assentamento mais antigo entre os três pesquisados. A seguir, um pouco da história do PA.

5.1.1 Histórico do Projeto de Assentamento

O município de Atalaia é a região do estado onde se encontra uma das maiores concentrações de terras, ele faz parte do complexo canavieiro que fez de Alagoas o terceiro maior produtor de cana de açúcar. O estado é conhecido por sua pequena dimensão demográfica e sua grande destinação de terras para o referido monocultivo.

Na década de 1980, quando o governo incentivou a cultura da cana através do financiamento com o Pró-álcool, surgiu a Usina Ouricuri, que instalou uma destilaria, tornando-se uma empresa de grande porte, concentrando 25 fazendas e empregando direta e indiretamente mais de três mil pessoas. Em 1992 a usina faliu, deixando as terras e os trabalhadores à mercê de ações judiciais para quitar suas dívidas, que até hoje não foram sanadas.

A necessidade do trabalho e da sustentação das famílias impulsionou a organização dos trabalhadores em sindicatos e movimentos de luta pela terra; contudo, a violência predominante na região sempre intimidou os trabalhadores.

A fazenda Ouricuri foi ocupada no mês de junho do ano de 1998 por cerca de mil e duzentas famílias que, oriundas da região, construíram seus barracos e começaram o cultivo de lavouras de ciclo curto para garantir sua sobrevivência. O acampamento durou aproximadamente 5 anos, mesmo com dificuldades relacionadas à falta de atendimento e acesso aos serviços sociais básicos de sobrevivência.

Após alguns anos de luta e disputa pelo território, parte da terra foi adquirida para fins de Reforma Agrária. Assim, 5 de maio de 2004 foi possível o assentamento de 30 famílias no local, tornando-se beneficiárias da Reforma Agrária com o surgimento do P.A. Ouricuri — popularmente conhecido como assentamento Milton Santos —, sendo este o segundo projeto de assentamento do município de Atalaia até então.

Informações coletadas a partir do relato das famílias assentadas no P.A e de lideranças e referências locais.

5.1.2 Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento

- Denominação do imóvel: fazenda Ouricuri;
- Denominação do assentamento: Milton Santos;
- Data da Aquisição: 14 de novembro de 2003;
- Data da criação do P.A: 5 de maio de 2004;
- Distancia da sede do município: 28km;
- Valor total dos investimentos: 116.418,00;
- Área total: 301,8317 ha;
- Área medida: 292,1356 ha;
- Área registrada: 609,93 ha;
- Área requerida na lei de preservação permanente: 20 %;
- Área efetiva de preservação permanente (preservada): 195942 ha;
- Área medida das parcelas: 5.6368 ha;
- Número de família atual: 30;
- Entidade responsável dos assentados: Acata.

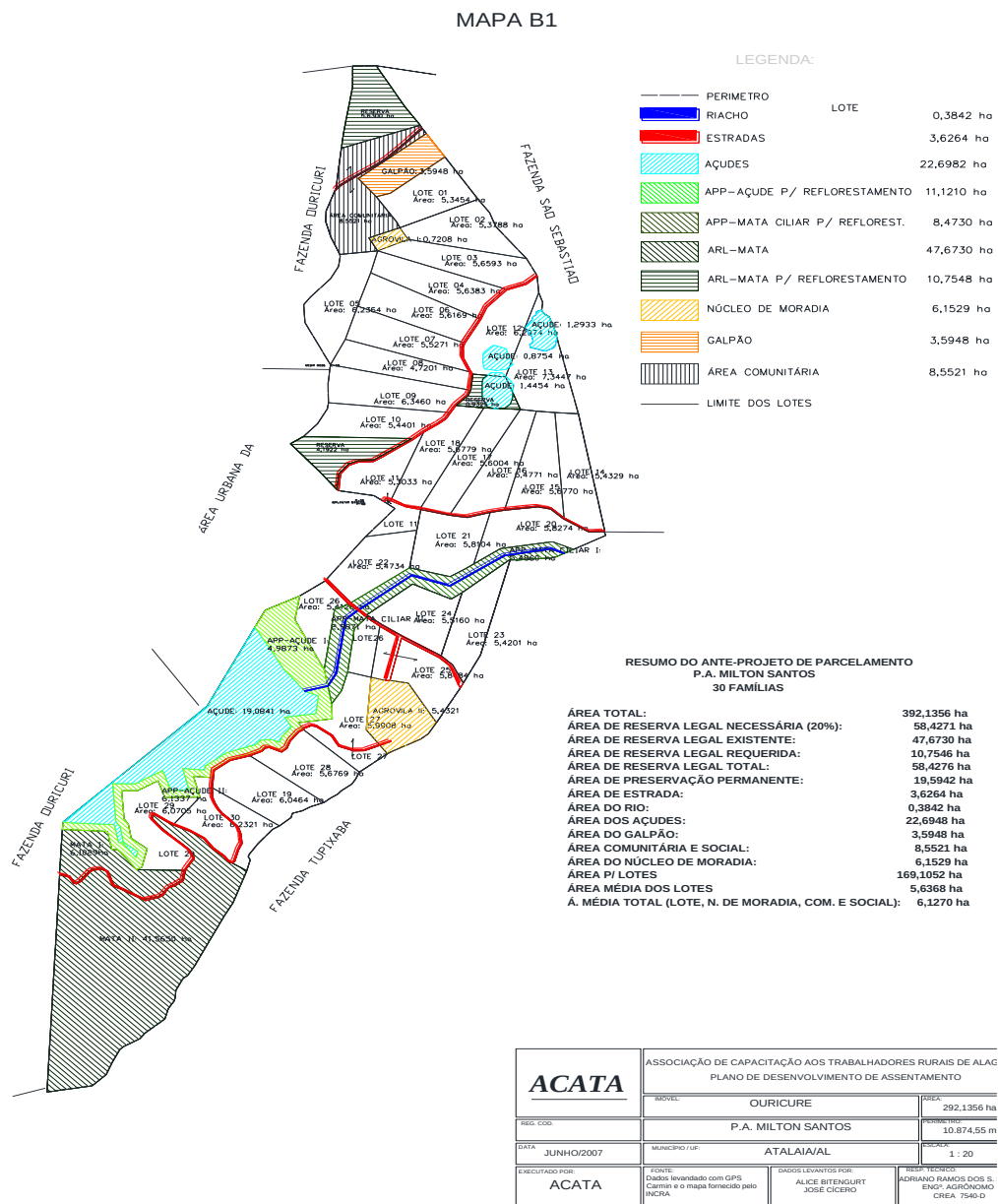
5.1.3 Localização e acesso

Saindo de Maceió pela BR-316 e percorrendo uma distância de 49km em direção à cidade de Atalaia, 15km depois desta cidade encontra-se à esquerda, por estrada asfaltada de acesso, a antiga usina Ouricuri, em bom estado de trafegabilidade. Depois de percorrer 9km chega-se ao imóvel, totalizando 73km de Maceió, capital do Estado.

5.1.4 Limites e confrontações

Segundo informações do Incra, através de sua superintendência SR 22, o assentamento Ouricuri (de código AL0132000) faz limites com as fazendas Ocidente (norte), Tupixaba (sul), São Sebastião e Tupixaba (leste) e com o P.A. Ouricuri II (oeste). Abaixo um mapa do assentamento.

Mapa 7 – Assentamento Ouricuri Atalaia/AL



Fonte: Acata (2007).

Ouricuri desenvolve a criação de animais e a produção de culturas de ciclo curto e

perenes, em diferentes estágios de desenvolvimento. Em alguns casos predomina a produção convencional, baseada no uso de agrotóxico — algo que ainda é muito presente na região devido ao histórico produtivo da cana-de-açúcar —; há também unidades de produção em fase de transição, onde passa-se a introduzir práticas agroecológicas.

Figura 33 – Agricultor do Assentamento Ouricuri



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

5.2 Assentamento Ouricuri II

O assentamento Ouricuri II é o que detém maior extensão entre os três pesquisados, com aproximadamente 1.000 hectares, sendo ainda o possuidor do maior número de famílias

beneficiadas, 78 ao total, embora, segundo o Incra, sua capacidade seja de 121 famílias assentadas. Ouricuri II é também conhecido como Jaelson Melquiades, liderança sem terra que foi assassinada devido ao processo de luta e disputa pelo território na região.

5.2.1 Histórico do projeto de assentamento

Fundado em 19 de dezembro de 2005, o Projeto de Assentamento (PA) Ouricuri II (AL0151000) é o maior entre os três escolhidos, com área total de 982.07 hectares e capacidade para 120 famílias, atualmente com 78 assentadas. Segundo relatos das famílias, a grande maioria dos trabalhadores envolvidos com a ocupação tem sua vida profissional direta ou indiretamente ligada à falida Usina Ouricuri. São famílias originárias da região e que viviam em condições de dificuldade financeira e/ou em trabalhos extremamente desumanos, como no corte da cana.

Como as terras que hoje são o assentamento eram da Usina, havia um sentimento no Povoado Ouricuri, principalmente, de que, por não terem sido indenizadas devidamente, as famílias da região eram um pouco proprietárias do local, mesmo reconhecendo que essa situação precisava de uma regulamentação. Assim, não foi difícil organizá-las para que ocupassem definitivamente o local. Contudo, merecem destaque os fatos de o acampamento ter durado aproximadamente 10 anos e que, quando finalmente constituído o Assentamento Jaelson Melquiades, espalhou-se pela comunidade uma sensação de satisfação, pois a vitória daqueles Sem-terra representava também a vitória dos demais trabalhadores, que ainda pleiteiam na justiça suas questões.

5.2.2 Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento

- Denominação do Imóvel: Ouricuri II;
- Denominação do Assentamento: Jaelson Melquiades;
- Distância da sede municipal: 23km;
- Valor total dos investimentos realizados em benfeitorias e créditos (após imissão na posse em 19 de dezembro de 2005);
- Área Total: 983,2095 há, conforme a topografia contratada pelas famílias;

Importante ressaltar que, segundo o Laudo de Vistoria do Incra, a Área Total seria de 1.077,4164 ha, considerando o total do P.A. Ouricuri II e do P.A. Ouricuri III, o tamanho adotado pela equipe é de 983,2095 ha.

- Área Registrada: 982,00 ha;
- Área Medida: 983,2095 ha;
- Área de Reserva Legal Requerida na Lei (20%): 196,6419 ha;
- Área de Reserva Legal Efetiva: 362,3357 ha;
- Área de Preservação Permanente de Mata Ciliar Requerida na lei: 69,6755 ha;
- Área de Preservação Permanente Efetiva (preservada): 22,6749 ha;
- Área de Preservação Permanente com Relevo Montanhoso Requerida na lei: 21,3123 ha;
- Área de Preservação Permanente Efetiva (preservada): 10,6562 ha;
- Área de Preservação Permanente com Nascente Requerida na lei: 3,0072 ha;
- Área de Preservação Permanente com Nascente Efetiva (preservada): 0,0000 ha;
- Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias (calculado pela equipe do PDA seguindo o modelo do Laudo do Vistoria do Incra): 120 famílias;
- Área média das parcelas: 5,9410 ha;
- Número de famílias atual x capacidade de assentamento prevista na portaria de criação: 80 x 131;
- Entidade representativa dos assentados: Conselho Administrativo do P.A. Jaelson Melquiades.

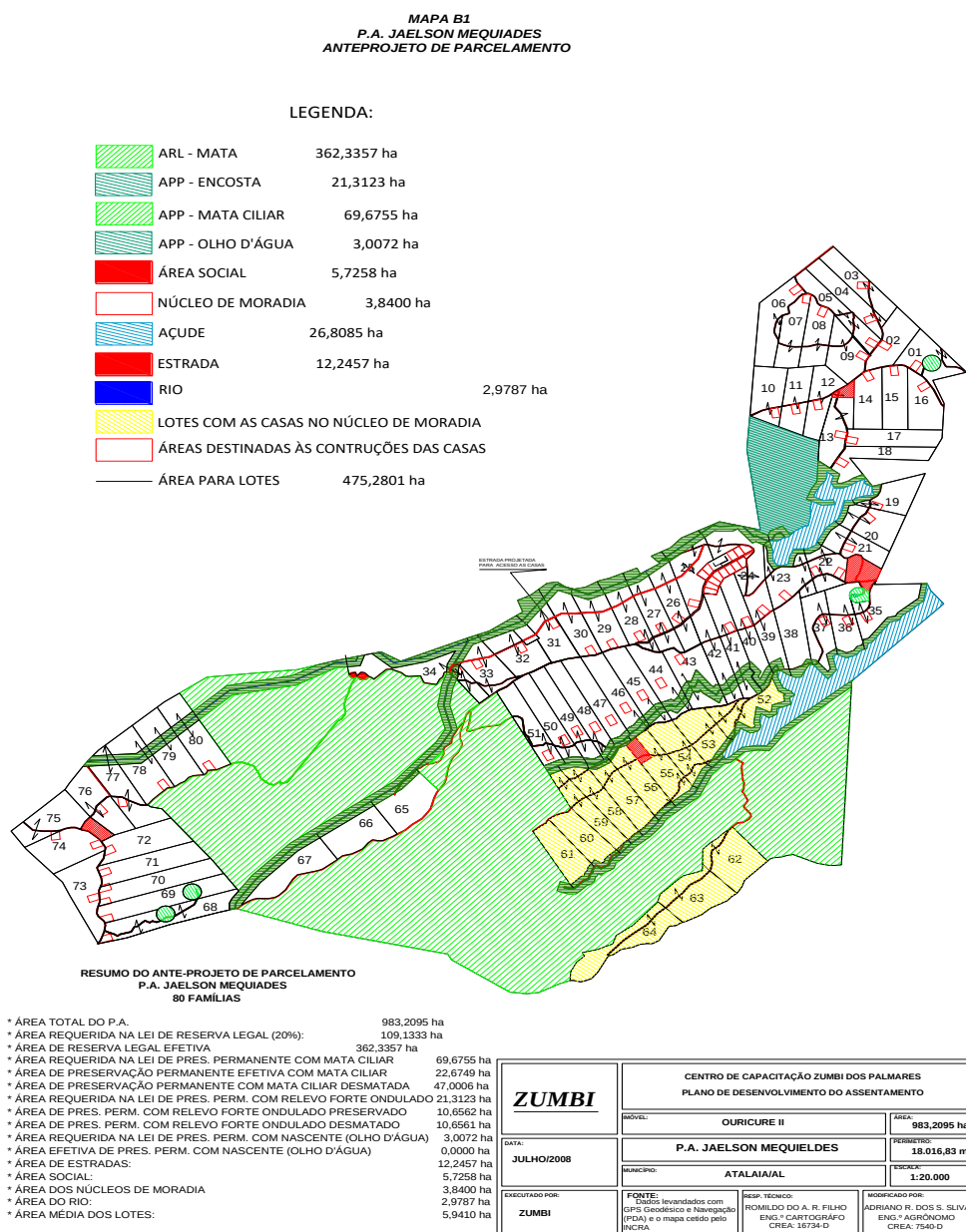
5.2.3 Localização e acesso

Saindo do centro de Maceió pela BR-104 até a Polícia Rodoviária Federal, em direção à Satuba, pela BR-103, até o trevo da Chã do Pilar, no sentido a Atalaia pela BR-424, segue-se até o povoado Chã da Jaqueira, onde tem se tem acesso ao povoado Ouricuri, do centro do povoado até a Plenária são aproximadamente 1.100m.

5.2.4 Limites e confrontações

Segundo informações do Incra, o assentamento Ouricuri II faz limites com a fazenda Flor da Serra, São Luiz e Ocidente (norte), com a Fazenda Bela Vista, P.A. Ouricuri III e Povoado Ouricuri (sul), com a fazenda Camarão e Flor da Serra (leste) e P.A. Ouricuri (oeste). A seguir, um mapa do assentamento.

Mapa 8 – Assentamento Ouricuri II Atalaia/AL



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2008).

O Ouricuri II caracteriza-se como o assentamento em maior nível de disputa pelo território; não é atoa que os camponeses resolveram homenagear Jaelson, uma de suas lideranças, covardemente assassinado pela perversidade do latifúndio. Mesmo dessa forma, os assentados desafiam a lógica capitalista e produzem agroecologia; aqui é impossível conviver sem a possibilidade da venda de lote, inclusive difundida com o aval do Estado, afluída com o governo Bolsonaro, que não só buscou deslegitimar a Reforma Agrária como incentivou a violência contra os camponeses, que resistem bravamente. Contudo, o assentamento Ouricuri III permanece resistindo e produzindo de forma diversificada, pois ainda há famílias que ignoram a produção convencional, regada de veneno, e produzem alimentos saudáveis, tendo por base os princípios agroecológicos, como pode ser observado na paisagem abaixo:

Figura 34 – UPF Agroecológica do Assentamento Ouricuri II



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

5.3 Assentamento Ouricuri III

Fundado em 30 de dezembro de 2008, o assentamento Ouricuri III é o mais recente do complexo Ouricuri e do município de Atalaia, o que explicita a paralisação da Reforma Agrária

— desde então, nenhuma área improdutiva foi desapropriada para fins de Reforma Agrária no município. O assentamento possui apenas 8 famílias assentadas em área de pouco mais de 95 hectares. O PA também é conhecido como Chico do Sindicato, liderança sindical assassinada no município, território marcado pelas oligarquias e pela violência atribuída aos que ousam enfrentar o descaso e as injustiças sociais que ultrapassam gerações. Abaixo seguem informações relacionadas à história do assentamento.

5.3.1 Histórico do assentamento

O PA Ouricuri III (AL0210000) é o menor assentamento do município de Atalaia, com área total de apenas 95.3461 hectares; fez parte de uma área remanescente do Assentamento Ouricuri II, como este já havia sido regularizado, a direção local resolveu criar uma proposta de assentamento coletivo e com isso, através de um processo de seleção e interesse nessa nova forma de organização produtiva, 8 famílias tornaram-se beneficiárias. Este foi o último assentamento a ser desapropriado no município, tendo recebido sua emissão de posse em 30 de dezembro de 2008.

5.3.2 Informações específicas de transformação da paisagem com o assentamento

- Distância da sede municipal: 24 km;
- Área Total: 92,3138 ha conforme a topografia contratada pelas famílias para medir o P.A.;
- Área Registrada: 92,3138 ha;
- Área de Reserva Legal Requerida na Lei (20%): 18,46276 ha;
- Área de Reserva Legal Efetiva: 18,6880 ha;
- Área de Preservação Permanente de Mata Ciliar Requerida na lei: 15,1760 ha;
- Área de Preservação Permanente Efetiva (preservada): 0,00 ha;
- Área de Preservação Permanente com Nascente Requerida na lei: 1,5707 ha;
- Área de Preservação Permanente com Nascente Efetiva (preservada): 0,7854 ha;
- Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias 12 Famílias;
- Área média dos núcleos de moradias: 2,0 ha;
- Atual número de famílias: 8;
- Entidade representativa dos assentados: Conselho Administrativo do P.A. Chico

do Sindicato.

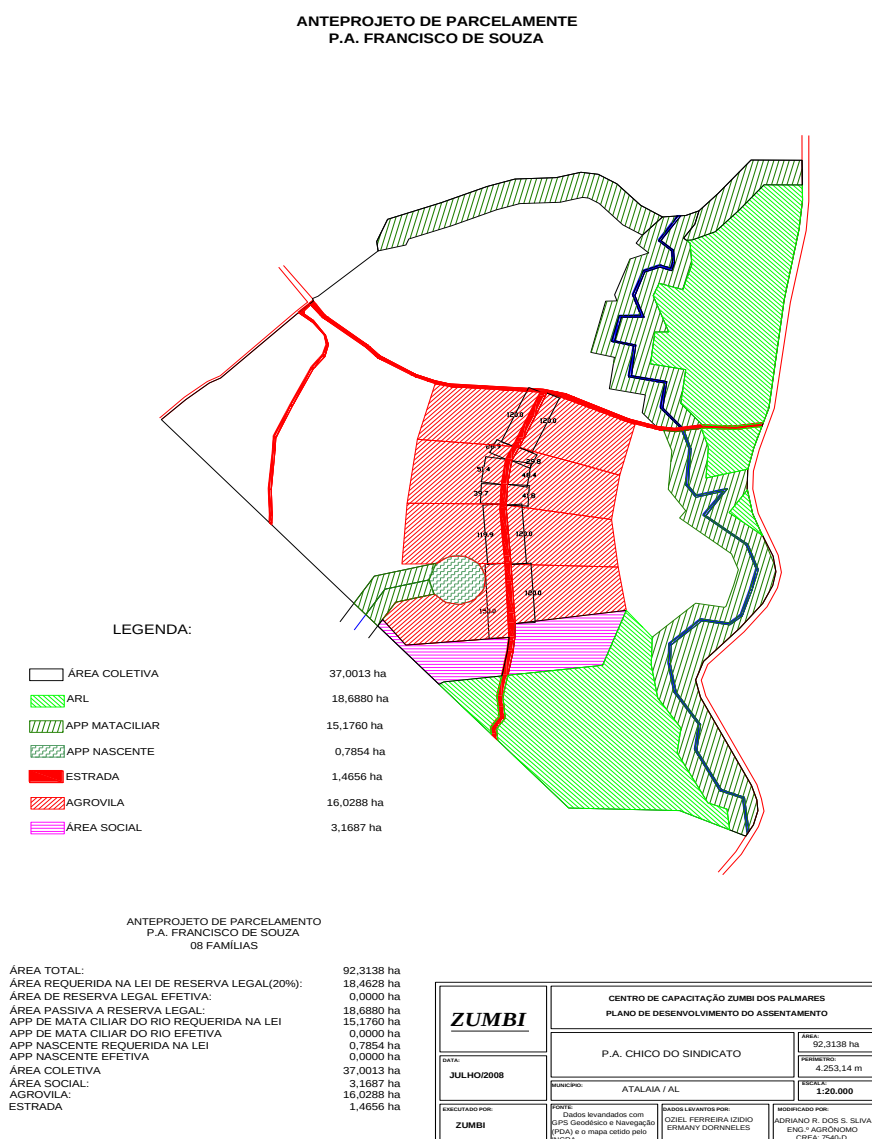
5.3.3 Localização e acesso

Saindo do centro de Maceió pela BR-104 até a Polícia Rodoviária Federal, em direção à Satuba pela BR-103, até o trevo da Chã do Pilar, no sentido a Atalaia pela BR-424, vai-se até o povoado Chã da Jaqueira, onde tem o acesso ao povoado Ouricuri, chegando no Centro de Formação Zumbi dos Palmares vira-se à direita onde se encontra o assentamento.

5.3.4 Limites e confrontantes

O assentamento Ouricuri III faz limites com o Assentamento São Luíz, a Fazenda Haras Alcateia e o Rio Poromgaba (norte), com o Povoado Ouricuri (sul), com os Ouricuri (leste), São Luíz e Ouricuri II ao (oeste). A seguir, um mapa do assentamento.

Mapa 9 – Assentamento Ouricuri III Atalaia/AL



Fonte: Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares (2006).

O assentamento Ouricuri III também muito disputado; não diferindo dos demais, sua produção está baseada na diversidade de culturas de ciclo curto e perenes, bem como na criação de animais de pequeno, médio e grande porte. Abaixo seguem informações detalhadas da coleta de dados referentes a composição familiar, área média dos lotes, principais atividades produtivas e comercialização das 15 famílias participantes da pesquisa.

Figura 35 – Agricultor do Assentamento Ouricuri III



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

5.4 Composição familiar

As 15 unidades de produção familiar (UPF) representam população de 48 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos (Quadro 9) em uma área de 108 hectares destinados à produção (Quadro 10).

Quadro 9 – População econômica ativa - PEA por idade e gênero dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III/Atalaia/AL

Grupo de idade/gênero	0-6	0-11	12-17	18-25	26-35	36-50	+50	Total
Feminino	1	3	2	2	1	7	7	25
Masculino	-	2	7	4	4	3	7	23
Total	1	5	9	6	5	10	14	48

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2023).

Quadro 10 – Assentamentos, área média e total das unidades de produção familiar (ha) e número de famílias dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III Atalaia/AL

Assentamentos	Área Média Das UPF (ha)*	Famílias envolvidas	Total em (ha) 05 UPF
OURICURI	6,5	5	32,5
OURICURI II	7	5	35
OURICURI III	8,1	5	40,5
TOTAL	21,6	15	108

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Incra (2022).

*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA SR 22.

5.5 Produção de alimentos: características observadas

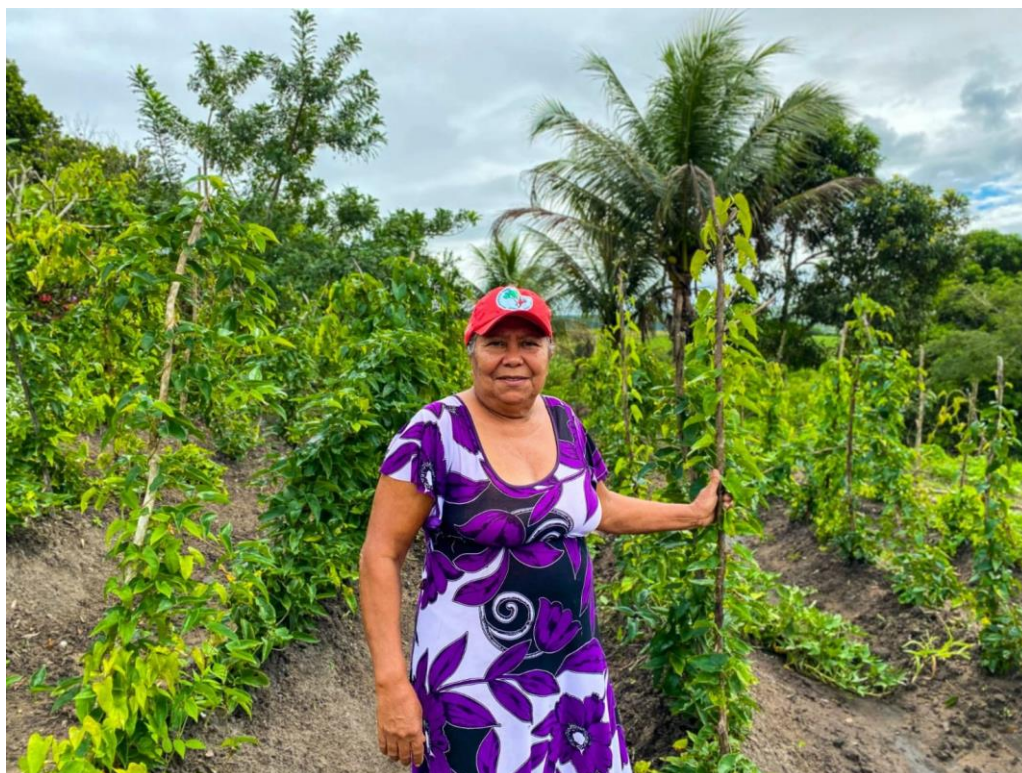
As características observadas na produção dos camponeses a partir desta pesquisa reforçam a mudança no cenário produtivo do meio rural atalaiense. Diversidade produtiva, trabalho familiar, integração da agricultura com a pecuária e o armazenamento de sementes são algumas das práticas que transformam a paisagem dos assentamentos e dão nova identidade as unidades de produção familiar, como veremos.

5.5.1 Agricultura

Os assentamentos apresentam características semelhantes no que se refere à produção agrícola. As famílias visitadas interromperam o modo de produção convencional, passando a produzir de forma agroecológica, com produção diversificada, utilizando variadas espécies vegetais. Para Caporal e Costabeber (2002), a produção agroecológica representa a área do conhecimento que proporciona as bases científicas para propiciar processos de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica e/ou sustentáveis.

Logo, o processo da transição agroecológica foi capaz de introduzir diferentes tipos de culturas agrícolas, como milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), macaxeira (*Manihot utilissima*), batata doce (*Ipomoea batatas*) e inhame (*Dioscorea cayennensis*), culturas cultivadas nas 15 UPF.

Figura 36 – Produtora de Inhame Assentamento Ouricuri II – Atalaia



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

Também foi observada ampla diversidade de espécies frutíferas, a exemplo de mamão (*Carica papaya*), manga (*Mangifera indica*), banana (*Musa sp.*), coco (*Cocos nucifera*), cajú (*Anacardium occidentale*) e laranja (*Citrus sinensis*), como principais atividades. Algumas práticas realizadas tornam-se importantes para o desenvolvimento da agroecologia e da transição agroecológica nesses assentamentos. Como exemplo, podemos citar a seleção e armazenamento de sementes, pousio, rotação de culturas e adubação verde, além do manejo de insumos e fertilizantes naturais da própria propriedade, sendo estes reintroduzidos nos ciclos produtivos.

Figura 37 – Armazenamento de Sementes, Assentamento Ouricuri II Atalaia 2022



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

Figura 38 – Agricultor do Assentamento Ouricuri II – Atalaia



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Ainda foi possível perceber que, dos 108 hectares amostrados nas 15 UPF (Quadro 10), pouco mais de 38 referem-se à área utilizada para produção agrícola (Quadro 11).

Quadro 11 – Área plantada de culturas de ciclo curto e frutíferas dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL

Assentamentos	Culturas de ciclo curto (Ha)	Frutíferas (Ha)	Total geral
Ouricuri	10,92	0,1465	11,0665
Ouricuri II	14,28	0,3988	14,6788
Ouricuri III	12,31	0,2838	12,5938
Total	37,51	0,8291	38,3391

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2023).

As cinco unidades de produção familiar do assentamento Ouricuri II apresentaram áreas ocupadas com culturas de ciclo curto de 14,28 ha, em um total de aproximadamente 40 hectares. É perceptível a mudança no cenário agrário de Atalaia, enquanto nos anos 90 a agricultura do município era majoritariamente de cana-de-açúcar, o setor agrícola municipal conseguiu, a partir da introdução dos assentamentos rurais e da transição agroecológica, desenvolver diversidade produtiva importante para a população local.

Segundo Engels, Diulgheroff e Alvarez (2014), a conservação e gestão da diversidade de culturas agrícolas é um aspecto fundamental na luta para alcançar a segurança alimentar, tanto no nível local como no global. A diversidade de culturas agrícolas observadas em todas as UPF dos assentamentos representa um avanço significativo na soberania e segurança alimentar das famílias assentadas.

5.5.2 Pecuária

Foi observada a criação de animais de pequeno, médio e grande porte, responsáveis pela produção do adubo orgânico (esterco) utilizado no solo. A bovinocultura de corte, a avicultura (dupla aptidão) e a suinocultura são as atividades mais desenvolvidas nas unidades de produção familiar, que possuem efetivo pecuário de 2.494 animais, caracterizando uma diversidade produtiva, tanto agrícola quanto pecuária.

Figura 39 – Produtor de aves Assentamento Ouricuri III – Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

Para Carvalho (2005), a diversificação produtiva em uma unidade de produção “[...] talvez possa ser uma das maneiras de promover o desenvolvimento da agropecuária familiar para um município ou região e, conseqüentemente, possibilitar melhorias na qualidade de vida desses produtores”. A atividade pecuária é também um diferencial para o meio rural atalaiense nos dias atuais, tornando-se possível devido ao surgimento dos assentamentos de camponeses. A integração de ambas as atividades (pecuária e agrícola) fortalece a transição agroecológica nestas áreas.

Figura 40 – Produtor de suínos, Assentamento Ouricuri III – Atalaia/AL 2022



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

Nas Figuras 38 e 39, destacamos a criação de animais, suínos e aves, realizada pelas unidades de produção familiar do assentamento Ouricuri III. Comum entre todos os assentamentos é a bovinocultura (dupla aptidão), a piscicultura é uma atividade presente apenas nas unidades de produção familiar do assentamento Ouricuri II.

Grande parte das atividades desenvolvidas está ao redor das residências — seja criação de pequenos e médios animais, seja a produção de lavouras temporárias e/ou permanentes —, formando os chamados quintais produtivos (Figuras 40 e 41), atividade incomum antes da criação dos assentamentos no município. Para o agricultor CVS, os quintais produtivos

Trazem a satisfação de saber que boa parte do que minha família consome está perto de casa é muito bom ter a consciência de que aquilo que nós produzimos para consumir e vender é um produto limpo, sem veneno, aqui só compramos aquilo que ainda não é possível produzir no lote (Depoimento de CVS, ago. 2023).

Quadro 12 – Número total de animais nas atividades pecuárias observados nas 15

unidades de produção familiar dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III, no município de Atalaia – AL (B – bovinos, O - ovinos, A – aves, S – suínos, C – caprinos, Ap – apicultura, PI- piscicultura)

N	Assentamentos	B	O	A	S	C	Ap	PI
1	Ouricuri	26	-	148	45	5	10	-
2	Ouricuri II	28	3	96	1	8	-	2000
3	Ouricuri III	18	-	67	39	-	-	-
Total		72	3	311	85	13	10	2000

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2023).

Figura 41 – Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri II Atalaia AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Figura 42 – Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri Atalaia/AL



Fonte: Imagem registrada pelo autor (2023).

Figura 43 – Quintal produtivo, Assentamento Ouricuri Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2024).

Há ainda os chamados animais de serviços, cuja finalidade é auxiliar nos trabalhos

cotidiano dos camponeses, além de servir como meio de transporte da produção nas regiões mais distantes dos lotes. O quadro a seguir apresenta o número total de animais utilizados na realização de serviços nas UPF.

Quadro 13 – Número total de animais utilizados para serviço em cinco unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL

N	Assentamentos	Bovinos	Equinos	Asininos	Muare	Total
1	Ouricuri	-	4	-	-	4
2	Ouricuri II	2	2	3	1	8
3	Ouricuri III	-	2	-	-	2
Total		2	8	3	1	14

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2023).

As 15 unidades de produção familiar possuem 14 animais destinados ao auxílio nos trabalhos agrícolas. A utilização da força de trabalho animal se caracteriza como importante instrumento para o desenvolvimento da transição agroecológica, por ser um serviço que complementa a realização das atividades nos lotes e não depender de energia fóssil.

Para Tosetto, Cardoso e Furtado (2013), os animais são importantes na realização das atividades cotidianas, constituindo elementos significativos na complementação da força de trabalho. Os animais são majoritariamente utilizados para transporte de mercadorias, principalmente para escoamento da produção familiar, uma vez que o preparo do solo é realizado de forma mecanizada.

Figura 44 – Animais de Serviço, Assentamento Ouricuri II Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2023).

Com relação à pastagem, o fornecimento de alimento para o efetivo pecuário é praticamente ofertado através de pasto nativo, representando mais de 75% da área total das UPF, que detém 14,5 hectares de área de pasto plantado pelos beneficiários (Quadro 14). Estes dados indicam potencial para o desenvolvimento da atividade pecuária nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III. Segundo dados do IBGE (2017), houve aumento de mais de 32% de pastagem nativa e de 17,8% de pastagem plantada nos estabelecimentos agropecuários de Alagoas.

Ao final, o levantamento de informações quantitativas a partir da aplicação do questionário individual identificou que não há acesso a nenhum serviço de Assistência técnica e Extensão Rural (Ater) nos assentamentos de Atalaia, de modo que as famílias entrevistadas relatam não terem acesso a tais serviços desde 2016.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2010), que, segundo Lima (2017), pressupõe que os serviços de Ater, configuram-se na perspectiva de apoio às comunidades rurais para a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, sendo um serviço essencial para o desenvolvimento dos assentamentos rurais de Atalaia, Alagoas e do país.

Quadro 14 – Área de pastagem nativa e plantada (ha) em vinte unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL

N	Assentamentos	Nativa	Plantada	Total
1	Ouricuri	14,1	6	20,1
2	Ouricuri II	11	2,5	13,5
3	Ouricuri III	14	6	20
Total		39,1	14,5	53,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2023).

5.5.3 Comercialização

A comercialização se diferencia entre os tipos de produção, pois a produção agrícola é direcionada ao consumo familiar e venda em feiras livres, característica predominante nas 15 unidades de produção familiar (Quadro 15). A produção pecuária também é desenvolvida para o consumo das famílias, no entanto, sua comercialização se dá através da venda direta a intermediários. Muitas das feiras livres são organizada pelo próprio MST, uma marca do movimento em Alagoas e no Brasil, com destaque para a Feira Nacional, realizada no Parque da Água Branca, em São Paulo, onde camponeses sem terra de todas as regiões do Brasil levam seus diversos produtos para serem comercializados à população paulistana. Em Alagoas destaca-se a Feira da Reforma Agrária de Maceió, evento que acontece há mais de 20 anos, além de Maceió, o MST também realiza feiras em outros municípios alagoanos — uma maneira de levar para a cidade produtos saudáveis, a preço acessível, e, ao mesmo tempo, prestar contas com a sociedade, mostrando que a Reforma Agrária é importante e necessária não apenas para os Sem Terra, mas para todo o conjunto da sociedade.

Figura 45 – Produção camponesa comercializada na feira da Reforma Agrária de

Atalaia (2023)



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2023).

Figura 46 – Produção camponesa comercializada na feira da Reforma Agrária de Atalaia (2023)



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2023).

Para Duarte (2009), um dos principais objetivos da comercialização é o auxílio na renda

familiar. Segundo a autora, é na agroecologia que o agricultor reconhece o fruto de seu trabalho, do qual o camponês alimenta-se e comercializa o excedente. No entanto, os últimos quatro anos não foram favoráveis à mudança na política governamental do Brasil, que não ofereceram condições aos produtores que tinham poucas opções de canais de comercialização. Novamente, essas políticas, que tanto fizeram falta, estão em pauta e com isso novas perspectivas — a reabertura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a volta de políticas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — mostram um cenário de otimismo para os camponeses e para o desenvolvimento do território.

Quadro 15 – Destinação e formas de comercialização da produção agrícola em três unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL

N	Assentamentos	Consumo	Feira Livre	Intermediários	Cooperativas
1	Ouricuri	3	5	-	2
2	Ouricuri II	3	3	3	1
3	Ouricuri III	5	2	1	2
Total		11	10	4	5

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2023).

Quadro 16 – Destinação e formas de comercialização da produção pecuária em cinco unidades de produção familiar nos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e III no município de Atalaia/AL

N	Assentamentos	Consumo	Feira Livre	Intermediários	Cooperativas
1	Ouricuri	2	-	5	3
2	Ouricuri II	3	1	4	-
3	Ouricuri III	5	-	3	-
TOTAL 15 UPF		14	1	12	3

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2023).

Embora estejamos tratando apenas das características relacionadas a 15 unidades de produção camponesa pesquisadas, em 03 das 11 áreas de assentamentos de Reforma Agrária de Atalaia/AL os desafios aqui colocados servem de parâmetro para representar as necessidades de todo o universo de assentados no município. Em primeiro lugar, a forma de organização do MST, o movimento responsável pelas famílias assentadas precisa buscar alternativas coletivas que minimizem as dificuldades enfrentadas pelos camponeses. Esta produção, que é

basicamente primária, precisa alcançar outros patamares. Para isso, seu beneficiamento se torna cada vez mais necessário, bem como alcançar meios para a construção de pequenas unidades de beneficiamento local, como forma de agregar valor aos produtos desenvolvidos pelos camponeses.

Figura 47 – Produção de Acerola Assentamento Ouricuri, Atalaia (2022)



Fonte: imagem registrada pelo autor (2022).

Além disso, o escoamento da produção precisa alcançar outros canais de comercialização e criar sua própria rede de oferta dos produtos. Para tanto, se faz necessário ampliar o debate sobre a importância do cooperativismo, de modo a ajudar as famílias a atingirem níveis ainda não alcançados de tecnologia e infraestrutura — tendo a organização dos camponeses em cooperativas como importante instrumento para sanar tais necessidades, constituindo ferramenta fundamental à garantia do acesso aos programas de políticas públicas.

A cidade de Atalaia possui número significativo de camponeses assentados, fruto da disputa existente no território alataiense e do processo de territorialização dos assentamentos que possuem na agroecologia seu principal modo de produção, sendo ela, portanto, uma forma de desenvolvimento essencial para as famílias assentadas. De modo geral, essas famílias

enfrentam dificuldades no que diz respeito à sua reprodução e ao seu desenvolvimento a partir da agropecuária. No entanto, em meio às limitações, os camponeses têm justamente na agroecologia sua principal ferramenta de reprodução social e produtiva, a partir do trabalho familiar, entendendo que essa forma de produzir está em diferentes estágios de territorialização e desenvolvimento.

Nesse sentido, a presente pesquisa nos permitiu compreender que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano e da ausência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Reforma Agrária e da Agroecologia, esses camponeses reinventaram-se e organizaram uma nova forma de relacionar-se com a natureza, para garantir, assim, seu desenvolvimento no território. Ao final, pode-se dizer que seriam necessárias novas pesquisas que avaliassem com maior profundidade essa disputa territorial por modelos de produção para melhor compreender o modo de produção camponês frente ao modo de produção capitalista.

5.6 Potencialidades

A paisagem agroecológica caracteriza-se como importante potencialidade, uma vez que as famílias assentadas produzem alimentos diversificados e promovem a integração de produção agrícola e pecuária. Práticas como o armazenamento de sementes crioulas, o pousio, a rotação de culturas, a adubação verde e a associação de agricultura e pecuária fazem parte do cotidiano dos camponeses, sendo importantes para o processo de transição agroecológica. Uma vez que, fundamentada na valorização da diversidade cultural e biológica, essa prática busca justamente conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais (Embrapa, 2006).

Tal forma de transição pode, ainda, ser definida enquanto processo gradual de câmbio, que ocorre ao longo do tempo, nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas (Caporal; Costabeber, 2004). Nos casos estudados, de acordo com isso, foi possível ver que a maioria das famílias utiliza o manejo de insumos, sementes e fertilizantes da propriedade, os quais são então reaproveitados e reintroduzidos nos ciclos produtivos, criando um fluxo de energia e um ciclo de matéria dentro das Unidades Familiares, evitando assim a introdução de fontes e materiais externos aos agroecossistemas.

Sobre as moradias dos assentados, estas apresentam ótimo estado de conservação e contam com os chamados quintais produtivos, característica comum entre as quinze Unidades de Produção Familiar, nos quais foi facilmente possível constatar mais de dez espécies cultivadas.

Figura 48 – Unidade de Produção Familiar, Assentamento Ouricuri III, Atalaia/AL



Fonte: imagem registrada pelo autor (2024).

O trabalho é realizado por toda a família (homens, mulheres e jovens), participação que é, na verdade, um incentivo para a transição agroecológica, cujo principal desafio é a permanência dos jovens na comunidade (Duarte, 2009). No tocante a isso, importante salientar que parte da produção agropecuária é destinada para o consumo familiar, garantindo, dessa forma, a segurança e a soberania alimentar dos camponeses, que têm nas feiras livres significativo canal de comercialização.

Os camponeses, como produtores de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal, devem, antes de tudo, garantir a maior parte dos alimentos necessários para sua própria dieta (Carvalho, 2009). A soberania alimentar que se deseja para os povos, de um modo geral, deve começar justamente pela casa camponesa. Além disso, a principal fonte de renda advém da produção e da comercialização daquilo que eles produzem, um trabalho que permite às famílias obterem renda média de um a três salários-mínimos por mês. Nesse cenário, é correto afirmar que a transição agroecológica também estimula a geração de renda para as famílias (Duarte, 2009).

5.7 Limites

O acesso a novas informações sobre manejo e condução de atividades agropecuárias que se tenham desenvolvido por meio de pesquisas é um problema para as Unidades de Produção Familiar aqui consideradas, principalmente em se tratando de inovações ligadas às práticas agroecológicas. Essa dificuldade, contudo, é forçoso dizê-lo, vai de encontro ao que indica a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que tem por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o aumento da qualidade de vida da população (Lima, 2017).

De modo geral, embora sejam desenvolvidas diversas práticas de base agroecológica, as famílias assentadas enfrentam dificuldades quando ocorrem, em suas atividades agropecuárias, problemas com insetos, fungos, bactérias e plantas espontâneas. Nenhuma das áreas de assentamento do município de Atalaia possui serviços de Ater, tampouco dispõe de cursos, oficinas ou capacitações técnicas. Segundo informações dos próprios assentados, as famílias estão sem a oferta desses serviços desde 2016, e a ausência de assistência técnica e de extensão rural influencia diretamente no desenvolvimento das UPFs. Embora, desde a criação da PNATER, as políticas de extensão rural subsequentes tenham apresentado ambiguidades, distorções e fragilidades — tanto de ordem teórica como metodológica —, ainda assim não se pode desconsiderar o estímulo que representam à incorporação da Agroecologia às dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando as diferentes situações socioeconômicas, produtivas, ambientais e de organização associativa presentes nas estratégias e experiências dos agricultores familiares (Lima, 2017).

Além disso, a falta de tecnologia dificulta o processo de produção, a maioria das famílias não dispõe dos implementos e equipamentos agrícolas necessários. Quando há a possibilidade de mecanização, ela é feita de forma motorizada, pela prática de plantio direto. Tecnologias como a irrigação foram observadas em apenas uma das quinze Unidades pesquisadas, o que demonstra o baixo acesso a tecnologias agrícolas amplamente acessíveis a médios e grandes produtores. Além disso, os assentados enfrentam dificuldades relacionadas ao manejo dos agroecossistemas, ao escoamento da produção e à falta de unidades de beneficiamento, fazendo com que comercializem seus produtos *in natura*, sem valor agregado. Assim afirma M.A.S, assentada de Ouricuri,

Temos poucas possibilidades de aração de terra, as condições das estradas dificultam ainda mais nossa vida no assentamento, no inverso é quase impossível entrar e sair, isso nos desanima, ou vendemos o produto na roça ou perdemos a produção já que não temos onde guardar nossos produtos e nem

beneficiar (Depoimento de M.A.S, maio de 2023).

Assim, a venda da produção não consegue atingir outros canais de comercialização, ficando restrita a duas formas principais, a venda em feiras livres e a comercialização direta feita com atravessadores, que visitam os assentamentos em busca de produtos de qualidade e abaixo do valor de mercado. A precariedade do auxílio oferecido pelo poder público é um fator preocupante para o desenvolvimento dessas UPFs.

5.8 Desafios

A organização do MST, movimento responsável pelas famílias assentadas, precisa buscar alternativas coletivas que minimizem os problemas enfrentados pelos camponeses, aproveitando que suas instâncias organizacionais, espaços de decisões políticas, vão desde o núcleo de famílias nos acampamentos e assentamentos até o Congresso Nacional (Rocha; Nobre, 2017). Nesse sentido, o Estado brasileiro precisa contribuir para que os agricultores possam ter acesso a processos formativos, ofertando cursos, oficinas e capacitações. Além disso, organizações sociais locais, bem como o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST (SPCMA), poderiam ser somadas a esse processo para realizar momentos de troca de experiências em intercâmbios locais e regionais, promovendo a transferência de conhecimentos entre as famílias assentadas e auxiliando no combate aos problemas enfrentados no cotidiano da produção e no desenvolvimento da agroecologia.

O conhecimento agroecológico desenvolve-se pela socialização e pela troca de conhecimento entre as comunidades, estabelecendo-se, portanto, de modo participativo (Caporal; Costabeber, 2004). O tema da agroecologia aparece na ideologia do MST como alternativa de organização produtiva dos assentamentos sustentáveis, tanto do ponto de vista tanto econômico quanto do ambiental (Barcellos, 2010).

Sua produção, que é basicamente primária, precisa alcançar outros patamares. Para isso, o beneficiamento para a agregação de valores torna-se cada vez mais necessário. É preciso buscar meios para a construção de pequenas unidades de beneficiamento local como forma de os próprios assentados da Reforma Agrária agregarem valor a seus produtos. Além disso, a venda da produção precisa alcançar outros canais de comercialização e criar sua própria rede de oferta dos produtos, buscando a autonomia e a sustentabilidade, cujas dimensões incluem a ecológica, a econômica, a social, a cultural, a política e a ética (Caporal; Costabeber, 2002).

Para tanto, é necessário ampliar o debate da importância do cooperativismo, no intuito

de que essa forma de organização possa ajudar as famílias assentadas a atingirem níveis ainda não alcançados de tecnologia e infraestrutura. Nesse sentido, a organização dos agricultores em cooperativas configura-se importante instrumento para sanar tais necessidades, uma ferramenta fundamental para a garantia do acesso a programas de políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os Programas contribuem para a valorização da produção local e regional, ecológica e orgânica, e, dessa forma, ressignificam os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade, associados, por exemplo, à justiça e à equidade social, à artesanidade, à cultura e à tradição, como defendem Grisa e Schneider (2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os engenhos bangues e as usinas sucroalcooleiras não representam mais a absoluta característica do cenário produtivo atalaiense, embora ainda exista uma unidade agroindustrial funcionando (Coopervales) e a cana-de-açúcar também seja a cultura que ocupa maior parte do território deste município, o fato é que a monocultura canavieira passou a dividir o espaço com outras atividades agrícolas no meio rural de Atalaia. E essa diversidade produtiva se tornou frequente na vida e na mesa da população deste município.

Atualmente, Atalaia possui um número significativo de assentados, fruto da organização dos trabalhadores graças ao MST, que nos anos 1990 chega na região para modificar a realidade do território alataiense e do processo de territorialização dos assentamentos, de modo que a paisagem passa a ser ressignificada e novas relações sociais são desenvolvidas no território. O monocultivo canavieiro já não se reproduz de forma majoritária, a produção que brota em solos atalaiense não é apenas para exportação de *commodities*, agora o agronegócio, de forma antagônica, convive com os princípios e práticas agroecológicas desenvolvidos por camponeses assentados, que têm no cuidado com o meio ambiente uma nova relação entre sociedade e natureza. Assim, a produção de alimentos saudáveis ganha espaço em um território marcado pela violência que dizimou milhares de negros na batalha dos quilombos, formando a então quarta vila de Alagoas.

A paisagem introduzida através da construção dos assentamentos e do modo de produção agroecológico modifica uma fase de concepção de natureza que por anos foi imposta pela agricultura canavieira do colonialismo português. Este é o momento em que os camponeses assumem o papel de verdadeiros artistas, nos fazendo descobrir outra visão de mundo e de uma diferente época, em um novo período histórico, permitindo afirmar que a paisagem não é algo definitivo e está em constante movimento.

A vida nos assentamentos e as novas relações sociais transformaram o espaço não só no meio rural, mas também na cidade de Atalaia e região, sendo visível a categorização da paisagem agroecológica como uma nova concepção geográfica a partir de vários registros do cotidiano camponês. Estes camponeses, ao serem recampesinados, descobrem na agroecologia seu principal modo de produção, sendo ela, portanto, uma forma de desenvolvimento essencial para as famílias assentadas, entendendo que essa forma de produzir está em diferentes estágios de territorialização e desenvolvimento.

Nesse sentido, a presente pesquisa nos permitiu compreender que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano e da ausência de políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento da Reforma Agrária e da Agroecologia, esses camponeses reinventaram-se e organizaram uma nova relação com a natureza, produzindo uma paisagem agroecológica no espaço atalaiense. Os processos sociais foram, ao longo dos anos, gerando uma nova dinâmica, um novo movimento e uma nova vida em Atalaia, e porque não em Alagoas.

Ao final, pode-se dizer que seriam necessárias novas pesquisas que avaliassem com maior profundidade essa disputa territorial e as transformações na paisagem atalaiense para melhor compreender o modo de produção camponês frente ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS tem maior safra de cana-de-açúcar dos últimos quatro anos, diz IBGE. Portal do agronegócio, 7 out. 2020, 16h00. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/agricultura/cana-de-acucar/noticias/alagoas-tem-maior-safra-de-cana-de-acucar-dos-ultimos-quatro-anos-diz-ibge>. Acesso em: 2 maio 2024.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Anuário Estatístico de Alagoas**: ano 2010. Maceió: Seplande, 2011.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros**: razões e significados da migração do Semiárido para a zona da mata alagoana. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987.
ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (Acata). **Plano de Desenvolvimento de Assentamento**: PDA 2007. [S.l.]: Acata, 2007.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do discurso da Agroecologia no MST**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA), Seropédica, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.os 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.os 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.o 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Emater/RS, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre RS: [s.e.], 2004.

CARVALHO, Horacio Martins de. De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária. **NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - Disponível em: www.fct.unesp.br/nera, [S.l.:s.e.], 2009.

CARVALHO, J F. Diversificação Agrícola: uma alternativa para a agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: [s.e.], 2005. p. 1-78.

CAVALCANTE. Vandete P. **Atalaia, último reduto dos palmarinos**, Atalaia: Sergasa, 1980.

CENTENÁRIO Engenho São Lourenço, Água Branca (2023). Brinde do bem. Disponível em: 2023.<https://brindedobem.abacashi.com/p/engenho-sao-lourenco>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES (Zumbi). **Plano de Desenvolvimento de Assentamento** – PDA – 2008. [S.l.]: Zumbi, 2008.

CLARK, Keneth. **Paisagem na Arte**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

COSMA, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária**: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: Edufal, 1980; 2012.

DUARTE. Luciana Rodrigues Ramos. **Transição Agroecológica**: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceará. 2009. Dissertação Mestrado de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE ALAGOAS (Fiea). **Safra record de cana-de-açúcar pode impulsionar indústria de etal 2g em Alagoas** [S.l.], 2019. Disponível em: <https://fiea.com.br/noticias/safra-recorde-de-cana-de-acucar-pode-impulsionar-industria-de-etanol-2g-em-alagoas>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS (Fiea). Workshop discute o futuro da eucaliptocultura em Alagoas. **Alagoas na net**, 16 out. 2021, 9h16. Disponível em: <https://www.alagoasnanet.com.br/v3/workshop-discute-o-futuro-da-eucaliptocultura-em-alagoas>. Acesso em: 5 maio 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS (Fiea). **Trajetória da Indústria em Alagoas**: 1850-2017. [S.l.]: Fiea, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST - movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - Brasil. **Revista NERA**, v. 1, n.1, p. 1-44, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013. v. 1. partes 1, 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, p. 286, 1996.

FILHO, José Alves. **Usina Ouricuri de Manoel Tenório ao MST**. Maceió: Gráfica, 2012.

FONCELINI, Egidio; DE-VIT, Vincenzo. **Lexicon Totuor Latinittatis**. [S.l.:s.e.], 1871.

GOMES, Edivânia Torres. **Recortes de paisagens na cidade do Recife: Uma abordagem geográfica**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – São Paulo, Dep. de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GOENDER. Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2013. p. 19-54.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

<https://www.portaldoagronegocio.com.br/agricultura/cana-de-acucar/noticias/alagoas-tem-maior-safra-de-cana-de-acucar-dos-ultimos-quatro-anos-diz-ibge>. Acesso em: 2 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos. **Censo Agro 2017**, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 2 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos. **Censo Agro 2017**, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 10 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal (PAM), 2020**. 2020. Disponível em:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). Área do projeto, capacidade de assentamento nº de famílias assentadas, tituladas, nº de vagas e excedentes nos projetos de reforma agrária. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Incra-SR22**. [S.l.]: Incra, 2021. p. 1-12.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). Área do projeto, capacidade de assentamento nº de famílias assentadas, tituladas, nº de vagas e excedentes nos projetos de reforma agrária. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Incra-SR22**. [S.l.]: Incra, 2021. p. 1-12.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). SR22 – 2004. [S.l.]: Incra, 2024.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

LIMA, Araken Alves de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LIMA, Filipe Augusto Xavier. Políticas públicas de ATER e agroecologia: uma análise comparada no estado de Pernambuco. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 6, p. 1-20.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2015.

LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza**. Maceió: Edufal, 1997.

LUSA, Mailiz Garibotti. O rural no semiárido e a transformação sócio-histórica de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013. p. X-Y.

MACHADO, Luzi Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAPA do estado de Alagoas dividido em mesorregiões 2021-2023. Baixar Mapas [S.e.:s.d.]. Disponível em: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-alagoas-mesorregioes>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MARTINS. José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS. José de Sousa. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MOBILIZAÇÃO do Dia do Trabalhador, Maceió Alagoas 25 de julho de 1989. Arquivo e Memória MST/TBT 40 ANOS DO MST. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/alagoas>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MONTEIRO, Phablo. Projeto vai inserir Atalaia na rota do turismo alagoano. **Atalaia Pop!** 24 maio 2019, 20h31. Disponível em: <https://www.atalaiapop.com/noticia/589/projeto-vai-colocar-atalaia-na-rota-do-turismo-alagoano>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MONTEIRO, Phablo. UMaior coletânea de fotos antigas do município de Atalaia - Alagoas: trabalho de resgate da história de Atalaia. **Atalaia Pop**, 10 ago. 2018, 21h15. Disponível em: <https://www.atalaiapop.com/noticia/107/usina-brasileiro#:~:text=Um%20exemplo%20de%20sucesso%20em%20terras%20atalaiense!&text=O%20desenvolvimento%20da%20economia%20a%C3%A7ucareira,sem%20a%20ajuda%20do%20governo>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MONTEIRO, Phablo. Usina Brasileiro - Um exemplo de sucesso em terras atalaienses! **Atalaia Pop**, 10 ago. 2018, 21h15. Disponível em: <https://www.atalaiapop.com/noticia/107/usina-brasileiro#:~:text=Um%20exemplo%20de%20sucesso%20em%20terras%20atalaiense!&text=O%20desenvolvimento%20da%20economia%20a%C3%A7ucareira,sem%20a%20ajuda%20do%20governo>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NASCIMENTO, Ayrton Senna Silva do; SANTOS, Francine da Silva; GUIMARÃES, Ingrid de Oliveira. Agronegócio e suas contradições: produzir para quem? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (Encontra), 2017. p. 1-10.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Unesp, 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O Modo de Produção Camponês Revisado. In: SHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 22 - 42

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROCHA, André Carlos de Oliveira; NOBRE, Henderson Gonçalves. Limites e perspectivas da transição agroecológica em assentamentos rurais no nordeste paraense. **Retratos de assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 275-306, 2017.

ROSEIRO, Maria Nazareth Vianna; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso. Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana de açúcar. **Revista Saúde**, v. 30 (1-2), p. 76-83, 2004.

ROUGERIE, Gabriel; BEWROUTCHACHVILI, Nicolas. **Géosystèmes et Paysages**: bilan et méthodes. Paris: Armand Colin, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 155.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SEM Terra contam história da primeira ocupação realizada pelo MST, há 30 anos. MST, 30 out. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/30/sem-terra-contam-a-historia-da-primeira-ocupacao-realizada-pelo-mst-ha-30-anos>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, Geovane Alves da. **Trajetórias Geográficas Das Usinas De Açúcar Em Alagoas**. Maceió 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

SILVA, Lenilda Lima da. A política de reforma agrária em Alagoas entre 2003/2013. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SPIRKINE, Alexadr; YAKHOT, O. **Princípios do Materialismo Dialético**. São Paulo: Estampa, 1975.

STRAFORINI, Rafael. A Formação Territorial Brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **Geo UERJ**, v. 1, ano 10, n. 1, p. 63- 90, jan/jun. 2008.

TICIANELI. Félix de Vandesmet, o Barão francês da Brasileiro. **História de Alagoas**, 3 jun. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/felix-de-vandesmet-o-barao-frances-da-brasileiro.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TICIANELI. O meio geográfico do açúcar em Alagoas. **História de Alagoas**, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-meio-geografico-do-acucar-em-alagoas.html>. Acesso em: 26 jun. 2023. publicado na revista Brasil Açucareiro de setembro de 1945, acesso em 26 jun. 2023.

TICIANELI. Origens tribais do Negro nas Alagoas. **História de Alagoas**, 8 maio 2023. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/origens-tribais-do-negro-nas-alagoas.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

WORKSHOP discute o futuro da eucaliptocultura em Alagoas 2021. Alagoas na net, 16 out. 2021, 9h16. Disponível em: <https://www.alagoasnanet.com.br/v3/workshop-discute-o-futuro-da-eucaliptocultura-em-alagoas>. Acesso em: 5 maio 2024.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“Monocultura canavieira e agricultura camponesa: a disputa pela construção de novas paisagens no território de Ouricuri, Atalaia-AL.”**, do pesquisador Ermany Dornele Quirino Cavalcante. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação:

1. Identificar as transformações da paisagem agroecológica no território atalaiense a partir da investigação de 15 unidades de produção familiar dos assentamentos Ouricuri, Ouricuri II e Ouricuri III, através de referências bibliográficas, entrevista com funcionários da antiga usina e camponeses assentados, lideranças nos assentamentos, povoado e município, registros fotográficos, imagens de drone, áudios e vídeos, pesquisa em instituições federais, estaduais e municipais, recortes de jornais e questionários qualitativos .
2. A importância deste estudo é de mostrar a disputa por novas paisagens que ocorre no município de Atalaia através da organização dos camponeses fruto da luta entre a produção capitalista representada pela monocultura e pela produção agroecológica desenvolvida por trabalhadores organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – AL.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: identificar as transformações da paisagem e do território em disputa e a relação com a biodiversidade através da produção convencional e a produção agroecológica, buscando observar o processo produtivo, as relações com o meio ambiente mostrando a forma de uso do solo, combate a possíveis pragas e doenças, o resgate das sementes crioulas, o destino da produção o trabalho familiar e as transformações sociais na vida das famílias assentadas.
4. A coleta de dados começará em de 2022 e terminará em 2024.
5. O estudo será realizado através de referências bibliográficas, entrevista com funcionários da antiga usina e camponeses assentados, lideranças nos assentamentos, povoado e município, registros fotográficos, imagens de drone, áudios e vídeos, pesquisa em instituições federais, estaduais e municipais, recortes de jornais e questionários qualitativos.
6. Os beneficiários escolhidos para participar do projeto de pesquisa, são oriundos de três assentamentos rurais do município de Atalaia, (Ouricuri, Ouricuri II, e Ouricuri III) sendo realizadas 05 entrevistas em cada assentamento e 15 questionários ao final.

7. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
8. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
9. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
10. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
11. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
12. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu....., tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d (os ao) responsável (is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO)

Assentamento Ouricuri III

Endereço: Zona Rural de Atalaia

Bloco: próximo ao Assentamento São Luiz s/n

Bairro: /CEP/Cidade: Ouricuri, Atalaia AL. CEP: 57.690-000.

Telefones p/contato (82) 9 87830160

Contato de urgência: Sr(a). Ana Claudia Araujo dos Santos

Domicílio: Assentamento Ouricuri III

Bloco: /Nº: Zonal Rural: s/n

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone: Ouricuri / CEP: 57.690-000 / Atalaia / (82)996729420

Ponto de referência: Próximo ao Povoado Ouricuri

Atalaia, ____ de fevereiro de 2022.

Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e assinatura do pesquisador pelo Estudo (rubricar as demais páginas)

ANEXO A – Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF)

1.DADOS DO BENEFICIARIO

Nome: _____			
Apelido: _____			
CPF: ____ _	RG: _____	Data de Nascimento: ____/____/____	Estado Civil: _____
Endereço: _____ _____ _____			Município: _____

2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA:

Nº	NOME	PARENTESCO	IDADE
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

3. ÁREAS COM PRODUTOS VEGETAIS ISOLADOS:

[illegible]

--	--	--

3.1 AREAS DE PASTAGENS

TIPO	ÁREA UTILIZADA (aproximada)	
	ta	ha
NATURAL		
PLANTADA		

4. FATORES TECNOLÓGICOS:

4.1. DEFENSIVOS (FUNGICIDAS, INSETICIDAS, HERBICIDAS, BIOCIDAS)

ALTERNATIVAS			
Regulamente ()	Ocasionalmente ()	Não utiliza ()	Controle biológico ()
Em caso afirmativo, saber a forma de aquisição do defensivo:			

ADUBAÇÃO E/OU CALAGEM

ALTERNATIVAS			
Não usa ()	Ocasionalmente ()	Regulamente ()	Terra fértil (não necessita) ()
Em caso afirmativo, saber a forma de aquisição do fertilizante químico ou orgânico:			

MANEJO DE INSUMOS- SEMENTES E FERTILIZANTES:

ALTERNATIVAS	PARÂMETRO	(X)
Elementares	Mesmo que possa haver manutenção da capacidade produtiva do solo (manejo de plantas, combate a erosão, etc.) não ocorre aporte de nutrientes de fontes externas.	
Da propriedade, com tratamento	São todos aqueles insumos (como sementes, adubos orgânicos) gerados nas propriedades agrícolas e que passam por algum tipo de tratamento, adequados a sua utilização com insumos.	
Da propriedade, sem tratamento	São todos aqueles insumos (como sementes, adubos orgânicos) gerados nas propriedades agrícolas e que são aproveitados (reintroduzidos no ciclo produtivo) sem receber um tratamento adequado.	
Combinados	Os insumos utilizados são em parte provenientes da propriedade (sementes certificadas, adubos minerais e etc).	
Do mercado	Os insumos são na maioria adquiridos no mercado.	

TIPO DE MECANIZAÇÃO USADA:

ALTERNATIVAS	PARÂMETRO	(X)
Sem mecanização		
Tração animal mínima	É caracterizada, por exemplo, pela abertura de um suco no solo sob cobertura vegetal para facilitar a semeadura.	
Tração animal intensa	Preparo convencional do solo (aração, gradagem).	
Tração motorizada mínima	Semeadura sem o revolvimento intenso do solo (ex.: plantio direto).	
Tração motorizada intensa	Preparo convencional do solo (aração, gradagem).	

4.5 IRRIGAÇÃO:

ALTERNATIVAS		
Não utiliza ()	Ocasionalmente ()	Regulamente ()
Em caso afirmativo, qual a forma de aquisição do quite de irrigação:		

POSSUI IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS:

ALTERNATIVAS			
Nenhum ()	Alguns ()	Os principais necessários ()	Maquinas e implementos completos ()

5. EFETIVO ANIMAL:

5.1. ANIMAIS DE TRABALHO:

ALTERNATIVAS	Não tem/Tem	Quantidade
Bovinos	N () T ()	
Equinos	N () T ()	
Asininos	N () T ()	
Muares	N () T ()	

5.2. ANIMAIS DE PRODUÇÃO:

ALTERNATIVAS	Não tem/Tem	Quantidade
Bovino corte	N () T ()	
Bovino leiteiro	N () T ()	
Ovinos	N () T ()	
Aves	N () T ()	
Suínos	N () T ()	
Caprinos	N () T ()	
Apicultura	N () T ()	
Piscicultura	N () T ()	

6. FATOR ECONÔMICO (RENDAS):**6.1. A QUEM VENDE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA:**

ALTERNATIVAS			
Não vende ()	Intermediária ()	Armazéns ()	Feiras ()
Consumidor ()	Cooperativas ()	Agroindústrias ()	

6.2. A QUEM VENDE A PRODUÇÃO PECUÁRIA:

ALTERNATIVAS			
Não vende ()	Intermediária ()	Armazéns ()	Feiras ()
Consumidor ()	Cooperativas ()	Agroindústrias ()	

6.3. A QUEM VENDE A PRODUÇÃO FLORESTAL (EXTRATIVISTA):

ALTERNATIVAS			
Não vende ()	Intermediária ()	Armazéns ()	Feiras ()
Consumidor ()	Cooperativas ()	Agroindústrias ()	

6.4. FONTE PRINCIPAL DE CRÉDITO AGRÁRIO:

ALTERNATIVAS			
Não tem ()	Particulares (agiotas) ()	Bancos particulares ()	Cooperativas ()
Agroindústrias ()	Banco oficial (BB,BNB,CEF) ()	INCRA ()	GOVERNO ESTADUAL ()

6.5. VENDA MENSAL DA PRODUÇÃO (APROXIMADAMENTE):

ALTERNATIVAS		(x)
Baixa	< 1 salário Mínimo	
Média baixa	1 a 3 salário Mínimo	
Média alta	3 a 5 salário Mínimo	
Alta	>5 salário Mínimo	

6.6. OUTRAS FONTES DE RENDA:

ALTERNATIVAS	
Não tem ()	Tem ()

6.6.1. QUAL A ORIGEM DESTA OUTRA FONTE:

--

7. FATOR SOCIAL:**7.1. GRAU DE INSTRUÇÃO DO PRODUTOR:**

ALTERNATIVAS	(x)
Analfabetos	
1° ao 5° ano (1° a 4 série)	
6° ao 9° ano (5° a 8° série)	
Ensino Médio Incompleto	
Ensino Médio Completo	
Graduação	

7.2. RESIDÊNCIA DO PRODUTOR:

ALTERNATIVAS				
Casa rural (lote) ()	Vila (agrovila) ()	Povoado ()	Cidade ()	Capital do estado ()

7.3. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO (ASSOCIAÇÃO, SINDICATO, GRUPOS CULTURAIS, OUTROS):

ALTERNATIVAS		
Não pertence ()	Pertence ()	Qual :

7.4. TIPO DE HABITAÇÃO:

ALTERNATIVAS		
Taipa (ou qualquer tipo precária) ()	Taipa regular ()	Alvenaria precária ()
Casa de alvenaria boa ()	Casa (qualquer tipo)ótima ()	

7.5. ELETRICIDADE:

ALTERNATIVAS		
Não tem()	Monofásica ()	Trifásica ()

7.6. RECEBE VISITA DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

ALTERNATIVAS		
Nunca fui atendido()	Raramente()	Ocasionalmente ()
Regulamente ()	Frequentemente()	

7.7. AGUA CONSUMIDA:

ALTERNATIVAS	
Potável (filtro, poço artesiano ou encanada()	Não potável ()

7.8. ESGOTO:

ALTERNATIVAS		
Rede de Esgoto()	Poço Negro ou Fossa ()	Eliminação Livre ()

7.9. ELIMINAÇÃO DO LIXO:

ALTERNATIVAS			
Coleta ()	Enterra ()	Livre ()	Queima ()

8. FATOR AMBIENTAL:

Código	ELEMENTOS POLUENTES	Sim ()	Não ()
--------	---------------------	---------	---------

	(sem orientação técnico científica)		
8.1	Estocagem de Defensivos		
8.2	Deposito de Embalagem de Agrotóxico		
8.3	Lixeiras (lixo acumulado)		
8.4	Exploração de areias ou argilas		
8.5	Pocilgas		
8.6	Aviários		
8.7	Matadouros		
8.8	Erosões marcantes		
8.9	Exploração de madeiras		
8.10	Esgotos		
8.11	Queimadas		
8.12	Aplicação de Agrotóxicos		
8.13	Supressão de Mata ciliar		
8.14	Exploração em APP		
8.15	Degradação de Nascentes		

9. ACESO A POLITICAS PUBLICAS:

Linhas de Crédito Instalação	Sim ()	Não ()	Ano de Acesso
Apoio Inicial			
Aquisição de Material de Construção			
Fomento Operação I			
Recuperação Material de Construção			
Fomento Operação II			
Fomento Mulher			
Bolsa Família			
Minha Casa Minha Vida			
PPA- Programa de Aquisição de Alimentos			
PGPM- Programa Garantia Preço Mínimo			
PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar			
Outros? Qual?			

Observações:

Fonte: Adaptado pelo autor 05 de fev. 2022, edital de chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER 2013, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA SR22.